

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL - PPGEA
NÍVEL MESTRADO

VINÍCIUS RAMOS PUCCINELLI

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O PARTICIPATIVISMO AUTORITÁRIO DA
PRESERVAÇÃO: O CASO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO TAIM E A
ECOLOGIZAÇÃO DOS MORADORES DA VILA DA CAPILHA**

RIO GRANDE - RS
2016

VINÍCIUS RAMOS PUCCINELLI

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O PARTICIPATIVISMO AUTORITÁRIO DA
PRESERVAÇÃO: O CASO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO TAIM E A
ECOLOGIZAÇÃO DOS MORADORES DA VILA DA CAPILHA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental - PPGEA da Universidade Federal do Rio Grande - FURG como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Ambiental. Linha: Fundamentos da Educação Ambiental – FEA.

Orientador: Prof. Dr. Carlos RS Machado

Rio Grande - RS
2016

Ficha catalográfica

P977e Puccinelli, Vinicius Ramos.
Educação Ambiental e o participativismo autoritário da preservação:
o caso da Estação Ecológica do Taim e a ecologização dos moradores da
Vila da Capilha / Vinicius Ramos Puccinelli. – 2016.
133 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG,
Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental, Rio Grande/RS,
2016.

Orientador: Dr. Carlos Roberto da Silva Machado.

1. Educação Ambiental 2. Gestão participativa 3. Unidades de
Conservação 4. Estação Ecológica do Taim 5. Conflitos ambientais
I. Machado, Carlos Roberto da Silva II. Título.

CDU 504:37

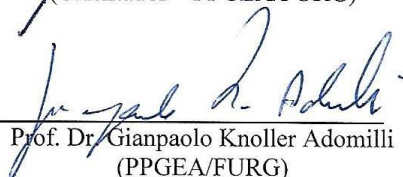
Vinicius Ramos Puccinelli

***“Educação Ambiental e o Participativismo Autoritário da
Preservação: o caso da Estação Ecológica do Taim e a
Ecologização dos moradores da vila da Capilha”.***

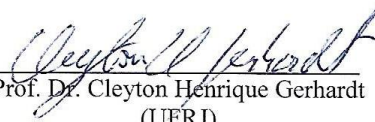
Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores:



Prof. Dr. Carlos Roberto da Silva Machado
(Orientador – PPGEA/FURG)



Prof. Dr. Gianpaolo Knoller Adomilli
(PPGEA/FURG)



Prof. Dr. Cleyton Henrique Gerhardt
(UFRJ)

Rio Grande, 29 de fevereiro de 2016.

AGRADECIMENTOS

Escrevo estes breves agradecimentos assumindo de antemão a minha incapacidade de prestar a devida gratidão a todos e todas que contribuíram direta e indiretamente para a confecção deste trabalho. Mesmo assim, aqui estão alguns nomes que não poderia deixar de agradecer:

- Aos moradores locais e “atingidos pelas políticas de preservação” do Taim, em especial ao “Seu Marino” e a “Dona Sônia” que abriram as portas da sua casa para um desconhecido e o acolheram como um familiar. Agradeço também aos alunos do Programa Brasil Alfabetizado, ao passo que ao aprenderem a ler palavras me ensinavam uma nova e possível forma de ler o mundo. Agradeço também a “Dona Amara” e em seu nome todos e todas que participaram cada um da sua forma desta pesquisa.

- Aos meus familiares, pessoas amáveis com as quais compartilho a vida. Representados pela figura do “Tio Dalvinho”, pela prestabilidade de encurtar as distâncias tanto geográficas (através das caronas) quanto comunicativas (através das apresentações e telefones de conhecidos). E, claro, ao meu pai “Zeca” e minha mãe Sônia por entenderem e respeitarem os meus tempos e processos.

- Aos ‘velhos’ amigos/as da biologia, aos ‘novos’ amigos/as “ppgeadeanos”, ao meu refúgio chamado “Goiaba de Casa” e aos camaradas de sempre representados pelas figuras de Raizza Lopes, Fernando Faria, Cleiton Oliveira, Leonardo Dorneles e a minha companheira Juliana Artigas.

- Ao Observatório de Conflitos do Extremo Sul do Brasil, grupo de pesquisa que trouxe para o recém-confuso biólogo, novas “miradas” e horizontes possíveis. Além disto, me presenteou com pessoas incríveis nas quais deixo meus agradecimentos através do nome do amigo Caio Floriano dos Santos.

- A banca avaliadora da qualificação: Cleyton, Soledad e Gianpaolo, pela disponibilidade e por alinhar esta, por vezes confusa, colcha de retalhos.

- Ao orientador Carlos Machado que, como bom revolucionário, é apaixonado pelo que faz. Carlos é um exemplo não somente pelo tanto de bagagem (acadêmica) que carrega consigo, mas pelo tanto a mais que está disposto a carregar, mesmo que para isso tenha que abandonar algumas ‘malas’. Em nome dele agradeço também a todos e todas docentes do PPGEA, sobretudo com aqueles/as em que tive a oportunidade de dividir representação no colegiado.

- Por fim, a classe trabalhadora do Brasil que por meio da Universidade Federal de Rio Grande (FURG) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) garantiu o apoio estrutural e financeiro, que se diga de passagem, determinantes

para que um discente como eu, filho de proletários, possa estar completando um curso em nível de Pós-graduação em uma Universidade Pública e Gratuita.

Ciranda – El Efecto (Álbum “A cantiga é uma arma”)

*É debaixo da terra no silêncio do chão
Onde não é superfície o olho não enxerga não
É no fundo do peito junto do coração
Onde não é superfície o olho não enxerga não*

Mas ela tá lá...

*Na espreita ela espera a dor mais bonita mais singela,
A flor venha chuva clarear faz a terra estremecer
Tira ela pra dançar germinar eu quero ver
E já vai chegar então o olho verá...*

***Árvore que dá o fruto num processo tão bonito
Do fruto nasce a semente e assim se repete o ciclo
Ciclo onde o dinheiro é nada, lá quem manda é o mistério
Voz de fora mercenária inventa a semente estéril***

*Diz que a vida é linha reta e que não para de subir
Quem perde o bonde do progresso não terá espaço aqui
Agora quem marca o gado é o mercado cristo-rei
Dita as regras, faz o jogo, dá as cartas faz a lei
A cidade é o modelo da verdade da nação
Palco da nossa novela tela de televisão
Tudo é lindo! Tudo é bom! Muita luz e muito som!
"E cai a máscara" Num aperto de um botão*

*E bem no fundo lá no fundo onde mora o coração
Até mesmo a cidade Dona rica e poderosa
Tem saudade lá da roça tem saudade do sertão
E quando o sertanejo toca na viola o seu lamento
Longe avoa o pensamento, fundo bate o sentimento
E Dentro do apartamento a cidade tem vontade de chorar*

*Viola da minha vida, viola da minha história
Viola da minha terra, viola da nossa memória oiá*

***Árvore que dá o fruto num processo tão bonito
Do fruto nasce a semente e assim se repete o ciclo
E assim se repete...***

RESUMO

As políticas de preservação materializadas através da criação e estabelecimento de unidades de conservação alastram uma arena de conflitos e tensões no território brasileiro. A presente pesquisa teve como foco o caso dos conflitos e tensões que envolvem a Estação Ecológica do Taim (ESEC Taim, 1986), unidade de conservação de proteção integral localizada no extremo sul do Brasil entre as cidades de Rio Grande e Santa Vitória do Palmar, no Estado do Rio Grande do Sul. A história da ESEC Taim, narrada pelos interlocutores desta pesquisa, está marcada a) pela *violência simbólica* de órgãos ambientais contra as práticas históricas e cotidianas dos moradores locais, muitos deles pescadores artesanais, e b) por alianças/pactos com os empresários do agronegócio da região que financiam, através da compensação ambiental, projetos de preservação. Para a construção do problema e realização da pesquisa, foram utilizadas ferramentas como *observações exploratórias*, *imersão em campo*, *diário de campo* e *entrevistas abertas e semiestruturadas* através de um *roteiro de pesquisa*. A *imersão*, feita na Vila da Capilha, possibilitou ver que existe uma culpabilização dos moradores locais quanto aos problemas da preservação. Observamos também, através de materiais consultados, que diante dos conflitos e tensões envolvendo populações locais o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO, órgão gestor de áreas protegidas) vem investindo em medidas que ampliem a participação das populações através da *mediação* dos conflitos. Deste modo, construímos a hipótese de que o ICMBIO juntamente com o terceiro setor, desconsiderando o cenário de desigualdade e injustiça ambiental da região e destinando projetos socioambientais e de Educação Ambiental pautados em “mudanças de valores culturais” aos atingidos pelas políticas de preservação, produzem um processo de *ecologização* nos moradores do TAIM. Ao longo do trabalho explicitamos como estão estabelecidas as distintas formas sociais de apropriação do território e como são afetadas, assimetricamente, pela ESEC e seus “projetos socioambientais”. A partir das falas e da *observação participante* no cotidiano dos moradores da Capilha, arguiremos que tais projetos “participativistas” (incluindo os de Educação Ambiental) apesar de diferentes na forma autoritária outrora assumida em abordagens dos órgãos gestores, pouco diferem em seu conteúdo. Por fim, constatamos que a maioria dos participantes da pesquisa não se manifestam contrários à ESEC, mas reconhecem o tratamento desigual que eles recebem em comparação ao tratamento dado aos empresários.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental. Gestão participativa. Unidades de Conservação. Estação Ecológica Taim. Conflitos Ambientais.

ABSTRACT

This research had as a main object study the conflict and tensions that involves Taim Ecological Reserve (ESEC Taim, 1986). Located in the in southern Brazil, Taim Ecological Reserve is between Rio Grande and Santa Vitória do Palmar both cities. Its history is marked in two parts. First, the *symbolic violence* used by environmental agency against the local community who most of them are fishermen. Second, the strong power and alliance that agribusiness had in this region, using their capital to finance “conservation projects” through environmental compensation. To develop this research was used as a methodology: observations, field diary, open and semi-structured interviews through a route search and an immersion at Vila da Capilha. Moreover, this immersion showed the scapegoating process that the local community suffers because preservation tensions and conflicts. In addition, was also observed in conflicts that involve local community that the Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO, environmental agency responsible for protected zones) has been trying to expand the participation of local community through mediation of conflicts. In this way, it was built a hypothesis that ICMBIO together with the third sector were reproducing a process called greening with the local community. Throughout the study was identified the process of land appropriation and how different social forms realize it. Also, how these different social forms are affected by the socioenvironmental projects and ESEC. Therefore, analyzing the data is possible to affirm that the projects that tries to expand the community participation (including the environmental education) only changes in the form, since the content is the same of the others used by the manager agencies. Finally, our results show that most of interviewees are not against ESEC; however, they recognize that they do not receive the same treatment as the agro businesses men.

KEYWORDS: Environmental Education. Participatory Management. Protected Areas. Estação Ecológica Taim. Environmental Conflicts.

LISTA DE FIGURAS/IMAGENS

Figura 1 Placas de licenciamento e propaganda por empreendimentos estabelecidos na região.	34
Figura 2 Fotografias das atividades agropecuárias.....	36
Figura 3 Mapa dos limites da Vila da Capilha. BR 471 traçada em linha vermelha. Os dois pontos vermelhos referenciam a capela N. S ^a da Conceição e o cemitério local.....	69
Figura 4 Ticket do transporte coletivo.	71
Figura 5 Mapa da produção de Arroz.....	75
Figura 6 Poligonal de ampliação aprovada pelo conselho consultivo (ainda possui uma zona de amortecimento que não se encontra nesta figura).	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Síntese da estrutura analítica	43
Tabela 2 Tabela de critérios de inclusão e exclusão de áreas para a construção da poligonal de ampliação	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CABIO – CENTRO ACADÊMICO DE BIOLOGIA

CDB – CONVENÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

COMDEMA – CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

COMGEPRO – COMITÊ GESTOR DO PROJETO ORLA

DCE – DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES

EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

EMATER – EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA

ENCEA – ESTRATÉGIA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

ESEC TAIM – ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO TAIM

FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA

FEPAM – FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

FURG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE RIO GRANDE

GT – GRUPO DE TRABALHO

IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

IBASE – INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

IRGA – INSTITUTO RIOGRANDENSE DO ARROZ

MAPA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

MG – MINAS GERAIS

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

NEMA – NÚCLEO DE EDUCAÇÃO E MONITORAMENTO AMBIENTAL

ONG – ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL

PBA – PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO

PJ – PASTORAL DA JUVENTUDE

PMDB – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

PNEA – POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

PNT – PARQUE NACIONAL DA TIJUCA

PPGEA – PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

PSDB – PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES

RESEX – RESERVA EXTRATIVISTA

SNUC – SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

UC – UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA

UPI – UNIDADE DE PROTEÇÃO INTEGRAL

UUS – UNIDADE DE USO SUSTENTÁVEL

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	16
1 INTRODUÇÃO - BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA.....	21
1.1 Trajetória do pesquisador: Contextos e (des)caminhos	21
1.2 A constituição do artesanato pelo artesanato: Delimitando o fenômeno pesquisado	28
1.3 Sobre o processo de construção da pesquisa e do problema.....	33
1.4 Construindo ferramentas: O entralhar das redes metodológicas	37
1.5 Síntese da estrutura analítica.....	43
2 PARA NAVEGAR É PRECISO TER REFERÊNCIA: CATEGORIAS E CONCEITOS ..	45
2.1 Sobre (in)justiça, (Des)igualdade Ambiental e a gestão de conflitos nas Unidades de Conservação	45
2.2 Conflitos, ambientalização e ecologização como violência simbólica	49
2.2.1 – Um exemplo de violência simbólica da produção científico-acadêmica	52
2.3 Territorialidades e Unidades de Conservação no Brasil.....	54
2.4 O artesanato intelectual e uma sociologia da vida cotidiana	59
3. DESIGUALDADES, PROBLEMAS E CONFLITOS: MAPEANDO AS DIFERENTES FORMAS DE APROPRIAÇÃO DO TAIM	63
3.1 De campos neutrais à Estação Ecológica do Taim: disputas pelo território e invisibilidade dos “debaixo”	63
3.1.1 ESEC do Taim chega ao território.....	66
3.1.2 A Vila da Capilha: Transformações, resistência e intempéries do cotidiano	68
3.2 Outros (F)atores: (in)visibilidade seletiva	72
3.2.1 A Lagoa Mirim e a Barragem Eclusa de São Gonçalo	72
3.2.2 Os “granjeiros” e suas nem tão “nobres” missões.....	74
3.2.3 Os conselhos para a gestão “participativa”	78
3.2.4 O participativismo dos Projetos socioambientais: O espaço pré-estabelecido para os atingidos pelas políticas de preservação.....	83
4. AS LENTES DA IGUALDADE AMBIENTAL: COTIDIANO E OLHAR DOS MORADORES DA CAPILHA	89
4.1 A pesca como relação: Os pescadores artesanais da Capilha	90
4.2 Efeitos da ecologização: A auto-culpabilização no cotidiano	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	107

ANEXOS	116
ANEXO A	116
ANEXO B	117
ANEXO C	119
APÊNDICES	127
APÊNDICE A	127
APÊNDICE B	128
APÊNDICE C	129
APÊNDICE D	130
APÊNDICE E	131
APÊNDICE F	132
APÊNDICE H	134

APRESENTAÇÃO

O movimento ambientalista, com o perdão da postura generalizante, tem as áreas protegidas como um troféu. Uma conquista. “O ideal é que o mundo fosse uma Unidade de Conservação” – UC, nos disse um ambientalista certa vez. O fato é que passados setenta e nove anos desde a fundação do primeiro parque nacional¹ e quase dezesseis anos desde a formalização do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC/2000) já é tempo de questionarmo-nos: Estariam as políticas de preservação brasileira se consolidando como políticas afirmativas que levam em consideração as profundas desigualdades entre a classe trabalhadora e a classe burguesa no contexto brasileiro?

Diante dos conflitos envolvendo populações e áreas protegidas (IORIS, 2000; QUEIROZ, 2000; FUHR, 2012) arriscaríamos dizer que a resposta para o questionamento acima seria: Não. Tentaremos mostrar ao longo desta dissertação que muitas das áreas ambientalmente protegidas – sobre tudo as de proteção integral - que são a materialização de certas políticas de preservação, e também, os projetos que visam garantir as suas implementações desconsideram o quadro de desigualdade e injustiça ambiental instaurado no território nacional. Cabe salientar, e fazemos logo no início desta dissertação, que quando dizemos que *muitas* áreas de proteção ambiental desconsideram/reforçam um cenário de desigualdade ambiental, não estamos afirmando que *todas* sejam assim².

Além disso, percebendo a gama de conflitos que envolvem a questão das áreas protegidas e a resistência deste modelo pelas populações atingidas por estas políticas, muitas delas submetidas a ações truculentas de fiscais ambientais³, o governo brasileiro juntamente com a colaboração de cientistas e ambientalistas investiram em estratégias *pseudoparticipativas* que sustentassem a implementação de novas áreas de proteção e o

¹ A primeira experiência em áreas protegidas foi implementada no Brasil na década de 1930 através do Parque Nacional do Itatiaia (1937), situado na Serra da Mantiqueira, ele abrange os municípios de Itatiaia e Resende, no estado do Rio de Janeiro, e Bocaina de Minas e Itamonte, em Minas Gerais, onde ficam aproximadamente 60% de seu território. Fonte: <http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/visitacao/unidades-abertas-a-visitacao/188-parque-nacional-do-italiaia.html> último acesso em: 25/01/2016.

² Por exemplo, a reivindicação pela implementação da Reserva Extrativista de Tauá Mirim, em São Luís do Maranhão, partiu dos próprios moradores locais como defesa de seu território ao avanço dos grandes empreendimentos como o consórcio Alumar e Vale.

³ Sobre violência e abuso de autoridade por parte dos gestores do ICMBIO ver: http://www.orm.com.br/plantao/imprimir.asp?id_noticia=542388 último acesso: 06/02/2016 ou Alarcon e Torres (2014) disponível em http://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/blog/pdfs/nao_tem_essa_lei_no_mundo_ebook.pdf último acesso em: 06/02/2016.

gerenciamento dos conflitos gerados pelas já existentes. Sem dúvidas dentro destas estratégias está a Educação Ambiental.

A Educação Ambiental é o espaço pré-estabelecido e cativo das populações atingidas por áreas protegidas. Em alguns casos o único momento em que serão lembrados, visibilizados e convidados a “participar”. Caso o leitor esteja familiarizado com as discussões do campo da Educação Ambiental, possivelmente esteja pensando: O autor deste trabalho está se referindo a *Educação Ambiental conservacionista*. A resposta é não, somente.

A análise de alguns artigos que exporemos na parte 3ª desta dissertação revela que é consenso entre os pares sustentar que o quê se está fazendo é uma *educação ambiental crítica, transformadora e dialógica*. É certo que na maioria dos casos não se expõe sobre o quê se está fazendo a crítica, para transformar o quê e com/para quem. Isto nos faz suspeitar do caráter idealista que a *Educação Ambiental crítica, transformadora e dialógica* possa ter assumido ao se institucionalizar de “mãos dadas” com o interesse de gestão das Unidades de Conservação ao invés dos direitos das populações em conflito.

Esta dissertação tentará captar o processo de *ecologização* que os moradores do Taim, no extremo sul do Brasil, sofrem em suas práticas históricas cotidianas (LEFEBVRE, 1991; MARTINS, 2014) através de um cenário composto por políticas de preservação ambiental - materializadas em uma unidade de conservação de proteção integral - e disparidades nos modos de apropriação material e simbólica do território.

Entendemos o termo *ecologização* como sendo a imposição de questões ecológicas, previamente eleitas por especialistas, aos grupos atingidos por normas, leis, políticas, projetos e/ou programas voltados à preservação. A *ecologização* possui algumas diferenças do que vem se convencendo por *ambientalização* (LOPES, 2006; ACSELRAD, 2010), pois está mais ligada ao discurso técnico-competente ecológico (*erudição*) do que à luta ambientalista, e apesar destes dois se inter cruzarem em alguns aspectos a *ambientalização* foi incorporada historicamente pelas lutas de alguns movimentos sociais, já a *ecologização* é restrita aos detentores do “notório saber científico”.

Ambos os processos históricos de *Ecologização* e/ou *ambientalização* se caracterizam pela incorporação da justificativa ambiental para a legitimação de práticas sociais, sejam elas políticas, institucionais, científicas, corporativas e entre outras (LOPES, 2006; GERHARDT; ALMEIDA, 2006; ACSELRAD, 2010), sendo esta incorporação voluntária ou não. Ao decorrer do trabalho iremos aprofundar a questão dos processos de ecologização e os efeitos de culpabilização das práticas tradicionais a partir do caso estudado nesta dissertação.

Acreditamos que ao explicitar a desigualdade ambiental e as assimetrias referentes à disponibilidade de ferramentas (jurídicas, políticas, retóricas discursivas etc.) que os diferentes grupos (re)produzem historicamente para se adaptarem às nem tão novas demandas globais de preservação, podemos visualizar também as contradições inerentes à aplicação de políticas de preservação, leis, normatizações ambientais e, principalmente, dos projetos de Educação Ambiental associados a estas estratégias. Com isto reafirmamos que as questões ambientais estão entrelaçadas às questões do trabalho e renda, bem como da desigual apropriação dos modos de produção e do uso e significação do território (ACSELRAD, 2004).

Zhourri (2014), Lopes (2012) e Gerhardt (2008) nos ajudam a entender como se dão as formas atuais de dominação nos territórios e como referências os utilizaremos articulados à sociologia da vida cotidiana a partir de Lefebvre (1991) e Martins (2014) importantes para desvendarmos como a dominação/apropriação desigual do território se expressa na vida cotidiana. Acselrad (2004) será utilizado para, entre outras coisas, compreendermos como a *desigualdade ambiental* e o movimento por *justiça ambiental* se dão no contexto brasileiro.

Ainda, nos orientamos pela noção de *campo* e *violência simbólica* de Bourdieu (1989) na medida em que identificamos um campo composto por diferentes atores em negociação/luta/conflito pela determinação do que é, ou não, ecologicamente legítimo. Percebemos também que há uma determinada e legítima seleção prévia do que deve ser, ou não, ensinado e/ou entendido como correto na compreensão das relações da sociedade-natureza tão abordadas pela Educação Ambiental.

Sobre o método, a noção do “artesanato intelectual” de Mills (1982), que será abordada no item 2.4, será utilizada para a conexão da aproximação teórica, metodológica e expositiva. Esta noção é parte tanto das formas de exposição neste relatório como do processo que lhe deu origem. Ainda neste aspecto nos apoiamos em Triviños (1987) para as questões de organização da pesquisa; e em autores do campo antropológico como Viveiro de Castro (1992), Fuhr (2012) e Pieve *et al.* (2009) para orientações nas aproximações etnográficas e Orlandi (1990) para as análises de discurso.

Como já mencionamos, uma leitura que acompanhou esta pesquisa, tanto no período investigativo quanto no período de construção do modo expositivo, foi a obra do sociólogo Charles Wright Mills (2000) e seu legado sobre o “artesanato intelectual”. Aproveitando a analogia da pesquisa como atividade artesanal optou-se em criar este “passo-a-passo” para melhor conduzir o/a leitor/a aos aspectos gerais que serão encontrados nos capítulos seguintes. Sendo assim, esta dissertação está organizada da seguinte maneira:

Em um primeiro momento, além dos elementos pré-textuais e da presente apresentação, organizamos a **primeira parte** contendo os aspectos introdutórios, ou seja, as bases teórico-metodológicas da pesquisa. Nela dois contextos: a) O da escrita da dissertação, incluindo breves acontecimentos globais, nacionais, regionais e locais; b) o da trajetória do pesquisador (por assim dizer, pessoais). Ainda nesta parte encontramos a justificativa, a delimitação do fenômeno de pesquisa, do problema e das questões que motivaram o estudo, os objetivos, a relação com a linha de pesquisa, e por fim, as ferramentas metodológicas e os obstáculos encontrados por um recém-biólogo em se apropriar de tais ferramentas da ciência que pela primeira vez em sua vida não apresentavam um “protocolo de procedimentos”.

Na **segunda parte** transitaremos nas questões macro-teóricas da pesquisa e nesta parte discutiremos sobre a questão das demandas globais de preservação, costuraremos um breve histórico das Unidades de Conservação – UCs no Brasil, a Educação Ambiental atribuída às áreas protegidas (“tema quente” visto que saíram documentos recentes que orientam as práticas educativas nessas áreas) e as questões sobre território, conflito e desigualdade ambiental. Cabe dizer que o espaço da sala de aula, bem como as vivências através do grupo de pesquisa foram fundamentais para a construção desta parte. Por fim, traremos algumas noções que guiaram este trabalho, sendo as principais a de *artesanato intelectual* e a *Sociologia da vida cotidiana*.

Contudo, é na **terceira parte** que traremos as relações em sua materialidade. Nesta parte falaremos sobre o efeito da transversalidade da Estação Ecológica do Taim – ESEC Taim, nas relações socioambientais que já constituíam historicamente o território. Caracterização, descrição, atores envolvidos, mudanças de “lado”, controvérsias ambientais, são aspectos que aparecerão e contribuirão para o entendimento do território. Esta parte é um combinado da literatura consultada específica sobre o Taim e a experiência de campo junto com os moradores atingidos pela materialização das políticas de preservação no território. No fim da terceira parte abordaremos o que convencionamos de “projetos socioambientais⁴” tão presentes desde a chegada da ESEC.

A **quarta parte** é o espaço para as interpretações, reflexões e diálogo do pesquisador com o universo pesquisado. Apesar de todas as partes também serem frutos das interpretações, das reflexões e dos diálogos entre pesquisador e o universo de pesquisa poderíamos dizer que esta parte contém um pouco de cada parte anterior. Ela é a aglutinação

⁴ Optou-se em chamar aqui “projetos socioambientais” todos os projetos relacionados à temática ambiental oferecidos por instituições, tendo como público alvo moradores de áreas atingidas por políticas de preservação. Incluindo projetos de ordenamento territorial, de extensão, de educação ambiental, de “boas práticas agrícolas” e etc.

das opções teórico-metodológicas, do referencial macro-teórico, das experiências concretas junto com os moradores atingidos pelas políticas de preservação, tudo isso sob o olhar atento do “artesão” que ao unir estas partes corporifica o seu artesanato.

Por fim apresentaremos as considerações assumidas como finais para este trabalho, mas com a ciência de que são também iniciais para construção do pesquisador. Nestas considerações traremos ainda novos questionamentos e possíveis desdobramentos da pesquisa. Os elementos pós-textuais como referências, anexos e apêndices encerram a parte expositiva deste trabalho.

1 INTRODUÇÃO - BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA

Eis minhas verrugas, orgulho-me em tê-las, é parte do meu ofício de construtor de estrelas. Gastarei as verrugas na lixa da prática, queimarei as verrugas com o ácido da crítica e aprenderei com as marcas que as estrelas se fazem ao fazê-las, por isso são estrelas (Sobre o Ofício de Construir Estrelas e os Riscos das Verrugas - Mauro Iasi, 2008).

Dividiremos os elementos introdutórios em quatro partes principais. Sendo eles a trajetória do pesquisador, a delimitação do fenômeno pesquisado, a construção do problema de pesquisa e a escolha das “ferramentas” de pesquisa. Incluiremos ao fim uma síntese da estrutura analítica que conduziu o presente estudo.

1.1 Trajetória do pesquisador: Contextos e (des)caminhos

Partindo do pressuposto que todo texto tem um contexto, ou seja, “as circunstâncias em que se fala são constitutivas e não circunstanciais [...]” (ORLANDI, 1990, p. 255) traremos aqui alguns acontecimentos que marcaram o período em que este texto estava sendo escrito (2014 – 2016), pois se compõem de fatos importantes – na interpretação de quem escreve - para os/as futuros/as leitores/as entenderem as especificidades histórico-políticas nas quais este trabalho acontecia, e de como eu as interpretava.

Enquanto escrevia esta dissertação vivíamos uma das grandes crises migratórias de refugiados por causa de guerras, intolerância étnico-religiosa e/ou perseguição política. Neste aspecto, só em 2015, mais de um milhão de pessoas⁵ partindo principalmente do Afeganistão, Síria, Somália, Sudão e Iraque arriscaram suas vidas tentando a travessia chamada de Rota dos Balcãs referindo-se ao sudeste europeu. Ainda, recentemente os veículos midiáticos⁶ invisibilizaram este fato para visibilizar um ataque do Estado Islâmico em Paris, e de uma forma pouco menos publicizada, países europeus contra-atacaram regiões da Síria e outras regiões do oriente médio, como punição aos “terroristas” que tinham atacado Paris. Vale lembrar que o Oriente Médio é detentor de um terço das reservas de todo o petróleo e gás natural do mundo e isto deve explicar algo sobre estes ataques.

Enquanto isto no Brasil, o assunto que veio à tona no último mês do ano, e o mais comentado do ponto de vista ambiental ou ecológico, foi o crime ambiental acontecido a partir de um rompimento das barragens de Fundão e Santarém em Bento Rodrigues, Minas

⁵ Segundo a Organização Internacional para as Migrações. Disponível em: <http://www.iom.int/fr> Último acesso em: 30/12/2015.

⁶ Leia-se: empresas capitalistas de comunicação privada.

Gerais (MG), construída para a exploração de minério pelas empresas Vale S.A e BHP Billiton através da mineradora Samarco S.A.. O rompimento devastou distritos como o de Mariana, lembrando de que abaixo do véu do “desenvolvimento para todos” - já sabemos - há migalhas e destruição.

O caso de Mariana nos revela que o discurso das “oportunidades” para todos não passa de uma falácia, tal discurso também foi utilizado em Rio Grande no auge dos anúncios e promessas do polo naval (SANTOS, 2016). A lista dos atingidos pela Vale S.A., sejam humanos ou não-humanos aumenta a cada dia, assim como vem aumentando as suas contribuições (investimentos) para os partidos políticos brasileiros (R\$ 3.150.000 para o PT, R\$ 3.100.000 para o PSDB e R\$ 11.550.000 para o PMDB nas eleições de 2014, estamos falando de cerca de 17 milhões!), na sustentação, financiamento político e de 80% da arrecadação da cidade de Mariana e da atual gestão municipal, segundo o próprio prefeito do município⁷.

As eleições de 2014⁸ foram marcadas pela expressão conservadora que sempre esteve por aí, mas como resultante de uma longa incubação, ou pacto social, que combina o lucro da burguesia com mínimas “melhorias” pontuais à classe trabalhadora, se tornou mais explícita durante as últimas eleições presidenciais e após a eleição de mais um mandato de Dilma Roussef (PT) nos atos pró-impeachment.

As consequências de longos anos deste pacto social⁹ geraram efeitos em muitos ministérios como o Ministério do Meio Ambiente – MMA, por exemplo. Em 2015, os servidores do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO divulgaram uma carta aberta¹⁰ ao novo presidente do instituto, Cláudio Carrera Maretti, em que manifestam suas insatisfações quanto aos investimentos e o papel que as UCs vêm assumindo na sociedade brasileira.

Nestes dois últimos anos (2014-2015), também presenciamos a precarização das instituições públicas e o fortalecimento da iniciativa privada. As instituições públicas de ensino vivenciam de diferentes formas as consequências deste “enfraquecimento” como a prospecção de cortes abissais para a educação pública e, por outro lado, investimentos de

⁷ Ver: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/prefeito-de-mariana-diz-que-prejuizo-com-barragens-e-de-r-100-milhoes.html> último acesso: 09/02/2016.

⁸ Para reflexões sobre este período ver texto de Ivonaldo Leite e Carlos Machado: <http://ongcea.eco.br/?p=41219> último acesso 09/02/2016.

⁹ Sobre o pacto social construído nos últimos anos recomenda-se: SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**. Editora Companhia das Letras, 2012. e MARTINS, José. **A política do Brasil: lúmpen e místico**. Contexto, 2011.

¹⁰ Disponível em: <http://www.indio-eh-nos.eco.br/2015/05/26/carta-dos-servidores-do-icmbio-e-a-criminalizacao-dos-povos-da-floresta/> último acesso: 09/02/2016.

empresas privadas para a propagação da ideologia liberal nas universidades, um exemplo, são os adesivos que tomaram as instituições públicas de ensino superior com o slogan “Mais Mises, Menos Marx¹¹”. A Universidade Federal do Rio Grande – FURG, não ficou fora dessa e a gestão eleita para o Diretório Central dos Estudantes – DCE da universidade representava este grupo “misesiano”.

Porém, conforme a perspectiva adotada para esta dissertação, o “real” interpretado acima não ocorreu sem seu contraponto, ou sem conflitos, rebeliões e questionamentos ao que se configurou como hegemônico nas interpretações dominantes. Sendo assim, podemos lembrar a resistência dos alunos de diversas escolas de São Paulo que fizeram uma ocupação articulada como protesto ao projeto de “reorganização” da rede de ensino do atual governador Geraldo Alckmin (PSDB), projeto que não dialogava com a realidade dos estudantes e previa a extinção de algumas escolas. A luta resultou na suspensão momentânea do projeto para o ano de 2015. E mais do que isso, explicitou as ações truculentas dos policiais sobre os alunos nas ocupações que estrategicamente divulgaram vídeos de denúncias pelas redes sociais e mídias alternativas¹².

No Rio Grande do Sul foi eleito para governador José Ivo Sartori (PMDB) que em sua campanha utilizou o discurso consensualista de que “nem esquerda, nem direita, o seu partido era o Rio Grande”. Alguns meses depois de sua eleição, o parcelamento salarial de servidores públicos e o projeto que propõe fechamento da Fundação Zoobotânica situada em Porto Alegre fez com que emergissem protestos organizados principalmente por sindicatos e, no caso da zoobotânica, por “ambientalistas”, servidores e cidadãos.

Na cidade de Rio Grande (meu centro do mundo), colhíamos as consequências negativas que a grande promessa desenvolvimentista do Polo Naval¹³ tinha deixado para a cidade: demissões em massa, aumento absurdo dos preços no mercado imobiliário, problemas de mobilidade urbana, desigualdade ambiental, shoppings centers (como simulacros de espaço público) e etc.

Por fim, outro exemplo de acontecimentos que de alguma forma influenciam o tempo que este trabalho estava sendo desenvolvido foi a luta pela defesa da gratuidade do ensino público em contraponto à ameaça oriunda da PEC – 395/2014, proposta pelo Deputado Cleber

¹¹ Ver: AUGUSTO, G. A. O que está em jogo no "Mais Mises, Menos Marx". Em Marx e o Marxismo v.2, n.3. 2014. Disponível em: <http://www.marxeomarxismo.uff.br/index.php/MM/article/view/74/66> Último acesso em: 30/12/2015.

¹² Para ver um conjunto destes materiais, ver: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/em-videos-e-fotos-a-repressao-da-pm-aos-estudantes-secundaristas-8726.html> último acesso: 09/02/2016.

¹³ Sobre o Polo Naval ver: Santos (2016).

Verde (PRB-MA), que permitiria a cobrança de taxas em cursos de Mestrado Profissional, Especialização, e Extensão. O que nos rendeu profícuas discussões como organização discente (ver carta de defesa da gratuidade da Educação pública no ANEXO A).

Todos estes acontecimentos estão longe de conseguir dar conta de uma boa síntese sobre os intensos anos de 2014 e 2015, porém, parecem dar conta de explicar algumas opções tomadas durante esta pesquisa. Tais acontecimentos exercem influência neste período histórico em que organizo este trabalho que é fruto, também, das relações que estabeleço com os outros e com o mundo.

É importante denunciar o caráter elitista e privatista que vem inundando o interior das universidades públicas que juntamente com a ampliação dos laços (parcerias público-privadas) com empresas, ampliará o fosso da luta de torná-la de fato pública, democrática e popular. Por outro lado, tais acontecimentos explicitam contradições que encontrei ao longo da pesquisa quando, por exemplo, me deparo com algumas parcerias público-privadas entre o ICMBIO/MEC e empresas como a VALE S. A.¹⁴. Esta “parceria” se concretiza através do desenvolvimento de “projetos socioambientais”, onde se insere a Educação Ambiental como uma das medidas mitigatórias de compensação ambiental.

Portanto, estes acontecimentos que marcaram os dois anos em que realizava o mestrado e, de certa forma, me condicionavam a alguns horizontes, foram trazidos aqui com o objetivo de montar um breve panorama deste período que se configura como uma crise econômica, política, social e ambiental, portanto, uma crise do capital. Na parte seguinte, trarei algumas considerações sobre os (des)caminhos e deslocamentos que me levaram a chegar neste “solo fértil” que é o campo dos conflitos ambientais em sua relação com a desigualdade e a educação.

O exercício de descrever a própria trajetória, ou, autobiografar-se, conforme Martins (2014):

[...] é um modo de dialogar objetivamente consigo mesmo. É uma forma de utilizar a própria memória, as próprias lembranças e esquecimentos como fonte de dados sociológicos, para que um autor se situe socialmente e compreenda sociologicamente sua circunstância (p. 33).

Pois bem, nesta tentativa de fazer um resumo da minha trajetória é interessante dizer que meu processo educativo (para além de outros espaços como família, amigos e etc.) se deu em escolas públicas e nas comunidades eclesiais de base da igreja católica. E estes dois

¹⁴ A título de exemplificação, ver: <http://www.icmbio.gov.br/rebiosooretama/destaques/34-reserva-biologica-de-sooretama-e-cia-vale-renovam-termo-de-reciprocidade.html> último acesso: 10/02/2016.

espaços foram extremamente determinantes nos caminhos que mais tarde escolheria como graduando do curso de Ciências Biológicas.

A Pastoral da Juventude – PJ foi sem dúvidas um divisor de águas na minha vida. Minha juventude foi vivenciada em um bairro da periferia de Rio Grande e vi muitos amigos tendo a sua juventude, o seu ser jovem, roubados para virarem mão de obra para empresas do Polo Naval ou para o comércio riograndino. Quando conheci a PJ comecei a perceber que aquele destino que se apresentava para mim e que já era realidade para muitos dos meus amigos não era projetado por nós, mas para nós. Foi então que a PJ, representada pelo amigo Leonardo Dorneles, me apresentou uma alternativa de resistência às imposições que ameaçam a vida da juventude, sobretudo a juventude da periferia. Esta resistência tornou-se um projeto de vida.

O ano em que rascunhava meu projeto de vida e me engajava na militância da PJ trabalhava em turnos alternados em um xerox de um curso preparatório para concursos públicos e, por isso, estava difícil manter os estudos. Porém, meus contatos – através da PJ - com a realidade de jovens de diversas localidades da cidade me trouxeram uma grande vontade de ampliar minhas possibilidades de continuar na luta contra as desigualdades sociais que agora, para mim, passavam a ser não mais naturais, mas construídas. Avistei na universidade uma dessas possibilidades de permanecer na luta.

Mesmo com um esforço seletivo da minha memória em apagar este período lembro que ao me perguntarem o porquê da escolha para Ciências Biológicas eu respondia: - É para trabalhar com a questão da sustentabilidade! E foi assim, como muitos jovens da minha idade, sem ter muita noção do que se tratava o curso e sem muita certeza do que queria realmente fazer que prestei vestibular para Ciências Biológicas – Bacharelado na FURG.

Ao entrar no ano de 2010 para o curso de biologia, se iniciava uma nova fase na minha trajetória e agora, como bom “pejoteiro”, era hora de continuar (re)escrevendo meu projeto de vida. Logo que entrei fui surpreendido por aquilo que meu professor de botânica - Ubirajara Jacobi, chamava de os resquícios dos anos da ditadura empresarial-militar para o currículo das ciências biológicas. Uma extensa grade curricular em turno integral que pela qual tive que abandonar o emprego e disciplinas que excluem alunos que não detêm certos conhecimentos prévios como inglês e matemática.

Contudo, o meu ingresso na universidade e a participação na PJ me levaram ao movimento estudantil. O Centro Acadêmico de Biologia - CABIO foi fundamental para a minha formação universitária dentro das ciências biológicas, pois foi através das discussões e outras atividades no centro acadêmico que comecei a me situar melhor no campo onde estava

pisando e, conseqüentemente, a romper com o discurso do “desenvolvimento sustentável”. O CABIO e os amigos e amigas que por lá transitavam, foram grandes apoios que tive para continuar procurando um caminho que aproximasse o engajamento político e a luta pelas questões sociais dos grupos subalternizados ao campo das ciências biológicas.

No ano de 2012 entrei para a gestão do DCE, o mesmo ano em que as universidades públicas deflagraram greve geral. Logo em seguida, durante a greve, rompi com a gestão em que fazia parte pelo fato da maioria dos membros, pertencentes também a União da Juventude Socialista, terem assumido uma posição mais de defesa ao governo do que da pauta dos estudantes. A greve assumiu um papel determinadamente educativo na minha trajetória acadêmica. Foi durante a greve que pude perceber, meio a intensos debates, as proximidades e diferenças entre coletivos anarquistas, comunistas, socialistas, membros de partidos diversos, liberais, conservadores e etc. Na mesma época, fruto de oficinas realizadas ao longo da greve que durou 4 meses, comecei a ter contatos mais próximos com a obra marxiana e marxista.

Em 2013, já mais próximo dos coletivos e com as atividades do CABIO mais organizadas, assumi junto com discentes de outros cursos a representação discente dentro do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração da universidade. Foi neste mesmo ano em que pelo menos dois fatos foram me trazendo indagações sobre a problemática das populações atingidas por políticas de preservação. O primeiro fato foram os debates sobre conservar com ou sem a presença humana que volta e meia surgiam durante as “Jornadas Biológicas” (semana acadêmica do curso de biologia organizada pelo CABIO). O segundo fato foi a minha aproximação com o Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental – PPGEA, através da organização do V Colóquio de Pesquisadores em Educação Ambiental da Região Sul e o IV Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental, ambos os eventos realizados na FURG.

Nas aulas sobre pertencimento a professora Cláudia Cousin do PPGEA indaga: - Qual foi o exato momento em que você foi interpelado pelo seu objeto de pesquisa? Pois bem, o último semestre de 2013, até então o último de graduação¹⁵, foi decisivo para que este trabalho de dissertação se materializasse. Foi neste período que conheci o professor Carlos RS Machado (orientador deste trabalho) que prontamente me aceitou como aluno ouvinte em uma

¹⁵ Digo isto, pois em 2015 retornei à graduação como portador de diploma para obter a formação em licenciatura.

de suas disciplinas, e logo em seguida tive meus primeiros contatos com o grupo de pesquisa do qual hoje faço parte, o Observatório de Conflitos Ambientais do Extremo Sul do Brasil¹⁶.

Ainda neste semestre, no qual também terminava o trabalho de conclusão de curso, entrei como bolsista para o Programa Ecologia e Sustentabilidade Ambiental - PROECOS que pretendia fazer a caracterização e levantamento socioambiental das comunidades do Taim pelo Laboratório de Limnologia do Instituto de Ciências Biológicas. O PROECOS constituiu uma equipe que é encarregada de realizar os projetos frutos de uma parceria entre o ICMBIO e a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da FURG.

Minha participação neste projeto foi muito importante para a construção do projeto de pesquisa. Importante, pois ao cursar a disciplina “Marx e a Natureza”, ministrada pelo professor Carlos RS Machado, e ao ter contato com os diferentes atores que constituem o território do Taim, pude notar como as questões sobre a desigualdade ambiental eram pouco exploradas, debatidas, e tampouco publicizadas.

Neste mesmo período foi realizada uma audiência pública, em duas etapas, sobre a ampliação da UC de aproximadamente 11.000 hectares (ha) para 33.000 ha. Nesta ocasião, na qual tive o privilégio de ir e registrar, percebi os diferentes discursos, algumas divergências entre os atores que ali estavam e, o que mais me chamou a atenção, a falta de representação e/ou participação de quem eu estava interessado em ouvir, os “moradores locais”.

Desta forma, talvez este trabalho não seja muito mais do que passar para a forma escrita, portanto traduzir, interpretar, inventar, relacionar, um pequeno recorte do que já é dito e vivido por aqueles que constituem suas relações cotidianas neste território, ou seja, levar para outras instâncias, tornando públicas, as visões daqueles que são vítimas da contaminação dita produtiva, e atingidos pelas políticas de preservação.

A minha trajetória deixa ver que este trabalho é, também, uma tentativa de um deslocamento pessoal de um biólogo em busca de uma das formas possíveis de entender as relações socioambientais que é a partir das relações de apropriação dos modos de produção e, conseqüentemente, de dominação. Portanto, mesmo dois anos sendo um tempo curto para fazer um deslocamento deste porte, esta dissertação pode ser entendida como um exercício de busca de mais dados, informações, falas e sofrimentos, enfim, um exercício constante de estar junto com o outro, e ao descobrir-se a partir do outro, sofrer com ele e lutar junto com ele, como já nos disse Freire (1987, p. 23).

¹⁶ Para saber mais sobre as obras e atividades do grupo, ver: <http://observatoriodosconflitosrs.blogspot.com.br/> ou http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2015/04/Conflitos-Urbanos-e-Ambientais_debates_lutas-e-desafios.pdf último acesso: 10/02/2016.

Ao me inscrever no PPGEA assumi a responsabilidade de, ao menos, tentar tecer contribuições para os fundamentos do campo da Educação Ambiental. Avistei uma possibilidade de contribuição que não seria possível sem a aproximação com os grupos sociais que ao viverem na região do TAIM cercados pela contaminação produtiva do arroz, soja e outros empreendimentos do agronegócio, vivem os impactos destas atividades sem se beneficiar, pelo contrário, sofrem por duas vezes, pela distribuição desigual do ambiente e pelos efeitos negativos das atividades dos grupos dominantes.

1.2 A constituição do artesão pelo artesanato: delimitando o fenômeno pesquisado

“Balão-de-vira-mundo não me venha incomodar! Deixa eu aqui sorrindo [...]” dizia a canção do grupo portoalegrense, Apanhador Só. Este trabalho se insere dentro de um processo de deslocamento pessoal de um pesquisador do campo das ciências biológicas para o campo dos fundamentos da Educação Ambiental. Não somente, mas também por isto a presente dissertação está marcada por constantes - aproveitando a analogia poética supracitada - “balões-de-vira-mundo”. A expressão “Balão-de-vira-mundo” se refere aqui ao abandonar certezas, deslocar-se daquele lugar aparentemente cômodo para o tão temido e tão necessário, principalmente na vida de um pesquisador, território das incertezas. Território necessário para que a partir dele possamos desvelar o real das coisas.

Posso dizer que esta pesquisa teve, pelo menos, dois grandes momentos de “balão-de-vira-mundo”. O primeiro foi o momento pós-qualificação no qual a banca fez importantes reflexões que me ajudaram a avançar aos objetivos propostos, inclusive, ressignificando alguns deles. Lembro que fui para a qualificação pensando que a banca avaliadora iria fazer recortes para delimitar o fenômeno de pesquisa, mas, ao contrário do que eu imaginava, a banca contribuiu para a delimitação do fenômeno de pesquisa ampliando-o, fato que foi fundamental para um momento posterior que foi a imersão de campo. O segundo “balão-de-vira-mundo” foi durante a imersão de campo propriamente dita. Quando me dediquei às coletas de dados em campo não estava muito interessado sobre processos de *ecologização*.

Sendo sincero, estava buscando, dentro de uma imaturidade acadêmica, encontrar conflitos explicitados em decorrência deste processo contraditório de *ecologização*, e neste identificar onde se inseria a educação ambiental. Nesta época pensava que o “grande” problema era a falha da gestão da ESEC em propor metodologias que os moradores locais pudessem participar. Mas a banca avaliadora do projeto de dissertação alertara: - O problema não está na criação de propostas mais ou menos participativas, mas na natureza das relações desiguais e de dominação do território.

Estas sugestões da banca e a entrada em campo, mais os estudos realizados em decorrência, principalmente leituras do campo antropológico como Eduardo Viveiros de Castro e Lévis-Strauss, concomitantes com as imersões em campo me fizeram ficar mais atento para o que cada pessoa, que tive o privilégio de estabelecer diálogos, selecionara ou excluía ao falar comigo.

Como Viveiros de Castro (1992, p. 182) que não tinha nenhum interesse especial pela teologia, pela morte, pela legião de espíritos que povoa o cosmos araweté, mas que ao ter contato e viver entre os araweté, passou a se interessar, pois, era sobre isto que eles preferiam falar com ele. Comecei a dar especial atenção ao que era frequentemente dito e ao que era hesitado em dizer, por meus interlocutores.

A cada momento era lembrado que minha posição não era muito privilegiada para o estabelecimento de uma igualdade de ponto de partida do diálogo, pois, populações atingidas por políticas de preservação, querendo ou não, acabam se tornando *experts* em pesquisadores. Ainda mais quando o pesquisador é da área de Educação Ambiental e a situação piora quando este é um biólogo, devido aos traumas coletivos impostos pela atuação da ESEC no Taim. Porém, a imersão em campo fez com que eu pudesse, como diria a professora Narjara Garcia do PPGEA, “compartilhar alguns horizontes” e entrar nesta “negociação entre pesquisador e informantes” (VIVEIROS DE CASTRO, 1992, p.177) do que *a priori* se queria ouvir e do que é importante que se ouça, determinado muito mais pela perspectiva de quem fala ou deixa de falar, do que de quem ouve.

Portanto, ao identificar a pesca artesanal como a atividade fundante da comunidade do Taim na qual estava me inserindo – a Vila da Capilha – e de outras comunidades nos redores, comecei a dar especial atenção aos pescadores artesanais e suas práticas. No caso da Vila da Capilha, a comunidade enfrenta um grande desafio para sua (re)produção social devido a escassez do peixe na lagoa mirim de um lado, e de outro pelas restrições dos bens ambientais impostas pelo imperativo da preservação ambiental. Neste sentido, o trabalho de Adomilli (2009) coloca uma questão importante:

[...] embora não possa ser negligenciado o risco permanente de não reprodução social dos pescadores artesanais em face dessas adversidades, ou seja, de haver a possibilidade de uma ruptura definitiva em relação aos sistemas social e simbólico de grupos específicos, não se trata somente de mostrar como eles caminham para a industrialização, mas de que forma mantêm seu *ethos*, sua identidade social e quais são suas estratégias de sobrevivência como categoria social (p. 99).

A partir disto formulei uma questão “quebra-gelo” ao me apresentar aos moradores locais. O diálogo gerado a partir desta questão determinou um dos caminhos da pesquisa que

revelou a importância de verificar a questão da *ecologização* decorrente da atividade dos órgãos gestores e de empresas do agronegócio e sua ligação com os projetos socioambientais e de Educação Ambiental.

Para exemplificar, transcrevo a seguir a pergunta “quebra-gelo” e o diálogo informal gerado a partir dela que delimitou esta dissertação. Vale ressaltar que escrevo o diálogo que eu (V) registrei no diário de campo ao conversar com um pescador local (P), porém ele não foi o único, outros moradores elaboraram respostas semelhantes.

O diálogo se deu em uma manhã fria em que tomávamos chimarrão após ter o ajudado a podar uma árvore. Este senhor, 56 anos, foi um dos interlocutores que construí uma relação muito próxima. Pessoa visivelmente de prestígio na comunidade, por ter se criado nela e por ajudar muitos outros moradores em tempos difíceis. Foi ele quem me apresentou a outros interlocutores desta pesquisa. Apesar de ter sido um diálogo informal, aproveitei que estava com o caderno de campo em mãos e anotei, com o máximo de fidelidade às palavras que tinha condições de fazer, o diálogo que segue:

V - Por que o senhor acha que diminuiu tanto o peixe?

P - Dizem que é por causa das lavouras de arroz, mas eu acho que até pode ser, mas acho que tem muito pescador também. Hoje não, mas antigamente filho de pescador virava pescador e nisso daí aumenta né.

V - Mas será que o agrotóxico e as bombas de sucção das lavouras de arroz não impactam também ou a barragem eclusa de São Gonçalo não modificou algo?

P - É, mas eles são bem fiscalizados né. Tu pode ver que tem as placas da FEPAM¹⁷ nas lavouras pra eles colocarem telas nas bombas. E se a barragem ou as lavouras prejudicassem, esses caras que estudam da FURG e do IBAMA¹⁸ já teriam multado eles. Isso é o que eu acho né. Porque, antes a gente matava peixe a reverteria o nosso problema era o preço, os compradores pagavam muito pouco. Hoje dá menos peixe, mas o preço tá melhor. Mas essa é a vida nossa né. Fazer o quê? Se eu não pesco nem sei o que posso fazer.

* * *

Foi a partir deste diálogo, que se repetiu algumas vezes, e ao saber das inúmeras implicações que a presença da ESEC Taim trouxera aos moradores da Vila da Capilha como novas delimitações em áreas de pesca, desapropriações, planos de ordenamento territorial e

¹⁷ Fundação Estadual de Proteção Ambiental do Rio Grande do Sul.

¹⁸ Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

etc. que formulamos¹⁹ alguns questionamentos que conduzem esta pesquisa. Neste momento passamos a procurar por “pistas” que nos levassem a entender como se dá a construção da culpa das atividades artesanais, sobre tudo a pesca, e como os moradores locais interpretam e, por vezes, incorporam esta culpa na sua vida cotidiana ou até mesmo como discurso de proteção diante de uma categoria que eles bem conhecem, os pesquisadores.

As políticas de preservação são assimétricas, no sentido de que para alguns grupos elas são desestruturantes, ou seja, impõem severas mudanças nos aspectos fundamentais da vida cotidiana como a (re)produção das relações sociais de trabalho e com o meio ambiente. Já para os grupos de maior capital econômico e simbólico, base material²⁰ pela qual dominam e exploram, tais políticas muitas vezes não passam de uma autopromoção dos negócios dos famosos empreendedores “amigos da natureza”.

Fica evidente então que os diferentes grupos, além de possuírem desiguais cotas de poder para exercer influência no processo de elaboração e efetivação destas políticas, possuem também distintas possibilidades em adaptarem-se, esquivarem-se, resistirem ou boicotarem os desdobramentos das políticas de preservação. Ao passo que, na maioria dos casos, os grupos dominantes protagonizam os processos decisórios, restando aos “dominados” espaços pré-estabelecidos como projetos de Educação Ambiental.

Um exemplo desta assimetria está no fato da pesca e do uso do agrotóxico nas lavouras na região de nossa pesquisa. A pesca artesanal na Vila da Capilha, devido à consolidação da ESEC Taim e outras políticas de preservação, passou nos últimos 25 anos por profundas adequações, como mudança nas medidas de malhas, por exemplo. Fato que detalharemos na seção 4 deste documento. Estas modificações transformam as relações históricas e cotidianas dos pescadores forçando-os a reorganizações no que tange a divisão social do trabalho, tecnologia dos meios de produção e relação com o ambiente. Já para os proprietários de grandes negócios relacionados à pecuária e/ou o agronegócio estas imposições, obviamente, não exercem os mesmos impactos. Como confirma o próprio servidor público da ESEC:

Não existe uma força organizada contra os arrozeiros que usam agrotóxicos, porque é o grande produtor que usa água depois devolve com agrotóxico, eles tem força econômica muito maior, o pescador esta numa situação mais frágil, uma fazenda tem dinheiro de todas essas pessoas, é difícil controlar os produtores de arroz, por exemplo, nós pedimos para não fazerem mais sobrevoos para deitar veneno para não voar para dentro da água, para o banhado, também na beira da lagoa tem uma faixa

¹⁹ A partir daqui, exporemos pela primeira pessoa do plural.

²⁰ Base material esta que está fundamentada no lucro e, conseqüentemente, aos acessos como inserção nos espaços de discussão, ferramentas jurídicas e etc.

que a gente não deixa usar, existe algumas estratégias como recomendar que faça o arroz ecológico mas não se obriga (SETE, 2010, p.91).

Em contrapartida, os “Projetos Socioambientais”, incluindo a Educação Ambiental, parecem negligenciar tais relações de poder. Mais do que isso, ao suprimir a desigual apropriação das benéficas ambientais, bem como os impactos oriundos desta desigualdade, assumem o papel de local (pré)destinado e exclusivo aos grupos sociais atingidos pelas políticas de preservação, chancelando a gestão das áreas protegidas como *participativas*, titulação blindada à críticas, pois algo em que supostamente foi construído em conjunto (pescadores, gestores, moradores e etc.) cria a imagem de que não foi violento ou arbitrário.

Não estamos com isso negando os processos participativos, que se diga, imprescindíveis para uma gestão democrática de qualquer instância decisória. Todavia, cabe aqui salientar, que dentro de um contexto de *democracia da cooptação* (FERNANDES, 1980), no qual abordaremos na parte terceira deste trabalho, as instâncias participativas também assumem um caráter instrumental para os grupos dominantes. Em poucas palavras, a coerção exige uma prática de construção do consenso, pois desta maneira fica mais difícil de ser contestada.

Desta forma, decidimos fazer o inverso. Nossa **questão principal** foi desenvolvida no sentido de identificar e explicitar como estão estabelecidas na região as distintas formas sociais de apropriação do território do Taim e como, entre si, são afetadas pela operação de outras práticas, inclusive as tidas como em prol da preservação da natureza, em nosso caso mais especificamente, os “projetos socioambientais” desenvolvidos no território em estudo. Ainda, quem são os atores sociais (incluindo organizações, instituições e etc.) envolvidos, voluntaria ou involuntariamente, nos conflitos e tensões oriundos das atividades da ESEC Taim? Como enxergam, vivenciam, se organizam, se aliam e se separam diante desta tensão em busca pela legitimação ambiental?

Além da questão principal destacaríamos ainda, como **questões secundárias**: Seria possível identificar nas políticas de preservação e os projetos socioambientais desenvolvidos na região contradições que se relacionam com a produção da “culpabilização” das atividades “tradicionais”? Seria esta culpabilização da atividade “tradicional” fruto de uma *violência simbólica* exercida por aqueles que detêm o *capital social* necessário para determinar o “ecologicamente correto”?

Estas questões, que foram frequentemente reformuladas principalmente após cada “balão-de-vira-mundo”, orientaram a realização deste trabalho e, portanto, a busca de respostas. Porém, mais do que elaborar respostas definitivas tais questões serviram como

provocações nos diálogos realizados em campo, para que desta maneira estas fossem discutidas e (re)pensadas por nós e por aqueles/as que vivem a desigualdade ambiental no seu cotidiano. Não buscar respostas definitivas não se trata de relativismo, muito menos de negar a base material que sustenta as relações sociais. Mas, de explicitar também nossas limitações e incapacidades explicativas, para desvelar o real das coisas e avançarmos com novas questões e prospectar horizontes possíveis.

1.3 Sobre o processo de construção da pesquisa e do problema

Desde os primeiros contatos com o Taim, alguns antes mesmos do início da pesquisa, foram feitas algumas coletas de dados através de reportagens de jornais locais, conversas informais com moradores e alunos das escolas da região e fotografias. Estes contatos e trabalhos exploratórios foram importantes para a formulação das ideias gerais da pesquisa e orientaram os desdobramentos iniciais de coleta de dados.

Em um primeiro momento, o que nos provocou algumas indagações foi a imagem que marca a BR 471 que atravessa o Taim: As placas de responsabilidade ambiental dos empreendimentos (Figura 1). Mais do que uma exigência da FEPAM estas placas são símbolos de uma chancela de produção dos “empreendedores ambientalmente responsáveis”.

Figura 1 Placas de licenciamento e propaganda por empreendimentos estabelecidos na região.



Fonte: produzido pelo autor

Pois, como disse nosso companheiro de pesquisa “eles são bem fiscalizados né, tu pode ver que tem até as placas [...]”.

Ajudou, também neste processo, nossa participação nas consultas públicas de ampliação da ESEC, realizadas nos dias 16 e 17 de outubro de 2013 sendo a primeira em Rio Grande no auditório CIDEC-SUL da FURG e a segunda na Câmara de Vereadores de Santa Vitória do Palmar. Ambas registradas pelo Observatório de Conflitos do Extremo Sul do Brasil. Neste espaço pudemos constatar que há uma arena conflitiva que os envolvidos transitam de lados, aliando-se, afastando-se e recorrendo às ferramentas que cada um tem a disposição (Associações, parcerias políticas partidárias etc.). Por exemplo, a fala do proprietário de uma granja, em entrevista para um jornal local, exemplifica como determinado

grupo interpretava a questão na época: “Nós **não temos medo da preservação** como vai ser feita, desde uma vez que seja organizada e com a participação dos produtores²¹” (GLOBO, 2013, grifo nosso).

Isto nos permite ver que mesmo os gestores do ICMBIO afirmando que as consultas públicas foram um trabalho “muito bem feito”, pois os diferentes atores entraram em consenso, as políticas de preservação ao formalizarem um *campo* que coloca em jogo valores culturais, interesses políticos e econômicos e questões de trabalho e renda divergentes entre os diferentes grupos que constituem o território, cria um cenário de conflitos e/ou tensões explícitos ou latentes atravessadas pelos processos de *ambientalização*.

Neste sentido, a ideia de uma única visão, a de que todos estão cooperando para a “preservação da natureza” ou esteja sendo construída uma “harmonização das práticas agropecuárias com a preservação do meio ambiente e os interesses da ESEC²²”, consegue ser sustentada até o momento em que esta “cooperação” não toque na produção, leia-se, lucro dos empresários locais.

Outro fato que notamos em nossas visitas exploratórias é que os jovens moradores locais, muitos vivendo em uma realidade socialmente precarizada, no que diz respeito ao acesso a educação, moradia, trabalho, mobilidade e etc. tinham, aparentemente, na ponta da língua o discurso consensual de que eram responsáveis pela “preservação da natureza” e por isso todos precisavam se adaptar as regras da ESEC em nome da preservação do meio ambiente. É claro que aqui não estamos desconsiderando a capacidade crítica das crianças e dos jovens, mas é importante destacar que devido às circunstâncias dadas pela presença de um pesquisador (até então desconhecido e biólogo), a maioria dos diálogos era neste sentido. Por outro lado, tais afirmações podem ser entendidas como uma prática de defesa de pessoas que são *experts* em pesquisadores, ongueiros e gestores.

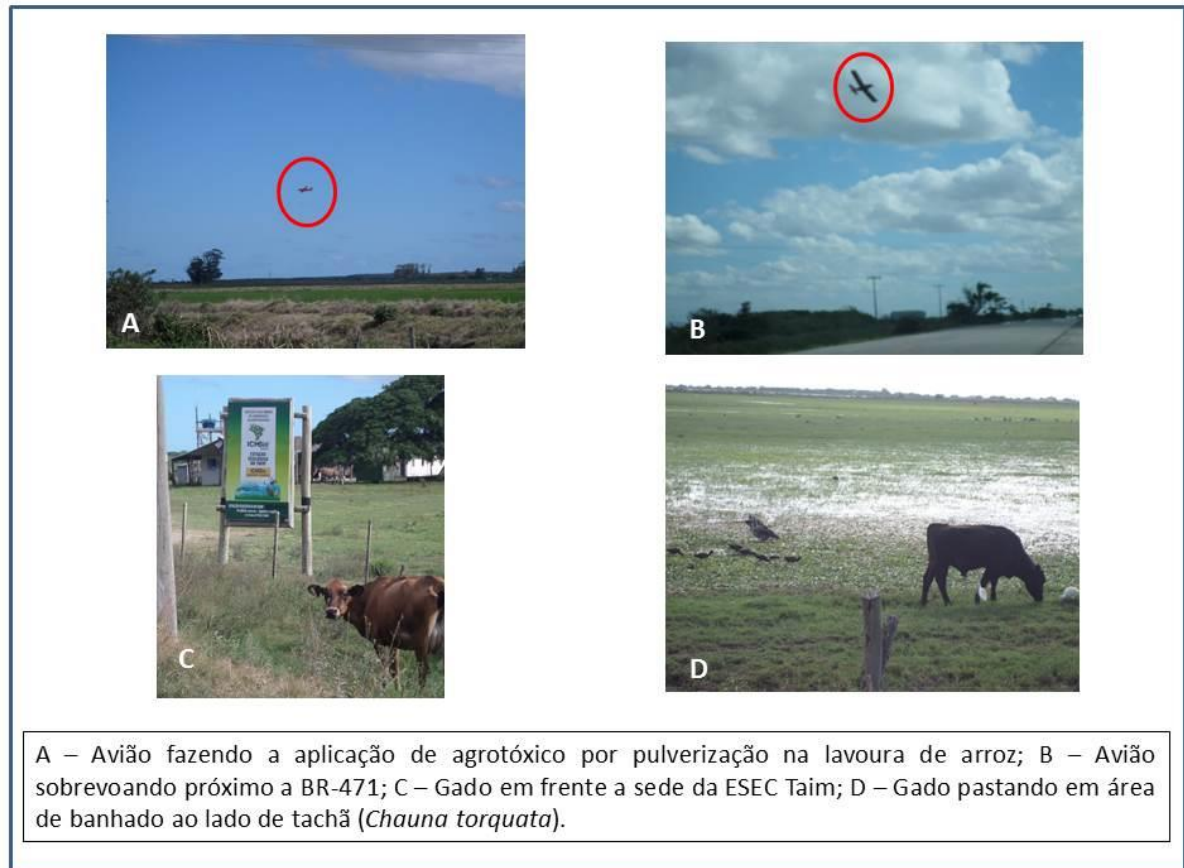
Deste modo, ao replicar o discurso consensual próprio dos projetos de EA, os alunos/alunas se apropriam da referência cosmológica e moral que lhe é imposta sem necessariamente admitirem como sua. A mesma estratégia discursiva se repete com os moradores mais antigos, que vivenciaram episódios de violência - seja ela simbólica ou não – como pudemos ver no diálogo inicial.

²¹ Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2012/11/ampliacao-da-reserva-ecologica-do-taim-gera-polemica.html> Último acesso: 13/01/2016.

²² Este tipo de discurso pode ser encontrado em: Jornal Agora dos dias 05/07/2013 ou 06/10/2013 (ANEXO B).

Percebe-se então que há um tratamento distinto para os diferentes grupos. Para os empresários a busca de consenso e soluções que “harmonizem” suas práticas com os interesses de preservação da ESEC, mesmo se tais atividades forem dispersão intensiva de agrotóxico por pulverização próxima à UC, ou criação de gado dentro do banhado (Figura 2).

Figura 2 Fotografias das atividades agropecuárias.



Fonte: produzido pelo autor

Já para os moradores locais as restrições, as fiscalizações, as penalizações, por cortar uma árvore nativa dentro do seu próprio pátio, por exemplo, são combinadas com os projetos destinados a eles, como os projetos de extensão oferecidos pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, ou projetos socioambientais por ONGs locais.

A partir do que foi exposto acima, construímos a **hipótese** de que a ESEC como o órgão de materialidade de uma política de preservação junto com outras instituições como a FURG, o 3º setor (ONGs responsáveis pelo desenvolvimento dos projetos de Educação Ambiental da ESEC) desconsiderando o cenário de desigualdade ambiental que compõe a região e destinando projetos socioambientais pautados em “mudanças de valores culturais” aos atingidos por estas políticas, produzem um processo de *ecologização* dos moradores do

TAIM. Estes projetos possuem dois papéis principais 1) o de “harmonizar” conflitos e 2) o de justificar as ações da ESEC como “participativas”.

Sendo assim, além das questões acima destacadas como questão geral e secundárias da pesquisa, sentimos a necessidade de listar algumas ações a serem realizadas para dar conta no caminhar da pesquisa, são elas: 1) Mapear as diferentes formas de apropriação do território e investigar as mudanças nas práticas territoriais decorrentes da relação dos grupos entre si e da relação que estes estabelecem com as políticas de preservação; 2) Identificar a manifestação de tensões ou conflitos latentes nos discursos das populações atingidas por políticas de preservação; 3) A partir da desigualdade ambiental, problematizar o papel assumido pelos projetos socioambientais, incluindo a Educação Ambiental, e as suas produções simbólicas.

Os passos a seguir que serão detalhados, são desdobramentos das questões de pesquisa e da hipótese anunciada ao decorrer da pesquisa e do próprio relatório que aqui estou apresentando como resultado e exposição da mesma.

1.4 Construindo ferramentas: O entralhar das redes metodológicas

Certa vez, enquanto fazíamos a imersão no campo de pesquisa, fomos convidados para participar do processo para o entralhe²³ de redes de pesca. O processo além de demandar certa habilidade manual é regido pelas escolhas conforme os objetivos dos/das pescadores/as. Por exemplo, a medida usada pelo tamanho da agulha determina se a rede ficará frouxa ou esticada. Caso se opte pela rede de modo frouxo ela irá capturar mais peixes, mas diminui sua resistência, ou seja, tem seu tempo útil reduzido. Já de modo esticado ela irá aumentar a resistência, mas diminui a superfície de contato, em outras palavras, capturando menos peixes. Por esta e outras razões não se compram redes produzidas industrialmente, pelo contrário, se cose artesanalmente, pessoalmente ou por um “entalhador” conhecido.

Ao participar deste processo fomos instigados a estabelecer analogias com as opções metodológicas presentes nesta pesquisa, afinal, assim como os pescadores, nossas escolhas sobre as técnicas devem estar alinhadas com os pressupostos teóricos e os modelos de exposição da pesquisa. Desta forma, assim como para o pescador cabe avaliar as inúmeras circunstâncias e circunstâncias que a opção por uma “rede frouxa ou esticada” pode se desdobrar, cabe também ao pesquisador a partir de suas habilidades e disponibilidades avaliar os possíveis desdobramentos de suas opções metodológicas.

²³ Entalhar significa coser as tralhas às redes. Uma tralha possui pequenos fragmentos de chumbo (parte pesada que tende ao fundo da água) e a outra pequenas boias (parte que possibilita a flutuabilidade) conferindo a abertura da rede na água.

Como já fora dito neste trabalho em outro momento, o mesmo foi marcado por um deslocamento da área de conhecimento do autor. Este deslocamento nos exigiu uma auto-vigilância epistemológica redobrada, afinal, ao mesmo tempo em que inúmeras ferramentas teórico-metodológicas se apresentavam como novidades possíveis de serem apropriadas, houve também um esforço para saber as limitações tanto do autor para manuseá-las, quanto das questões referentes ao tempo e logística que uma pesquisa de mestrado está submetida.

Outros dois receios assombraram inicialmente o pesquisador. As descobertas metodológicas, misturadas com empolgação e, de certa maneira, imaturidade acadêmica fez com que o autor tendesse a dois extremos: de um lado as interpretações ortodoxas de alguns autores, que consistiria em apenas confirmar aquilo que de antemão (achava-se que) já se sabia. De outro, o ecletismo, no qual se iria a campo com perspectivas tão diferentes ou de forma tão flexível sem qualquer orientação ou objetivo a ser realizado²⁴. O papel do orientador e as sugestões da banca que avaliou o pré-projeto foram importantes para conduzirem o autor a um caminho menos extremado. Afinal, como afirma Martins (2014, p. 39), o âmbito privilegiado da imaginação sociológica está no fato de que não se propõe somente como “conhecimento apoiado na observação, mas também como criação dos meios da observação em função da dinâmica do objeto”. Resumindo, “o artesanato intelectual envolve a invenção de técnicas de pesquisa e de abordagem ajustadas à natureza do tema e do objeto” (MARTINS, 2014, p. 28).

Para começarmos a tratar das opções metodológicas começaremos falando sobre os estudos exploratórios. Em Triviños (1987) os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema. Ele é fundamental e serve para diversas finalidades, como para aprofundamentos partindo de uma hipótese ou para avaliar possibilidades de execução do projeto de pesquisa, por exemplo. No caso específico deste estudo a parte exploratória serviu para que levantássemos possíveis problemas de pesquisa. Apesar de já termos partido de alguns prováveis problemas os estudos exploratórios mostraram novos caminhos e sem hesitar, seguimo-los.

No período em que esta dissertação estava sendo pensada aconteciam as consultas públicas para a proposta de ampliação da ESEC Taim. Durante as consultas públicas, que foram devidamente registradas, percebemos que faltavam alguns atores importantes. Este estudo exploratório no fez ver que os principais envolvidos, obviamente os atingidos pelas

²⁴ Diz Bourdieu (2015) que o pesquisador produz o seu objeto de pesquisa a partir, é claro, do que já existe e de seus próprios interesses e finalidades. Isto acontece desde determinadas referências teóricas em sua relação aos métodos afins e necessários a sua pesquisa e objetivos.

políticas de preservação, não tinham espaços nestas instâncias públicas para manifestarem-se. Observamos este fato em outros materiais coletados durante a pesquisa exploratória como em jornais locais, noticiários da TV, artigos científicos, participação em eventos como o “I Seminário sobre Conservação da Biodiversidade na Planície Costeira do Rio Grande do Sul” e entre outros. Como o nosso interesse era o grupo atingido pelas políticas de preservação e, conseqüentemente, pelos projetos de Educação Ambiental, algumas técnicas oriundas do campo etnográfico se apresentavam como alternativas.

Assim, este trabalho de pesquisa transitou entre o que Triviños (1987) caracteriza como sendo *Estudo de caso histórico-organizacional* e *Estudo de caso observacional* para depois, ampliar-se com as técnicas etnográficas. Para Triviños no *Estudo de caso histórico-organizacional* “o interesse do autor recai sobre a vida de uma instituição” (p. 134), que para nós é a ESEC Taim. Porém, não poderíamos negligenciar que o nosso interesse, a partir do material previamente levantado, era em ouvir os moradores locais, entendendo que estes “são mais do que fornecedores de dados, pois os dados que deles recebemos são dados interpretados” (MARTINS, 2014, p. 31). Por isto, o *Estudo de caso observacional* contribuiu para que pudéssemos abranger o nosso olhar para os grupos que não fazem parte da organização em si, mas que muito têm para nos ajudar a entendê-la.

No que diz respeito às “técnicas” de aproximação etnográfica, começamos mapeando as comunidades atingidas, direta ou indiretamente, pela ESEC Taim. Nas *observações exploratórias* destacamos três comunidades: Da Ponte Federal (Km 74), sendo esta a mais afastada da ESEC dentre as três; da Serraria, sendo a mais próxima da ESEC (Km 99) e a Vila da Capilha (Km 88). Muitas outras comunidades pertencentes ao Taim poderiam ser citadas como Palma, Albardão, Siola, Santa Izabel, Agrovilas e entre outras. Contudo, para fins de recorte da pesquisa priorizamos as três comunidades a) mais próximas dos limites da ESEC Taim; b) e que mais moradores tenham participado de projetos socioambientais, incluindo de Educação Ambiental, ou envolveram-se com a reserva em algum momento de sua trajetória. Devido ao tempo e o suporte de deslocamento que tínhamos disponíveis, optou-se em fazer a imersão de campo na comunidade que mais se enquadrava nos dois critérios acima, que foi a Vila da Capilha.

A Vila da Capilha possui algumas peculiaridades. Ela se difere dos outros agrupamentos locais, pois sua formação atual não está associada, diretamente, às atividades agropecuárias das grandes granjas (Granja 4 irmãos²⁵, por exemplo) e nem às empresas

²⁵ Ver: <http://www.granjas4irmaos.com.br/> último acesso: 11/02/2016.

reflorestadoras da região (Flopal Florestadora Palmares Ltda²⁶ e Âmbar Florestal Ltda.²⁷, por exemplo) como ocorre com a maioria das outras comunidades. Outra característica interessante de ser ressaltada aqui é que, segundo os alguns moradores, a Capilha passou por momentos de crescimento e decréscimo em sua densidade demográfica. O mais recente e mais notável na formação atual – segundo um dos moradores mais antigos – foi o resultado da migração de pescadores artesanais que antes habitavam próximos aos diques e que mais tarde se tornaria a área da ESEC Taim em 1986. Ao serem expulsos e proibidos de pescar nestes lugares, estes pescadores se mudaram para a Capilha.

Uma vez delimitado onde ocorreria a imersão em campo utilizamos de técnicas variadas, muitas delas – como já dissemos - oriundas do campo da etnografia como a observação e participação do/no cotidiano, as entrevistas abertas e semiestruturadas, o diário de campo, o olhar, o ouvir, o deslocar e o engajar. Para Rocha e Eckert (2008):

A observação é então esta aprendizagem de olhar o Outro para conhecê-lo, e ao fazermos isto, também buscamos nos conhecer melhor. Esta busca de conhecimento é sempre orientada por questões conceituais aprendidas nos estudos das teorias sociais (p. 4).

Vale lembrar que, à medida em que expomos o conjunto de técnicas que nos apropriamos para a realização da pesquisa, não estamos afirmando que pesquisar seja elencar técnicas aleatórias para uma investigação. “O artesanato intelectual tem uma dimensão teórica, define um modo sociológico de ver e uma prontidão permanente para observar as circunstâncias e os circunstantes, seus bloqueios e suas dinâmicas” (MARTINS, 2014, p. 11). Isto é, se não se pode fazer pesquisa sem a adoção de procedimentos técnicos, tão pouco poderemos se estes não mantiverem uma conexão com o método de elaboração teórica e de explicação.

Uma vez que tínhamos feito algumas observações e coletas exploratórias, delimitado o campo de imersão e redefinido alguns rumos através de diálogos informais e a qualificação do projeto de pesquisa, nos sentimos mais confiantes para realizar a imersão de campo. A imersão confere a vantagem de revelar aspectos importantes que a entrevista pode não revelar como a rotina de trabalho diário, os laços de amizade, simpatias, aversões e etc. (MALINOWSKI, 1976).

Conforme Rocha e Eckert (2008)²⁸:

²⁶ Ver: <http://www.flopal.com.br/> último acesso: 11/02/2016.

²⁷ <http://www.ambarflorestal.com.br/> último acesso: 11/02/2016.

²⁸ Apesar da infertilidade das rotulações vale lembrar que o presente autor não é, formalmente, um antropólogo. Um aspirante, talvez. Destacamos isso não para justificar os possíveis equívocos que certamente

Logo após o pedido de consentimento por parte dos indivíduos ou das pessoas, ou da concordância institucional, o(a) pesquisador(a)-observador(a), em sua atitude de estar presente com regularidade, passa a participar das rotinas do grupo social estudado e sua técnica consiste então na **observação participante**. A prática da etnografia se torna mais profunda e se constitui como uma forma do(a) antropólogo(a) [pesquisador(a)] pesquisar, na vida social, os valores éticos e morais, os códigos de emoções, as intenções e as motivações que orientam a conformação de uma determinada sociedade (p. 03, grifo nosso).

A nossa observação participante teve o privilégio de contar, ainda no período exploratório, com o convite de uma professora local que também era companheira de um morador que por muito tempo se dedicou à pesca na região, para hospedar o pesquisador em sua casa. A técnica usada para chegar até este casal foi a *SnowballSampling*²⁹ (BIERNACKI E WALDORF, 1981). Esta técnica se enquadra dentro das chamadas “metodologias em cadeia” que se referindo à delimitação amostral servem para que o pesquisador possa constituir uma rede de colaboradores em torno do tema proposto. O *snowballSampling*, especificamente, é quando informantes previamente localizados são solicitados para que, “através de um procedimento nominativo, nomeie outros indivíduos que integrem os critérios estabelecidos, de modo a assegurar as cadeias de referência” (FERNANDES; CARVALHO, 2000, p. 23).

Como coleta de dados em campo utilizamos o diário de campo, registros fotográficos e auditivos (através de câmera e gravador) e as entrevistas abertas ou semi-estruturadas,

Podemos entender por *entrevista semi-estruturada*, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

Para orientar as entrevistas semi-estruturadas, Manzini (2003) ressalta a importância da coleta através de um roteiro com perguntas que atinjam os objetivos pretendidos. Para a realização das entrevistas procedíamos a explicação prévia dos objetivos da pesquisa e logo após utilizávamos o termo de consentimento livre e esclarecido (ver APÊNDICE A) sendo que uma cópia permanecia com o pesquisador e outra com o entrevistado, ambas assinadas.

A elaboração do roteiro (presente no APÊNDICE B) se deu por base das questões de pesquisa, e foi dividido em cinco “pacotes” de perguntas sobre a relação estabelecida com ou

virão, mas para lembrar que esta dissertação não se trata de uma etnografia propriamente dita. Faltam-nos elementos e trajetória para isto. Mesmo assim, em alguns momentos aparecerão citações destinadas aos antropólogos e reflexões do campo antropológico, pois, sem dúvida, é um campo que serviu de referência e no qual queríamos e precisávamos dialogar.

²⁹ Amostragem pelo método bola-de-neve em tradução livre.

as interpretações do entrevistado sobre: a) Sua trajetória; b) Comunidade; c) Pesca; d) ESEC Taim; e) Granjas/Empreendimentos agropecuários. Parte das entrevistas tiveram seus áudios registrados a partir de um gravador o que totalizou seis horas de gravação. No restante das entrevistas, por opção dos interlocutores, não foi utilizado o gravador, mas a transcrição direta. Todas as entrevistas foram transcritas e suas partes foram reagrupadas por semelhanças conceituais.

É importante dizer que a primeira entrevista foi feita após quinze dias de permanência do pesquisador no local. A princípio não tínhamos pré-estabelecido um período para realizar as entrevistas, porém, antes era necessário conhecer os diferentes interlocutores e captar a partir de seu cotidiano questões que lhes eram pertinentes. Foi nestes primeiros quinze dias que o pesquisador mais participou de atividades comuns como mutirão para carregar materiais de construção para a casa de um vizinho que necessitava reparar sua casa; mutirão para trocar a caixa d'água de uma vizinha; aula de alfabetização para adultos; jogos de carta ao entardecer e até fazer dinâmicas musicais com os/as alunos/as da Escola Municipal Ensino Fundamental Prof^a Aurora Ferreira Cadaval. Além disso, foi neste período que construímos o roteiro de pesquisa (conforme APÊNDICE B).

Por mais diversas que possam parecer todas estas atividades, este período foi fundamental para a pesquisa. À medida que estreitávamos os laços de relação, o pesquisador tinha mais oportunidades de poder mostrar de onde partia e onde pretendia chegar com o presente trabalho. Foi interessante notar que os moradores locais apresentavam certo, e compreensível, receio sobre os objetivos da pesquisa, pois, sendo um grupo tão “vigiado” e tão solicitado por projetos socioambientais, acabam se tornando especialistas em pesquisadores. Fato que culminou muitas vezes na *inversão do jogo* (VIERTLER 2002, p. 16), momento no qual os moradores realizavam uma entrevista sobre o pesquisador.

A partir do material coletado e do agrupamento conceitual destes, fizemos aproximações com a *análise de discurso* (ORLANDI, 2010) contrastando com os materiais de subsídio como jornais locais e websites que são um dos meios de fala dos outros grupos envolvidos na questão da preservação da ESEC Taim, no caso, gestores e empresários. A imersão em campo possibilitou que nós nos aproximássemos das *condições de produção* dos discursos analisados, ou seja, a instância verbal determinada por contextos e lugares de onde os interlocutores constroem as imagens que fazem de si, dos outros e das circunstâncias. Para Orlandi (2012), a partir de Malidier e Guilhaumou (*apud* 1994), o que faz o pesquisador que se propõe a analisar o discurso, nesta perspectiva, é colocar a materialidade da linguagem na

discursividade do arquivo. Pois bem, foi o que tentamos fazer principalmente nas seções 3 e 4 desta dissertação.

1.5 Síntese da estrutura analítica

Para nos organizarmos quanto à pesquisa utilizamos de uma tabela que foi constantemente modificada em campo. Todos os dias como a rotina dos moradores da Capilha se encerra normalmente as 22:00 horas, o pesquisador estendia sua rotina para mais duas horas (levando em conta que o despertar era as 6:00 horas) de revisão teórica a partir das vivências cotidianas e dos apontamentos no diário de campo. A tabela a seguir constitui uma síntese das elaborações de campo que foi construída a partir das interações entre os interlocutores que possibilitaram esta pesquisa.

Tabela 1 Síntese da estrutura analítica

Questão de pesquisa	Objetivos	Categorias	Instrumentos e opções metodológicas	Sistematização e análise de dados
Como se dão as distintas formas sociais de apropriação do território do Taim e como, entre si, são afetadas pela operação de outras práticas, inclusive as tidas como em prol da preservação da natureza, em nosso caso mais especificamente, os “projetos socioambientais”?	1) Mapear as diferentes formas de apropriação do território e investigar as mudanças nas práticas territoriais; 2) Identificar a manifestação de tensões ou conflitos latentes nos discursos das populações atingidas por políticas de preservação; 3) Problematizar o papel assumido pelos projetos socioambientais e as suas produções simbólicas.	- Sociologia da vida cotidiana - Ambientalização de conflitos - Desigualdade ambiental	- Levantamento de dados secundários: Bibliográficos (Jornais, artigos, documentos...) - Levantamento de dados primários: Imersão Observação e anotações Fotografias Entrevistas gravadas e transcritas	- Agrupamento conceitual - Análise de discurso

Fonte: produzido pelo autor

Esta primeira parte, na qual nos dedicamos em expor os elementos introdutórios, precede o próximo item que será o referencial teórico da pesquisa. Nele, exporemos o lugar de onde partimos para confeccionar este trabalho, porém, mais do que isso, nos dedicaremos em expor que este “lugar” nem sempre foi o ponto de partida, mas também de chegada. A seção 2 resume o caminho navegado nestes dois últimos anos no qual utilizamos de certos autores como faróis para poder percorrê-lo.

2 PARA NAVEGAR É PRECISO TER REFERÊNCIA: CATEGORIAS E CONCEITOS

Nesta seção apresentaremos o referencial teórico que utilizamos como subsídio para a presente pesquisa. Para tanto, começaremos com as noções de desigualdade e injustiça ambiental, nesta parte faremos algumas comparações com a razão utilitária do debate ambiental trazendo como exemplo as estratégias de “resolução de conflitos” adotadas pelo ICMBIO. Após, abordaremos os conflitos e os processos de *ambientalização* e *ecologização* relacionando-os com o conceito de *violência simbólica*, proposto por Pierre Bourdieu (1989). Encerrando esta parte traremos as questões sobre território e a presença das UCs nestes, e a dimensão macro teórica da pesquisa sobre o *artesanato intelectual* e a *sociologia da vida cotidiana*.

2.1 Sobre (in)justiça, (Des)igualdade Ambiental e a gestão de conflitos nas Unidades de Conservação

Na década de 1960 o movimento ecológico imerge com um maior destaque nas esferas públicas e começa a pôr em debate a questão ambiental, seja através da crítica à corrida armamentista da primeira metade do período da guerra fria, seja através da crítica à “sociedade do desperdício” (PACKARD, 1965). Esta pauta, dentre outras coisas, explicitou alguns limites sociais e ecológicos do capitalismo. A partir daí inúmeros foram os desdobramentos como, por um lado, a regulação dos defensores do capitalismo através do *desenvolvimento sustentável* e, por outro, o surgimento de movimentos sociais pautados no ambientalismo, por exemplo.

É uma tradição “ppgeadeana” fazer uma retomada histórica da trajetória da Educação Ambiental, normalmente começando em 1962 com o livro *Primavera Silenciosa* de Rachel Carson, passando pelas grandes Conferências Internacionais para discussão dos “rumos do planeta”, até a Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Porém, nesta dissertação optamos em não fazê-la. Acselrad (2010) argumenta que a questão ambiental foi investida para diferentes sentidos, por vezes contracultural, por outras, utilitário. O Clube de Roma, por exemplo, considerado um encontro internacional importante para a história da Educação Ambiental, “preocupava-se em assegurar a continuidade da acumulação do capital, economizando recursos em matéria e

energia” (ACSELRAD, 2010, p. 108), ou seja, conferindo um sentido utilitário à questão ambiental.

Para a razão utilitária a sociedade é uma categoria abstrata. É comum ao discurso dos adeptos ao ecologismo utilitário o léxico discursivo da depredação da *natureza* realizada pelo *homem*; os efeitos *antrópicos* ao *planeta*; os *riscos globais*; o direito das *gerações futuras*; a noção de que se *cada um* fizer a sua parte *salvaremos o planeta* entre outros argumentos que esvaziam o conteúdo de classe presente nas relações ambientais, despolitizando as questões ambientais.

Nesse sentido, uma certa despolitização do debate ecológico foi ocorrendo na medida mesma em que as forças hegemônicas da sociedade reconheciam e institucionalizavam aqueles temas ambientais que não colocavam em cheque o modelo de sociedade vigente (ZHOURI, 2004, p. 211).

Discursos como estes tentam esconder que esta tal sociedade *antrópica*, do *homem abstrato*, é dividida entre classes sociais com bases materiais objetivas, visões, projetos e significações antagonônicas e que os sujeitos oriundos destas classes se distribuem de forma desigual nesta sociedade.

Os esforços para a superação da dicotomia natureza-cultura ligavam-se ao surgimento de uma crítica ambiental da sociedade industrial emanada de um movimento simultaneamente político e acadêmico denominado "ecologia política" (ZHOURI, 2004, p. 211).

A ecologia política pode ser entendida como um campo com seu epicentro nos conflitos ambientais. Tomamos o conflito como

[...] aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. (ACSELRAD, 2004, p. 294)

Os conflitos, nesta perspectiva, são justamente o inverso da razão utilitária. Ao invés de escamotear as contradições através de tratamentos genéricos, o conflito revela, expõe as disparidades tanto referentes à apropriação do ambiente, quanto das consequências negativas oriundas desta apropriação desigual.

Ao evidenciar a desigualdade distributiva e os múltiplos sentidos que as sociedades podem atribuir a suas bases materiais, abre-se espaço para a percepção e a denúncia de que o ambiente de certos sujeitos sociais prevaleça sobre o de outros, fazendo surgir o que se veio denominar de “conflitos ambientais” (ACSELRAD, 2010, p. 109).

Desta forma, a luta por *justiça ambiental*³⁰ revela que até mesmo os impactos tão alarmados pelos paladinos do desenvolvimento, se distribuem de forma desigual e que os riscos não são, de fato, tão “globais” como se incita. Resumindo, quantos bairros de luxo no Brasil possuem empresas poluentes em suas proximidades? Por que os deslizamentos só atingem as populações economicamente subalternizadas? A resposta está no mesmo motivo em que as doenças oriundas da aplicação de agrotóxicos são destinadas aos grupos sociais rurais, vítimas da contaminação “produtiva”, e não aos proprietários do agronegócio.

Contudo, as questões dos conflitos ambientais também foram incorporadas pela razão utilitária, sendo que nela

[...] os conflitos inerentes aos desiguais processos de construção e atribuição de significados, apropriação e uso dos territórios são concebidos apenas como tensões entre os diferentes "setores" da sociedade, portadores de distintos "interesses" que são, portanto, passíveis de "negociação" a partir de técnicas apropriadas e eficientes. Surgem os "peritos técnicos" treinados na arte de "resolução de conflitos" (ZHOURI, 2004, p. 212).

Chegamos aqui em umas das atribuições aos gestores ambientais de áreas protegidas e das Organizações Não Governamentais – ONGs. Nos últimos anos, há um determinado investimento dos órgãos ambientais para ampliar o tratamento técnico para a “resolução de conflitos” engendrados pelo processo de implantação e gestão de áreas protegidas. A Educação Ambiental é uma destas “ferramentas”.

Nas palavras da própria Coordenadoria de Educação Ambiental do ICMBIO seus objetivos são:

[...] implementar as diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental (ENCEA) nas Unidades de Conservação Federais e Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação, com foco no fortalecimento de ações institucionais que promovam a qualificação da participação social na gestão e a promoção da sociobiodiversidade (ICMBIO, 2016).

Para isto, em 2015 uma série de documentos foi lançada pelo ICMBIO com a contribuição de pesquisadores, para a orientação dos gestores em estratégias de Educação Ambiental e Comunicação Social. Dentre eles o principal é o documento intitulado Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental - ENCEA. Este documento compõe estratégias no contexto do Programa Nacional de Educação Ambiental – PRONEA. A elaboração do documento começou em 2006 através de um grupo de trabalho constituído por

³⁰ O termo *justiça ambiental* foi sistematizado por Robert Bullard junto com movimentos sociais ao observarem que a poluição não era “democrática”, mais do que isso estava ligada às questões racistas, o que pode ser constatado observando que as empresas poluidoras dos Estados Unidos são distribuídas pelos bairros constituídos majoritariamente por populações negras. Para mais, ver: BULLARD, Robert D.; LEWIS, J. *Environmental Justice and Communities of Color*. Sierra Club Books: San Francisco, CA, USA, 1996.

representantes do IBAMA, ICMBIO, MMA e Ministério da Educação – MEC. Nas palavras do próprio documento (BRASIL, 2015):

[...] o desenvolvimento de ações de comunicação e educação ambiental se apresentam como *importantes recursos ao enfrentamento de conflitos* e impactos, propiciando informação e melhores condições à participação, condição importante ao processo de mudança e também de fortalecimento das unidades de conservação, por propiciar o atendimento de demandas locais, e os anseios da sociedade brasileira (p. 8).

Nesta concepção o conflito não é admitido como inerente às relações de dominação entre os grupos sociais, mas como um estado “mal resolvido” que através de *recursos* pode ser *enfrentado*. Apesar de que não vamos nos estender nesta parte, é interessante frisar que termos genéricos como *anseios da sociedade brasileira*, constantes ao longo do documento, despolitiza o debate e caem na razão utilitária dada às questões ambientais. Pois, seja lá o que for o que os autores pretendem dizer por *anseios*, termo que não é esclarecido ao longo do documento, visto a diversidade social, cultural e econômica dos grupos envolvidos em conflitos e áreas protegidas, parece um tanto improvável que existam *anseios* comuns que contemplem *toda sociedade*.

Para termos uma ideia geral do que se pretende e assim também podermos prospectar possíveis cenários futuros, podemos nos deter nos objetivos propostos no documento. Seu objetivo geral está em

Fortalecer e estimular a implementação de ações de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação [...] promovendo a participação e o *controle social* nos processos de criação, implantação e gestão destes territórios, e o *diálogo* entre os diferentes sujeitos e instituições envolvidos com a questão no país (BRASIL, 2015, p. 22).

E como objetivos específicos se têm:

Incentivar e fortalecer programas e projetos que incorporem a Educação Ambiental e a comunicação nos processos de criação, implementação e gestão das UC, promovendo o *controle social* e a *participação* das *comunidades residentes* e do entorno; [...] Identificar e *trabalhar os conflitos* que possam existir entre a gestão das UC e as *populações residentes* e/ou do entorno das UC, *estimulando a reflexão* e ação sobre a ocupação e os usos dos espaços naturais protegidos e dos recursos naturais; (BRASIL, 2015, p. 22).

Quanto ao objetivo geral, diante do termo *controle social* poderíamos nos perguntar: *Controle social* de quem? A resposta ficou mais explícita nos objetivos específicos: das *comunidades residentes e de entorno* das UCs. O documento ainda é dividido em dois eixos, o de “criação de novas UCs” e “gestão de UCs”. Fica evidente que a intenção destas estratégias foca em um tratamento técnico do quadro conflitivo que acompanha historicamente o processo de criação e gestão das UCs brasileiras.

A participação das *comunidades residentes ou de entorno* nestes processos é citada inúmeras vezes no documento, sempre com o intuito de “superar conflitos”, tornar “mais eficaz a conservação”, e “ampliar os canais de participação”. Ainda enquanto escrevíamos esta dissertação foram publicados cinco cadernos que compõem a série “Educação Ambiental e Comunicação em Unidades de Conservação” sendo eles: 1) Reconhecendo o contexto socioambiental e político; 2) A participação social e a ação pedagógica na implementação da unidade de conservação; 3) O desafio de garantir participação no complexo universo da gestão; 4) Conflitos: estratégias de enfrentamento e mediação; 5) Tornar-se visível: estratégia para promover articulações e captar recursos.

Apesar de não termos tempo hábil para realizar uma devida análise destes documentos é importante citá-los, pois, a partir do referencial adotado, podemos contrastar de maneira prática certas nuances da razão utilitária, usadas para justificar as ações preservacionistas. Segundo Acselrad (2010, p. 109) “a razão utilitária configurou a estratégia dita de modernização ecológica, pela afirmação do mercado, do progresso técnico e do consenso político”. De maneira antagônica o movimento por Justiça Ambiental considera que

[...] injustiça social e degradação ambiental têm a mesma raiz, haveria então que se alterar o modo de distribuição – desigual – de poder sobre os recursos ambientais e de retirar dos poderosos a capacidade de transferir os custos ambientais do desenvolvimento para os mais despossuídos (ACSELRAD, 2010, p. 109).

A *desigualdade ambiental* nos mostra que o poder sobre o meio ambiente se dá de maneira assimétrica, ainda, os grupos de maior apropriação material sobrepõem suas práticas territoriais sobre os grupos subalternizados. Por tanto, dentro de um conselho gestor de uma UC, por exemplo, as cotas de poder para tomar decisões que transformariam o território, ou até mesmo as ferramentas disponíveis para resistir a decisões que poderiam ser prejudiciais, de um ribeirão e de um grupo de acionistas de uma empresa mineradora são tão desiguais quanto os efeitos de suas atividades.

2.2 Conflitos, ambientalização e ecologização como violência simbólica

Por muito tempo os conflitos referentes à gestão de UCs foram negligenciados por gestores ambientais, às vezes por repressão via violência física e simbólica como daremos exemplo na seção 4.2. Obviamente que para os grupos dominantes não era interessante que se evidenciasse que, por trás do discurso consensualista do “desenvolvimento para todos”, suas práticas territoriais afetam negativamente a vida dos grupos “dominados”. Mesmo assim, a

resistência dos grupos afetados trouxe os conflitos à tona e estes vêm revelando as contradições inerentes ao modo de produção capitalista.

Andréa Zhouri explica que

Na sociedade, os sujeitos sociais apresentam-se como portadores de relações e interações diferenciadas com o meio ambiente, considerado como uma construção ao mesmo tempo simbólica, social e material. Além de diversos, os sujeitos se localizam desigualmente na sociedade. São, então, portadores de visões concorrenciais sobre o meio ambiente e a natureza. Fato que chama a atenção para as desigualdades na distribuição dos recursos naturais [desigualdade ambiental] e dos riscos do desenvolvimento [injustiça ambiental]. Essas assimetrias revelam a hegemonia de determinadas categorias do pensamento que pretendem construir o debate ambiental como global, universal e consensual, obscurecendo as relações de poder que, de fato, existem e promovem o deslocamento da política para a economia, do debate sobre os direitos para o debate sobre interesses. (ZHOURI, 2010, p.444).

A disparidade em relação à obtenção das benéficas ambientais, tais como as consequências negativas que o modo de exploração gera e direciona aos grupos com menor apropriação material e simbólica, engendra o conflito. Apesar da definição de conflito ambiental não ser única, pois refletem diferentes posturas políticas, epistêmicas e ontológicas (TAKS, 2013) ela, necessariamente se difere da definição de problema ambiental. Problema ambiental seria aquele passível de resolução por um suposto acordo entre os pares, já o conflito “quase que por definição não pode ser “resolvido”” (BOBBIO, 1998, p. 228), pois este, na maioria das vezes, reflete o antagonismo das diferentes práticas. Tais conflitos, como explicam Machado e Leite (2014), no momento em que ocorrem:

[...] produzem uma ruptura momentânea daquele discurso e das práticas associadas a ela, e assim os envolvidos têm um vislumbre do contraditório, de projetos, de visões de mundo e, portanto, o único perde seu lugar para o diverso e o diferente. O momento abre espaço ao devir (Lefebvre), a possibilidade de, para além daquele momento de ruptura, avançar para aproximar e identificar a diferença entre este, e o diverso do desigual (MACHADO; LEITE, 2014, P. 1).

O conflito, pela perspectiva que vimos trabalhando, se opõe ao discurso do consenso, da harmonia, pois “o diálogo se dá entre iguais e diferentes, nunca entre antagônicos. Entre esses, no máximo pode haver um pacto. Entre esses há é o conflito, de natureza contrária ao conflito existente entre iguais e diferentes” (FREIRE, P. *et al.*, 1995, p.05). Notem que isto implicar ir à contra mão daqueles que “estão autorizados” para falar/agir em nome do meio ambiente, que acreditam que os conflitos são gerados a partir da “falha no diálogo” entre os antagônicos. Ainda mais, no campo específico da Educação Ambiental em que os “peritos técnicos” na “arte de resolver conflitos”, através da *conscientização ambiental*, desejam (inculcar) *educar ambientalmente* os grupos, que se diga, já tão explorados, a partir de suas verdades ambientalmente corretas.

De fato, como foi percebido por Almeida e Gerhardt (2004), é muito intenso o nível de esforço em termos de mudança comportamental que está sendo exigido das pessoas, no caso atingidas pelas políticas de preservação e seus *projetos socioambientais*, no sentido de se disciplinarem e de incorporarem e assimilarem, os novos padrões ecológicos de sociabilidade. Mas, acima de tudo, com bem lembram os autores, revela as contradições existentes deste processo de *ecologização* dos grupos sociais atingidos por tais políticas.

Segundo Lopes (2006, p. 36), “o processo histórico de *ambientalização*, assim como outros processos similares, implica simultaneamente transformações no Estado e no comportamento das pessoas (no trabalho, na vida cotidiana, no lazer)”. Pois, agora a questão ambiental é instituída como “nova fonte de legitimidade a argumentação nos conflitos”. Sendo assim o processo histórico de *ambientalização* designa interiorização por pessoas, grupos sociais, empreendedores, organizações públicas e etc. das diferentes facetas da questão pública do meio ambiente, que pode ser notada a partir da transformação na forma e na linguagem que envolve os conflitos.

Já o processo que estamos convencionando por *ecologização* está ligado ao que Bourdieu (1998) chamaria de *doxa*. *Doxa* são as “regras tácitas que tendem a condicionar tanto as posições assumidas pelos agentes como as lutas discursivas que estes últimos elegem como válidas” (Gerhardt e Almeida, 2006, p. 18). Ou seja, a definição do que é legítimo passa pela eleição prévia de quem possui o *capital social* necessário para pré-estabelecer o que é, ou não, legítimo.

Isto leva à exclusão ou marginalização de argumentos que não correspondam aos lugares-comuns previamente exigidos por aqueles que pretendem discutir temas ambientais. É esta a situação em que se encontra uma parte expressiva das populações que vivem próximas a áreas naturais protegidas: praticamente sem poder de interferência devido ao pequeno domínio da lógica argumentativa adotada por agentes e mediadores variados que detém capital simbólico suficiente para monopolizar competências ambientais (GERHARDT; ALMEIDA, 2006, p. 18).

Não é incomum vermos projetos de Educação Ambiental com o objetivo de *conscientizar ambientalmente* populações atingidas por políticas de preservação. Eis aí um bom exemplo de *violência simbólica* através da *ecologização*. A definição do que seja uma *consciência ambiental* passa pela definição prévia daqueles que se julgam *ambientalmente conscientes*, e que por já possuírem esta inquestionável faculdade humana (a consciência) estão aptos a passar para os grupos sociais (inconscientes) que “ainda” não a tem. Afinal, não interessam as relações dos grupos hegemônicos para com os grupos subalternizados, tão pouco se os grupos “dominados” têm a sua reprodutibilidade social em risco, o que importa é que estes últimos se *sensibilizem* para a preservação ambiental, já que segundo critérios

técnico-científicos pré-estabelecidos, estes não têm o conhecimento necessário para a preservação. Como veremos na próxima seção.

2.2.1 – Um exemplo de violência simbólica da produção científico-acadêmica

Para ilustrar um caso de *violência simbólica* pautada na *ecologização* trataremos parte³¹ de um levantamento feito de artigos publicados pela Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental – REMEA/FURG. O levantamento tinha como objetivo analisar quem faz, como faz, para quê e para quem faz a Educação Ambiental em áreas protegidas, os resultados serviriam para justamente subsidiar esta dissertação.

A busca por palavras-chave como “Educação Ambiental”, “áreas protegidas” e “unidades de conservação” no portfólio da REMEA direcionou quatorzes (14) artigos que foram analisados. Cinco (5) aproximaram, por vezes igualaram a Educação Ambiental com o conceito de Conscientização Ambiental, por exemplo:

A Educação Ambiental seria uma ferramenta de conscientização ambiental dos jovens estudantes do ensino fundamental da área de proteção ambiental que contribuiria para sensibilização dos demais moradores na busca da conservação da área (OLIVEIRA, E.; TORRES, D. 2008, p. 481).

Ainda, quatro (4) destes fizeram aproximações da Educação Ambiental com/para a sensibilização ambiental, como exemplo podemos ver em Bueno (2008) quando afirma que

[...] a Educação Ambiental constitui uma indispensável ferramenta ao planejamento e ao desenvolvimento das atividades de ecoturismo, por sensibilizar seus envolvidos acerca dos benefícios da conservação da natureza (p. 78).

Quanto a quem elabora ou executa estes projetos onze (11) trabalhos apresentaram pelo menos um autor ou coautor com a formação na área de Ciências da Natureza. O público alvo se dividiu em dois grupos principais: Crianças ou moradores (7); Ecoturistas ou visitantes de áreas protegidas (5). Quanto a perspectiva adotada três (3) se auto-intitularam partidários de uma Educação Ambiental crítica como expressa Silva *et al.* (2014, p. 151) ao afirmar que “a metodologia escolhida para o desenvolvimento do projeto segue os pressupostos da Educação Ambiental crítica, dialógica e emancipatória, já praticada no programa de Educação Ambiental da Unidade”. Apesar dos outros trabalhos não se posicionarem no campo da Educação Ambiental, cinco (5) expressaram claramente que a

³¹ O levantamento completo pode ser consultado em: PUCCINELLI, V. MACHADO, C. Revista Perspectiva (UFSC) “O CAMPO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS PROTEGIDAS: Quem está autorizado para definir o “ambientalmente correto”?” (no prelo).

Educação Ambiental é uma ferramenta para a conservação ambiental, como em Brasileiro et al. (2011)

O estudo evidencia, ainda, a necessidade de desenvolver ações de educação ambiental que instrumentalize os visitantes para melhor reconhecer os comportamentos e fisionomias dos macacos, assim como a questões relacionadas à conservação da biodiversidade, remetendo à necessidade de uma alfabetização científica (p. 150).

As metodologias encontradas foram das mais variadas formas, sendo a entrevista semi-estruturada a mais frequente; outras metodologias propunham em aumentar a “percepção ambiental” ou “alfabetizar cientificamente” o público alvo. Estes últimos são exemplos de aspectos metodológicos que revelam a unidirecionalidade entre o Educador Ambiental (aquele que sabe e está autorizado a falar em nome do meio ambiente) e o público alvo (os “analfabetos científicos” que precisam ser conscientizados) como fica explícito em Silva et al. (2010) ao afirmar que:

Verificamos com essas práticas a importância do contato com as novas informações sobre o funcionamento dos ecossistemas para diminuição da *visão simplista dos estudantes* acerca da relação homem-natureza (p. 188)

Aqui os Educadores Ambientais argumentam que as informações sobre o funcionamento dos ecossistemas (lembrando, informações que eles próprios elegeram como válidas, por tanto, verdadeiras) foram importantes para a diminuição da *visão simplista* dos alunos, em outras palavras, ignorantes no assunto. Podemos constatar algo semelhante em Evans (2006, p. 293) apud Oliveira; Torres (2008, p.482) ao reafirmarem que “os adultos costumam demorar mais para adquirir uma perspectiva sistêmica integrada, começando por ter que desaprender grande parte do que pensam que sabem”. Neste caso o autor utiliza o verbo “desaprender” deixando claro que quaisquer que sejam os saberes dos sujeitos os quais os projetos de Educação Ambiental são destinados, eles não são os saberes legítimos, no caso, o da *perspectiva sistêmica integrada*. Aliás, o autor reforça que muitos destes sujeitos “pensam que sabem”, ou seja, sob o olhar da “perspectiva legítima”, só pensam, mas não sabem.

Notamos que grande parte dos trabalhos tratava de uma Educação Ambiental que visa o aumento da “percepção ambiental”, ou da “conscientização”, ou de uma Educação Ambiental para a “sensibilização”. Projetos deste cunho obscurecem a heterogeneidade desigual das relações socioambientais e despolitizam as questões ambientais ao reducionismo vulgar em que existem grupos que são ambientalmente “inconscientes e/ou insensíveis” e por isso precisam ser “educados”. Visivelmente uma relação autoritária e de sentido único:

Educador (aquele que sabe) para Educado (que não sabe, mas se cooperar e desaprender o que pensa que sabe, pode um dia, com a graça da consciência ambiental legítima, aprender alguma coisa).

Mas, não são apenas estes artigos e as pesquisas que a eles deram origem que comungam de tais perspectivas. Como exemplo complementar, destacaríamos um projeto do ICMBIO em parceria com a empresa VALE S.A, a mesma que atualmente está em foco devido à destruição ambiental em Mariana (MG) e região, devido ao rompimento das barragens antes “sustentáveis”. Tal empresa financiava um projeto de Educação Ambiental que era desenvolvido “nas comunidades locais para reduzir os impactos da caça na região” (ICMBIO, 2011). Temos aqui de um lado, a exploração de minérios e suas consequências negativas ao meio ambiente e às pessoas para o qual os inúmeros casos de conflitos socioambientais relacionados às suas atividades são indicadores; e de outro, a Educação Ambiental desenvolvida em parceria com o ICMBIO, e ambos, revelando a incoerência deste tipo de projeto financiado pela empresa VALE S.A. Por isso, “precisamos perguntar-nos de que maneira definições particulares de natureza [e que são apresentadas e replicadas como sendo de todos e todas] servem a interesses de grupos particulares” (ELLEN, 1996, p. 28).

Por fim, gostaríamos de lembrar que, como já foi dito na introdução deste trabalho, ao fazer as abordagens exploratórias da pesquisa identificamos em campo, durante visitas às escolas próximas à ESEC Taim que os jovens, tinham na ponta da língua o discurso consensual da responsabilidade individual de preservar (a ESEC). O mesmo discurso não se repete com os moradores mais antigos, que vivenciaram episódios de *violência simbólica* explícita. Fato compreensível, visto que as crianças e os jovens são o “centro do alvo” destes tipos de projetos. Isto nos parece ter alguma relação com certas afirmações nos artigos analisados, como: “[...] trabalhar Educação Ambiental com crianças é bem mais fácil. O mesmo não se pode dizer quando os educandos são adultos” (OLIVEIRA, E.; TORRES, D. 2008, p. 482).

2.3 Territorialidades e Unidades de Conservação no Brasil

Para Lopes (2012) o território deve ser tratado como ambiente politizado em conflito e em permanente construção. E é justamente por estar em permanente construção que Santos (2005) propõe que nos afastemos das noções incompletas de território, herdadas da Modernidade e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. Milton Santos completa que “o território em si, não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do

seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam” (SANTOS, 2004, p. 22).

A principal diferença na questão do uso está no fato de que “para os atores hegemônicos o território usado é um recurso, garantia da realização de seus interesses particulares”, às vezes havendo um uso corporativo do território. Já para os atores hegemonzados, o território é tido “como um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo, que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares” (SANTOS, 2000, p. 108).

Aqui, como em Lopes (2012, p. 44) “o espaço geográfico, entendido como *território usado* (SANTOS, 2000), não é o simples palco onde os conflitos acontecem, mas é, sobretudo, resultado deles”. Sendo assim, aproximando a teoria do problema de pesquisa estudado podemos definir o território de estudo a partir das práticas dos diferentes grupos.

Tomemos a Lagoa Mirim e o complexo de banhados do Taim como exemplo. A Lagoa Mirim e os banhados para os empresários do agronegócio é um recurso, como disse um agropecuarista caso a ampliação da ESEC Taim os impossibilitasse de continuar usando o banhado para as atividades referente à criação de gado: “Nós vamos ter que fazer poços artesianos com bombas para solucionar” (GLOBO, 2013). O não uso de algum “recurso” não implica para este grupo transformações no seu *ethos* social, reorganizações familiares e rupturas em seus modos de vida. Já para um pescador artesanal, já podemos imaginar, as privações de uso territorial atuam diretamente na sua vida histórica e cotidiana.

Veremos isto na seção 4.1 com o caso de Mário (um dos nossos interlocutores para esta pesquisa) que, após a desapropriação para fins de implantação da ESEC Taim, deixou a pesca como atividade principal e recorreu ao trabalho assalariado em empresas. Contudo, o período em que passamos com Mário nos fez perceber que a maioria das suas memórias afetivas são relacionadas à pesca, pois mesmo com todas idas e vindas, Mário nunca deixou de ser pescador e nunca rompeu com seu pertencimento ao território. Mário passou metade da sua vida longe da Vila da Capilha e afastado da pesca, mas quando perguntado diz ser pescador e “Capilhense”.

O debate sobre território e UCs é um assunto polêmico. Isto se deve, em parte, por esta discussão estar situada em um ponto de intersecção entre outros tópicos que geram polarizações, como Sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, relação homem-natureza, sociedade-meio ambiente, gestão dos “recursos” naturais e etc.

O aumento considerável dessas áreas (hoje, 17% do território brasileiro) suscitou a implantação do SNUC (instituído pela Lei nº. 9.985/00) no ano 2000, que como destaca Martins (2012):

Sinaliza a consolidação da política nacional de gestão territorial de espaços naturais. [...] Em recente avaliação do SNUC, o Ministério do Meio Ambiente (2010) afirma que a criação de UC's continua sendo uma das principais estratégias da política ambiental brasileira. [...] Estes dados refletem a dimensão dos desafios embutidos nas políticas de gestão territorial de cunho ambiental e evidenciam a necessidade de aprofundar o conhecimento teórico e empírico sobre as áreas protegidas (p. 02).

Segundo o MMA (2010):

[...] as Unidades de Conservação são criadas para garantir a sobrevivência de animais e plantas (biodiversidade), os recursos genéticos e também para proteger os processos ecológicos essenciais e locais de grande beleza cênica, como montanhas, serras, cachoeiras, cânions, rios e lagos. Além de permitir a sobrevivência dos animais e plantas, essas áreas contribuem para regular o clima, abastecer os mananciais de água e proporcionar qualidade de vida às populações humanas.

A primeira experiência em áreas protegidas foi implementada no Brasil na década de 1930 através do Parque Nacional do Itatiaia (1937), localizado na divisa de Minas Gerais com o Rio de Janeiro, mas foi somente entre as décadas de 1970 e 1980 que este modelo começou a ser intensificado com a criação de diversas áreas de proteção de norte a sul do país (SETE, 2010). De acordo com Orlando (2009), até o final dos anos de 1980, foram criadas setenta e quatro (74) UCs.

As UCs, conforme previstas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (9.985/00), são divididas em dois grandes grupos: 1) **De proteção integral:** Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parques; Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre. 2) **De uso sustentável:** Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva da Fauna e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

A partir de 1980 o Brasil incorporou as reflexões sobre ocupação humana em UCs (ou no entorno), seguindo o programa Man and Biosphere da UNESCO. Diante da cobrança de organizações internacionais para uma postura mais efetiva do país voltada à conservação ambiental (BRITO, 2000). Na conferência Rio-92, oficializaram-se a noção de desenvolvimento sustentável, anteriormente definida no Relatório Brundtland³², de 1987, como paradigma para o desenvolvimento socioeconômico aliado à conservação dos recursos naturais (TEIXEIRA, 2005).

³² Para Becker (1999) o relatório Brundtland configura uma nova racionalidade do sistema capitalista. Para aprofundamentos, e se possível, ver também a entrevista "Que desenvolvimento queremos?" por Acselrad (2012) no link: <https://www.youtube.com/watch?v=V5j25qHhoqo> último acesso: 06/02/2016.

Segundo Orlando (2009), entre o início dos anos de 1990 e de 2008, foram criadas cento e dezessete (117) Unidades de Uso Sustentável (UUS) e quatorze (14) UCs de Proteção Integral (UPIs). Hoje, temos aproximadamente 17% (1,5 milhão de quilômetros quadrados) do território brasileiro sob a proteção de UCs. E se as metas assumidas durante a 15ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 15) forem cumpridas, em 2020 teremos em torno de 21% do território nacional integrado às UCs (MARTINS, 2012). Segundo Backes (2012) o Rio Grande do Sul preserva 7.506,59 km² em UCs, representando 2,67 % de sua superfície.

Após a regulamentação do SNUC, (decreto 4340/2002) houve um esforço dos órgãos gestores das UCs existentes para executar o que era previsto por lei. Este esforço ainda permanece com muitos impasses e dificuldades (LOUREIRO; CUNHA, 2006) por vezes por falta de recursos e pessoas (Ex. Muitas UCs ainda não possuem o plano de manejo previsto pelo SNUC, Art. 2º XVII, a ESEC Taim se insere neste exemplo.), por outra devido aos conflitos de gestão do território e da regularização fundiária.

Desde a década de 1930 até hoje as UCs no Brasil assumiram muitas formas de serem estabelecidas nos territórios, em diferentes categorias previstas pelo SNUC (9.985/00). A criação de um elevado número em UUS's - que permitem algumas formas de uso "sustentável" - comparado à criação de UPI's (sem possibilidade de uso direto) nos últimos anos revela a adaptação deste modelo não somente à realidade brasileira, mas de outros países que tiveram problemas e conflitos com a criação de áreas protegidas. Dessa forma, os grandes parques ao típico modelo Yellowstone foram adaptados para garantir sua permanência, principalmente nos países do sul.

O SNUC foi instituído como um dispositivo que aglutina leis para a mediação de demandas sociais e o objetivo da preservação de ecossistemas. Como podemos encontrar no próprio SNUC (BRASIL, 2000):

Esta lei concebeu dispositivos que regulam as complexas relações entre o Estado, os cidadãos e o meio ambiente, propiciando a adequada preservação de significativos e importantes remanescentes dos biomas brasileiros, considerando seus aspectos naturais e culturais (p. 06).

Para compreendermos melhor o SNUC é importante realçarmos previamente algumas definições que serviram de base à elaboração das leis contidas no documento oficial. Tais informações se encontram no artigo 2º nos respectivos incisos:

I - unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído

pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção;

II - conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral;

V - preservação: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais;

Em um primeiro momento é importante ressaltar alguns aspectos destas compreensões. A conservação é concebida como “o manejo do uso humano da natureza”, já a preservação possui um caráter de ações para preservar “a manutenção dos sistemas ecológicos”, com isso podemos entender que a preservação é uma parte da conservação e não vice-versa. Destacamos isto, pois é comum encontrar nos espaços de áreas protegidas ações com fins puramente preservacionistas. Na definição de UC nota-se que seu objetivo central é a conservação o que implica, necessariamente, tratar do “manejo do uso humano da natureza”. Desta parte das definições ainda é importante destacar que o inciso XV que trazia a definição de População Tradicional foi vetado com a justificativa de que a maior parte da população brasileira, sob tudo em zonas rurais, se enquadraria como tradicional.

Passando para o artigo 4º do SNUC encontramos pela primeira vez a menção à Educação Ambiental. Referida da seguinte maneira quanto aos objetivos do SNUC: “XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico” (BRASIL, 2000). A Educação Ambiental voltará aparecer no SNUC no artigo 5º:

Art. 5º O SNUC será regido por diretrizes que: [...] IV - busquem o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação (Brasil, 2000).

No restante do documento a Educação Ambiental aparece somente em algumas categorias de UCs como possibilidade educativa principalmente voltada a populações de entorno. Isto revela que na formulação do SNUC e no início de grande parte das UCs brasileiras a Educação Ambiental ocupava um papel de coadjuvante no processo de implantação e manutenção de tais áreas. Porém, os conflitos socioambientais foram fazendo com que a Educação Ambiental fosse tida como uma ferramenta de diálogo e este fato gerou a

demanda de que cada vez mais se assegurasse a permanência de projetos de Educação ambiental nestes espaços.

Parece-nos que as contradições geradas pelas UCs em suas implementações ainda ecoam nestes espaços sociais (apesar de serem insistentemente chamados de espaços naturais). É importante sempre estar atento à diversidade de forma que as políticas que orientam as normas e critérios, implantação e gestão das UCs se materializam. O Estado conglomera a disputa de classes existente e por isso por mais incisivas que sejam estas políticas não se concretizam se não mediadas pelo micro-campo constituído pelos agentes dos órgãos ambientais e outros atores envolvidos. Além disso, os diferentes grupos possuem práticas e significações diferenciadas para o território fazendo com que as políticas e leis de preservação tenham efeitos distintos para cada grupo.

2.4 O artesanato intelectual e uma sociologia da vida cotidiana

Antes de adentrarmos ao material empírico da pesquisa faremos uma breve introdução à luz de referenciais teóricos que foram importantes para a construção do fenômeno de pesquisa e para o devido tratamento das análises dos materiais coletados. Foram eles, a noção de *artesanato intelectual* de W. Mills (1982) e uma *sociologia da vida cotidiana*, “uma”, pois, existem várias interpretações sobre o tema, nós optamos pela Sociologia do Cotidiano de Lefebvre (1991) e de Martins (2014), mas também, de Netto e Falcão (1987).

Martins (2014, p. 10-11) já alertara que o *artesanato intelectual* não pode ser confundido com uma mera invenção e elaboração de técnicas de coletas de dados, assim como a Sociologia da vida cotidiana não deve ser confundida com uma Sociologia minimalista e redutiva dos processos sociais. “Estudos sobre a vida cotidiana indicam a complexidade, contraditoriedade e ambiguidade de seu conteúdo. [...] a vida cotidiana não pode ser recusada ou negada como fonte de conhecimento e prática social” (NETTO; FALCÃO, 1987).

Entendemos que o *artesanato intelectual*

Abrange a conexão da pesquisa com a teoria, sobretudo com os métodos de explicação. Mas abrange, também, o modo de expor os resultados da investigação científica, o estilo narrativo do pesquisador. O artesanato intelectual tem uma dimensão teórica, define um modo sociológico de ver e uma prontidão permanente para observar a circunstância e os circunstantes. Seus bloqueios e sua dinâmica (MARTINS, 2014, p. 11).

Para Mills (1982) nem a vida cotidiana e nem a história da sociedade podem ser entendidas sem o entendimento de ambas. A incursão em campo facilita a permanente prontidão para a observação, mas é importante destacar que só a incursão não garante a

imaginação sociológica. Pois, como confessou Viveiro de Castro: “muitas vezes esqueci o que estava fazendo lá, e todo o tempo acompanhou-me a sensação de que não teria nenhuma tese a escrever” (1992, p. 180). A incursão em campo não é garantia de inserção no cotidiano, mas é uma ferramenta potente para tal.

Neste sentido, o *artesanato intelectual*

[...] não é uma técnica, é uma troca. Não há como utilizar o artesanato sem dar algo em troca do que se recebe. No artesanato, o observador é observado, o decifrador é decifrado. Sem o que não há interação. Sem interação não há como situar e compreender; situar-se e compreender-se no outro (MARTINS, 2014, p. 34).

Mills, crítico ao *ethos* burocrático de alguns pesquisadores, reivindicava que o pesquisador tivesse controle sobre o método e não vice-versa. Neste aspecto, assim como em outros mais, Mills e Bourdieu dialogam proximamente. Bourdieu (1989) distingue *rigor* em detrimento da *rigidez*, assim como Mills defende “a dedicação de artesão rigoroso, imaginativo, aberto ao novo, imerso, mas não afogado por seu ofício” (SERÁFICO, 2004, p. 4). Sendo assim

Wright Mills opõe à atitude hermética, burocrática, formalista e instrumental da sociologia, uma prática artesanal. Caracterizada pelo domínio do pesquisador de todo o processo de conhecimento, desde a definição dos temas, passando pela organização dos arquivos e chegando à exposição dos resultados, a atividade do sociólogo consistiria num artesanato intelectual. Tal artesanato permitiria tanto criar as condições para o conhecimento da realidade, quanto liberar a imaginação sociológica de modo a torná-la permeável a novas questões e possibilidades de resposta (SERÁFICO, 2004, p. 2).

As semelhanças entre o *artesanato intelectual* de Mills e a *Sociologia Reflexiva* de Bourdieu são ainda mais profundas. Ao estudar a classe dominante em *A elite do poder* (1968) Mills utiliza o que ele chama de *domínios*, conceito muito próximo ao *campo* de Bourdieu³³.

Para compreender as modificações de muitos ambientes pessoais, temos necessidade de olhar além deles. E o número e variedade dessas modificações estruturais aumentam à medida que as instituições dentro das quais vivemos se tornam mais gerais e mais complicadamente ligadas entre si. Ter consciência da ideia da estrutura social e utilizá-la com sensibilidade é ser capaz de identificar as ligações entre uma grande variedade de ambientes em pequena escala (MILLS, 1982, p.17).

Seguindo tais pressupostos que organizamos a seção 3.2 desta dissertação, na qual trazemos outros fatores e atores importantes para o entendimento do *campo* em estudo. Os aspectos referentes à vida cotidiana permeiam todas as seções deste trabalho, pois este só foi

³³ Para um estudo comparativo entre estes autores ver: BURAWOY, M. Os intelectuais e seus públicos: Bourdieu herda Wright Mills. Em: O Marxismo encontra Bourdieu. 2010. p. 159-177.

possível pela observação e participação do cotidiano dos interlocutores pelo pesquisador. Porém, é na seção 4 que tentaremos trazer diretamente o cotidiano de alguns moradores da Vila da Capilha e suas transformações no tempo. Lembrando, a partir de Adomilli (2009), que mais do que relatar as modificações que poderiam levar a uma irreprodutibilidade de seus sistemas materiais e simbólicos, nos dedicaremos em como se organizam, resistem, e transformam seus modos de ser, justamente para continuar sendo.

Mesmo estando inserido em um ambiente onde as privações ambientais são imperativos na vida cotidiana, observamos também o que Lefebvre (1981) chamaria de *liberdade intersticial* como o espaço encontrado em meio a dominação que repousa na cotidianidade. Para Lefebvre (1981)

De um lado, a atividade administrativa se dedica a tapar esses buracos, deixando cada vez menos esperança e possibilidades ao que podemos chama de *liberdade intersticial*. De outro lado, o indivíduo procura alargar estas fissuras e passar pelos vão (LEFEBVRE, 1981, p.126).

Ora, se estamos tratando de políticas de preservação que restringem – de forma assimétrica – os usos do território e projetos de Educação Ambiental que pretendem naturalizar tais restrições, e mais do que isso transformá-las em oportunidades (como a oportunidade de aprender sobre a etologia do macaco-prego³⁴), podemos supor que tais projetos se dedicam a “tapar os buracos” em que a *liberdade intersticial* dos grupos subalternizados poderia agir.

A vida cotidiana não nos pode ser negligenciada, pois é justamente nela que a dominação repousa. “É assim que a vida cotidiana é, para o Estado e para as forças capitalistas, fonte de exploração e espaço a ser controlado, organizado e programado” (NETTO; FALCÃO, 1987, p. 19). Mas é também na vida cotidiana, esfera do homem concreto, que os atores sociais aprendem suas relações e passam a (re)produzi-las enquanto instrumentos de sobrevivência. Ou melhor, na ótica lukacsiana, enquanto espaço-tempo de constituição, produção e reprodução do ser social, e nível constitutivo da história, nível em que a reprodução social se realiza na reprodução dos indivíduos enquanto tais (NETTO; FALCÃO 1987).

³⁴ Ver: BRASILEIRO, L.; ALMEIDA, L.; SAITO, C. PERCEPÇÃO DOS VISITANTES DO PARQUE NACIONAL DE BRASÍLIA SOBRE SUA INTERAÇÃO COM CEBUS LIBIDINOSUS: SUBSÍDIOS PARA UMA PRÁTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DE CONDUTA CONSCIENTE DE VISITANTES DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, ISSN 1517-1256, Rio Grande, v. 26, p. 141-153, 2011.

A partir destas noções teóricas apresentadas que foram utilizadas para guiar os caminhos - por vezes tortuosos - do pesquisador e da pesquisa, passaremos ao material empírico. Começaremos a seção 3 com os aspectos históricos que constituem o território estudado através de uma breve retomada dos outrora “campos neutrais” até o estabelecimento da ESEC Taim, passaremos para os circunstantes que transversalizam o *campo* como a barragem eclusa do canal São Gonçalo, o agronegócio, os conselhos consultivos, para então adentrar aos projetos socioambientais.

3. DESIGUALDADES, PROBLEMAS E CONFLITOS: MAPEANDO AS DIFERENTES FORMAS DE APROPRIAÇÃO DO TAIM

Nesta parte apresentaremos uma descrição de aspectos importantes para nos situarmos quanto ao problema, e uma aproximação dos problemas e conflitos relacionados à apropriação desigual do território em estudo em relação aos diferentes atores que aí vivem, trabalham ou o exploram com fins econômico e políticos. Para tanto, consultamos materiais específicos da região como reportagens em jornais impressos e televisivos, projetos de extensão, livros e pesquisas sobre a ESEC. Sobretudo, recorreremos constantemente aos materiais de campo e, principalmente, às falas dos entrevistados³⁵.

Para tanto, são necessárias algumas observações. Nas entrevistas os moradores designam por IBAMA ou “pessoal do meio ambiente”, diferentes instituições como o ICMBIO, o próprio IBAMA, a FEPAM, o IBDF³⁶, sendo que “o pessoal do meio ambiente” incluem alguns pesquisadores universitários também. Portanto, em ações mais pontuais que entendemos a importância de destacar qual instituição foi a responsável do que se está sendo dito, nós alteramos para a nomenclatura específica de cada instituição, em alguns casos nós mantivemos o “pessoal do meio ambiente”. Em caso de falas de servidores públicos, ou quando estes são citados, nós manteremos os nomes reais devido à responsabilidade pública assumida em suas ações.

3.1 De campos neutrais à Estação Ecológica do Taim: disputas pelo território e invisibilidade dos “de baixo”

Entre 1739 e 1758 os militares portugueses foram beneficiados pela coroa portuguesa para efetuarem a ocupação da planície arenosa banhada pelo Oceano Atlântico e pela Lagoa Mirim situada no extremo sul do Brasil, atualmente o Taim. Isso se deve ao conflito desde a criação da colônia de sacramento em 1680 na bacia do Prata pelos portugueses aos serem

³⁵ Parte desta seção foi realizada antes da entrada de campo, mas depois foi revista e ampliada com dados e informações coletadas em campo.

³⁶ Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal criado pelo decreto lei nº 289/1967, era uma autarquia federal do governo brasileiro vinculada ao Ministério da Agricultura encarregada dos assuntos relativos a florestas e outros temas relacionados ao meio ambiente, incluindo a pesca. Foi extinto por meio da Lei Nº 7.732/1989. Seu patrimônio, recursos, competência, atribuições e pessoal, foram transferidos para a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA e, posteriormente, para o IBAMA conforme a Lei Nº 7.735/1989.

expulsos de Buenos Aires e ao terem tanto a coroa portuguesa quanto o controle de suas ex-colônias³⁷ dominadas pelos espanhóis.

Sendo assim o ponto era estratégico, visto que era próximo à Lagoa Mirim (binacional) e que poderia ser uma base avançada na ocupação do território que hoje é a região do atual Uruguai. No processo de luta dos espanhóis contra a colônia de sacramento, posto avançado do domínio português, e das controvérsias a quem pertencia à região (do atual Uruguai), os portugueses mandam forças militares e grupos de colonizadores para ocuparem a região.

A região do atual Taim funcionara então como um sítio de defesa que delimitava o território marcado por tantas idas e vindas. Assim como o Forte de Santa Tereza e outras fortificações menores, que foram construídas pelos portugueses, visavam impedir o avanço das tropas espanholas, visto que estes se orientavam pela demarcação do tratado de Tordesilhas questionado pelos portugueses³⁸.

É em meio a estas disputas que será fundada a cidade do Rio Grande, uma das mais antigas do estado do Rio Grande do Sul, em 1737, e que depois, em 1763 será ocupada pelos espanhóis durante 13 anos. A história tradicional, em sua maioria escrita por militares e descendentes de portugueses, busca mostrar a unidade dos brasileiros contra os “criminosos” e contra as ilegítimas pretensões dos espanhóis (versão também apresentada de modo inverso pelos espanhóis na construção de sua unidade histórica tradicional interna); o que fica evidente é que ambos negligenciam outros grupos sociais os quais (espanhóis e portugueses) exploravam e escravizavam como negros e índios, ou ainda, os grupos pobres que eram trazidos como colonos para povoarem a região em litígio, e assim legitimar sua ocupação do território.

Oswaldo Oliveira (2010) destaca que o período de disputa dos campos neutrais (hoje atual Taim) entre os colonizadores foi protagonizado por dois grupos que a história tradicional manteve ocultos: Os negros originários de diferentes partes do continente africano e os indígenas pertencentes a diferentes tribos. Neste mesmo sentido Bracco (2004) afirma que apesar da lacuna deixada pelos registros eurocêntricos, a ocupação dos campos neutrais foi

³⁷ Com a morte do rei de Portugal em 1580 e ao não deixar herdeiros a coroa portuguesa foi reivindicada pelos espanhóis os quais governaram as duas coroas e suas colônias como uma – espanhola até meados do século XVII (1640) quando os portugueses assumem novamente o controle de Portugal e na sequência de suas colônias. Ver: MORAES, Antonio. Bases da formação territorial do Brasil. GEOGRAFARES, Vitória, n. 2, jun. 2001.

³⁸ O tratado de Tordesilhas, assinado em 1494 dividia a parte portuguesa até o farol de Santa Marta no atual estado de Santa Catarina, e, portanto, toda a região abaixo deste farol pertenceria aos espanhóis.

disputada principalmente por duas culturas, a europeia (portuguesa) e a indígena (Minuanos e Charruas).

Na historia tradicional, este território só teve as disputas entre os colonizadores, supostamente, remediada a partir de 1777 através do Tratado de Santo Ildefonso que decretou a região como “Campos Neutrais”, mas decorrente de um processo que se estendia desde 1750, Tratado de Madri (1750)³⁹. O Tratado de Santo Ildefonso (1777), proposto depois da retirada dos espanhóis da cidade do Rio Grande (1773) estabelecia uma conduta de campos neutrais ao território (atual Taim), porém o tratado não remediou as tensões como se esperava, “o contrabando aumentou e devido a isso, milhares de couros procedentes de matanças clandestinas saíram anualmente pelos portos brasileiros com destino a Portugal” (GUTFREIND; REICHEL, 1996, p.71).

Aos poucos os portugueses e espanhóis foram tomando o território, e para tanto, os comandantes militares da fronteira extremo-meridional do Rio Grande de São Pedro sentiram que, para manter o terreno livre do inimigo não bastava somente a cobertura das guardas avançadas em ambos os lados, se fazia necessária a sua povoação através de pessoas em condições de explorar os campos, através de pastagem e lavoura. Lembramos que, como a demarcação foi feita por uma comissão constituída por ambos os países, tal processo ia ocorrendo de forma simultânea, e, além disso, fazendeiros que tinham se apropriado de terras e abasteciam as duas coroas se situavam em áreas abrangidas pelos dois reinos (Espanha-Portugal). Ainda mais com o fácil ingresso de gado proveniente da Banda Oriental ao território português.

As terras distribuídas se faziam por “título legal”, concedido pelo governo (AMARAL, 1973, p. 129-130), e deste modo, “a ocupação dos Campos Neutrais realmente está balizada nos interesses imperiais lusitanos de expansão territorial e ao mesmo tempo, em recompensar os “bravos⁴⁰” militares que defenderam o território rio-grandense” (OLIVEIRA, 2010, p. 78) que por sua influência política e econômica extrairiam o lucro destas terras férteis que possuíam um alto potencial de irrigação natural.

³⁹ Processos de lutas, como as guerras guaraníticas, por exemplo, são negligenciadas pela história tradicional e quando são mencionadas não o fazem pelo ponto de vista dos indígenas que lutaram e resistiram. Apesar disto, alguns autores já vêm algumas décadas realizando tal trabalho. Um exemplo neste sentido, é o trabalho de Lía Quarleri, **Rebellion y Guerra em las fronteras del Plata. Guaranis, jesuítas e impérios coloniales**. Buenos Aires: EFEA, 2009. A pesquisadora em sua tese de doutorado busca resgatar tal história a partir e desde relatos e documentos, da Espanha, de Portugal, e também dos indígenas e dos jesuítas que lutaram contra as duas coroas.

⁴⁰ Bravos entre aspas para efeito de ironia.

A recompensa aos “bravos militares” foi tão marcante que até hoje seus nomes ecoam na região. Um exemplo está na praça situada na Vila da Capilha que homenageia o comendador Domingos Faustino Corrêa (Ver APÊNDICE C) que pertencia à Ordem dos Cavaleiros de Nosso Senhor Jesus Cristo. Como destaca Miranda (2006) Faustino Corrêa foi um dos beneficiados pela coroa portuguesa acumulando riqueza através da exploração, com mão de obra escrava, de minérios e apropriação de terras tanto no Brasil quanto no Uruguai.

A partir de 1821, os outrora campos neutrais foram anexados definitivamente ao Brasil, isto porque, se Portugal tinha ocupado Montevideu em 1811, em 1818 depois da derrota de Artigas – uma ameaça aos latifundiários portugueses, espanhóis e orientais – ocupa novamente a região, instituindo-a como parte do Rio Grande do Sul denominando-a de província Cisplatina. Tal processo, que se desenvolveu até 1828, quando os orientais em luta se declaram independentes do Brasil. Desta forma os campos neutrais foram sendo ocupados por brasileiros de diversas origens, mas, em sua maioria, a ocupação se deu por formação de grandes latifúndios por parte das elites e militares ou vilas de trabalhadores que lhes serviam.

Após estas disputas e com o passar dos anos as populações foram se estabelecendo conforme as demandas de mão de obra principalmente na atividade agropecuária e as possibilidades de sobrevivência a partir das características naturais do ambiente, como por exemplo, as populações pesqueiras da lagoa mirim. Mais tarde chegaram as reflorestadoras e em 1986 foi decretada a ESEC Taim, novamente em período em que os militares governavam através de uma ditadura empresarial-militar.

3.1.1 ESEC do Taim chega ao território

Esta breve retomada nos faz ver que a região, onde hoje está localizada a ESEC Taim, desde tempos progressos já era um território estratégico, portanto, de disputas. Nossa sucinta exposição certamente não dá conta de mostrar a complexa trama que envolve todos os ciclos de tensões⁴¹ que constituíram o território, contudo, ela revela que não são apenas os aspectos “naturais” que envolvem a proteção desta região, mas sobre tudo os aspectos políticos. Afinal, não é por acaso que a Lagoa Mirim, as áreas úmidas circundantes e a região são elevadas aos títulos de “principais bacias hidrográficas transfronteiriças da América do Sul”; ou de sítio Ramsar (Zona úmida de importância internacional); ou de Reserva da Biosfera; ou de áreas de importância global definida pela Bird Life International; ou, até mesmo, que a ESEC Taim seja considerada parte da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (UNESCO) e como área

⁴¹ Agudizados em certos períodos como, por exemplo, em 1864 – 1870 devido à guerra do Paraguai.

prioritária à conservação pelo MMA. Não há um sentido restrito de proteção aos recursos “naturais”, até porque, “se são naturais não são recursos, e para serem recursos têm que ser sociais” (SANTOS, 2000, p. 20).

Por trás das justificativas ambientais que elegem áreas prioritárias a se conservar em detrimento de outras, e que diz existir critérios ecologicamente científicos para tais eleições, existe uma estratégia política bem definida. Em nosso caso, uma região fronteira delimitada por uma lagoa binacional constantemente especulada por sua possível navegabilidade⁴² e que agrega empreendimentos milionários como os grandes arrozais, monocultivos de soja e reflorestadoras de *Pinus* e *Eucalyptus* entre outros motivos devem explicar a eleição pela região. Pois, como já vimos, na guerra entre estabelecidos é preciso que se estabeleça zonas neutras.

Apesar de ter sido oficialmente decretada e estabelecida em 1986 (Decreto nº 92.963/1986) a ESEC do Taim começou a ser planejada desde a década de 1970. Seu primeiro decreto (Decreto 81.603/1978) previa uma área de aproximadamente 33.000 ha, mas, devido à articulação de proprietários de grandes lotes de terra, passou a ter os por enquanto atuais, 10.764 ha. Vale lembrar que atualmente, como já dissemos em outro momento, há uma proposta de ampliação da área da estação já aprovada em consultas públicas para aproximadamente 33.000 ha, isto é, a mesma extensão de 1978 com limites diferentes. Hoje a proposta aguarda a aprovação e tramita no MMA.

Conforme Quesada, *et al.* (1987) a implantação da ESEC Taim foi mais um momento de fortalecimento das relações capitalistas de produção, onde os grandes proprietários resistiram à desapropriação através de processos judiciais, enquanto os pequenos produtores ou moradores, como não tinham acesso a advogados e recursos, não puderam fazer o mesmo. Ainda, os autores relatam que neste processo de desapropriação para as áreas da ESEC, muitos pequenos produtores ao perderem suas terras começaram a vender sua mão de obra aos grandes proprietários de terras.

Ainda, segundo Quesada, *et al.* (1987), nesta época o Taim se dividia basicamente entre empresas rurais; grandes, médios e pequenos proprietários; arrendatários capitalistas; empreiteiras; pequenos comércios e pescadores, o que revela a diversidade das apropriações materiais dos diferentes atores/grupos que compõem o território. Este fato nos possibilita ver

⁴² Ver: AZAMBUJA, José. Hidrovia da Lagoa Mirim: Um marco de desenvolvimento nos caminhos do Mercosul. Porto Alegre. 2005. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5538/000472009.pdf?sequence=1> último acesso: 20/02/2016.

que desde a sua criação, e até mesmo antes dela, a ESEC Taim já se inseria em um território de disputas que iriam acompanhá-la ao longo de seus, quase, 30 anos.

Hoje, a região do Taim (coordenadas 32°32'S e 32°50'S e 52°23'W e 52°32'W), se situa nos municípios de Rio Grande e de Santa Vitória do Palmar. Ela constitui o 4º distrito do município de Rio Grande e se divide em diversos agrupamentos caracterizados como áreas rurais, sendo alguns deles agrovilas no interior de granjas particulares. Há certa confusão sobre os limites do Taim. Na verdade, grande parte do material consultado fornecia os limites da ESEC como sendo os limites oficiais do Taim. A mesma confusão se repete quanto ao nome da região, sendo que a versão mais propagada é a que o nome seja oriundo da vocalização da ave “símbolo da região”, o Tachã (*Chauna torquata*).

Consultamos os moradores sobre estas questões e constatamos que há divergências entre eles sobre os limites e sobre a origem do nome. “O Taim começa um pouco antes dos Oliveira (Granja 4 irmãos) e termina quando chega em Curral Alto” (MARLENE, Entrevista 01, 2015) disse uma moradora quando indagada sobre os limites do Taim e, mesmo com algumas exceções, foi a resposta mais frequente. Sobre o nome, “Eu até acho que é por causa do grito do Tachã, mas tem gente que diz que não⁴³” (EDERSON, Entrevista 07, 2015), disse um morador da região.

Foi um longo processo a transformação dos outrora “campos neutrais” em Taim. É importante percebermos a partir da história da região que independente das mudanças ocorridas, as populações locais sempre foram afetadas por verticalizações que exigiram bruscas adaptações de suas práticas e significações culturais, ou seja, marcas permanentes nos aspectos da vida histórica e cotidiana.

3.1.2 A Vila da Capilha: Transformações, resistência e intempéries do cotidiano

A Vila da Capilha (Figura 3), foco deste estudo, fica à aproximadamente 80 km da cidade de Rio Grande com acesso pela BR – 471 e é a sede do distrito do Taim (Ver APÊNDICE D). Seu nome atual se refere à capela N. S^a da Conceição construída – inicialmente – a mando dos espanhóis, por tanto, “capilla” (APÊNDICE C). Esta capela é um símbolo histórico que muito tem a dizer sobre o lugar. O estilo arquitetônico eclético (colonial, clássico e barroco) marca as transições no tempo e nas relações de dominação do território, ora feita pelos espanhóis, ora pelos portugueses.

⁴³ Uma segunda hipótese sobre as origens do nome Taim estaria associada à deusa Itáí cultuada por algumas tribos indígenas da região (NEMA, 2004).

Figura 3 Mapa dos limites da Vila da Capilha. BR 471 traçada em linha vermelha. Os dois pontos vermelhos referenciam a capela N. S^a da Conceição e o cemitério local.



Fonte: Prefeitura Municipal de Rio Grande, 2013.

Para além dos macros acontecimentos históricos das disputas coloniais, a Capela N. S^a da Conceição é símbolo constituinte das relações de pertencimento⁴⁴ depositadas em sua precária existência física. De fato, quando realizamos as imersões de campo, a capela não era um tema que estávamos buscando, porém, era um tema no qual os moradores queriam falar. Portanto, passou a ser de nosso interesse também.

Ficou claro que a capela N. S^a da Conceição é símbolo de transformações, relativamente, recentes. A primeira seria dos modos e hábitos do cotidiano:

De antes a gente se encontrava ali na frente da igreja. Era o nosso ponto de encontro. Não tinha nem luz era candeeiro e óleo diesel, e a gente vivia melhor de como agora. [...] Agora tem mais facilidade mas o pessoal é mais...sei lá... cada um na sua (CONCEIÇÃO, entrevista 02, 2015).

A presença da capela traz lembranças de um tempo que não voltará, tempo este que foi verticalizado pela presença rizomática do capitalismo globalizado. Mais do que isso, a

⁴⁴Aqui a categoria pertencimento designa o “fundamento da comunidade em laços pessoais de reconhecimento mútuo e no sentimento de adesão a princípios e visões de mundo comuns [ou que possuem afinidades], que fazem com que as pessoas se sintam participantes de um espaço-tempo (origem e território) comum” (SÁ, 2005, p. 249).

precarização da estrutura física da capela remete às faltas de assistência do Estado. Manter a capela e os atos religiosos é, dentre outras coisas, resistir.

Eles vêm aí, fazem estudo, planejam, mas nunca sai nada. De antes essa capela enchia de botar gente pra fora, agora quando o padre vem aí pra rezar nas casas vai uma meia dúzia e olhe lá. Eu acho que vai ter que ser a gente mesmo a reerguer isso daí [...] a gente é muito esquecido aqui (ANTÔNIA, entrevista 06, 2015).

Há, também, uma notável crescente popularização das igrejas neopentecostais na região. Mesmo assim a devoção aos santos católicos parece ser uma característica muito impregnada no cotidiano, inclusive de quem aderiu às “novas religiões”. Como nos disse uma pescadora: “A Piracema⁴⁵ acaba em fevereiro, mas eu só volto depois do dia 2 por causa da N. S^a dos Navegantes. Eu nem sou mais da católica, mas a gente respeita né” (MARLENE, entrevista 01, 2015).

Sobre a infraestrutura, a Capilha possui uma Unidade Básica de Saúde que não presta atendimento 24 horas e não conta com a presença de um médico todos os dias, “quem salva muitas vezes é o vizinho que tem carro. Quantas vezes a gente levou o pai mal até Rio Grande (ZÉLIA, entrevista 02, 2015)”, disse-nos uma moradora. A Unidade Básica de Saúde é a única da região por isto atende moradores de outras localidades.

Além do posto de saúde a Capilha possui a Escola de Ensino Fundamental Professora Aurora Ferreira Cadaval do 1º ao 4º ano letivo. Há, segundo uma das entrevistadas, um alto índice de analfabetismo na vila: “Uma vez veio um pessoal da prefeitura pra regularizar os documentos dos moradores e uns vinte e tantos mal sabiam escrever o próprio nome” (ANTÔNIA, entrevista 06, 2015). A baixa escolaridade é compreensível visto que a escola local só oferece até o 4º ano do ensino fundamental e a escola de ensino médio mais próxima fica em Rio Grande. Além do fato de que muitos jovens já possuem uma exaustiva rotina de trabalho nas granjas, nas reflorestadoras ou na própria atividade da pesca artesanal, o que faz com que muitos abandonem os estudos.

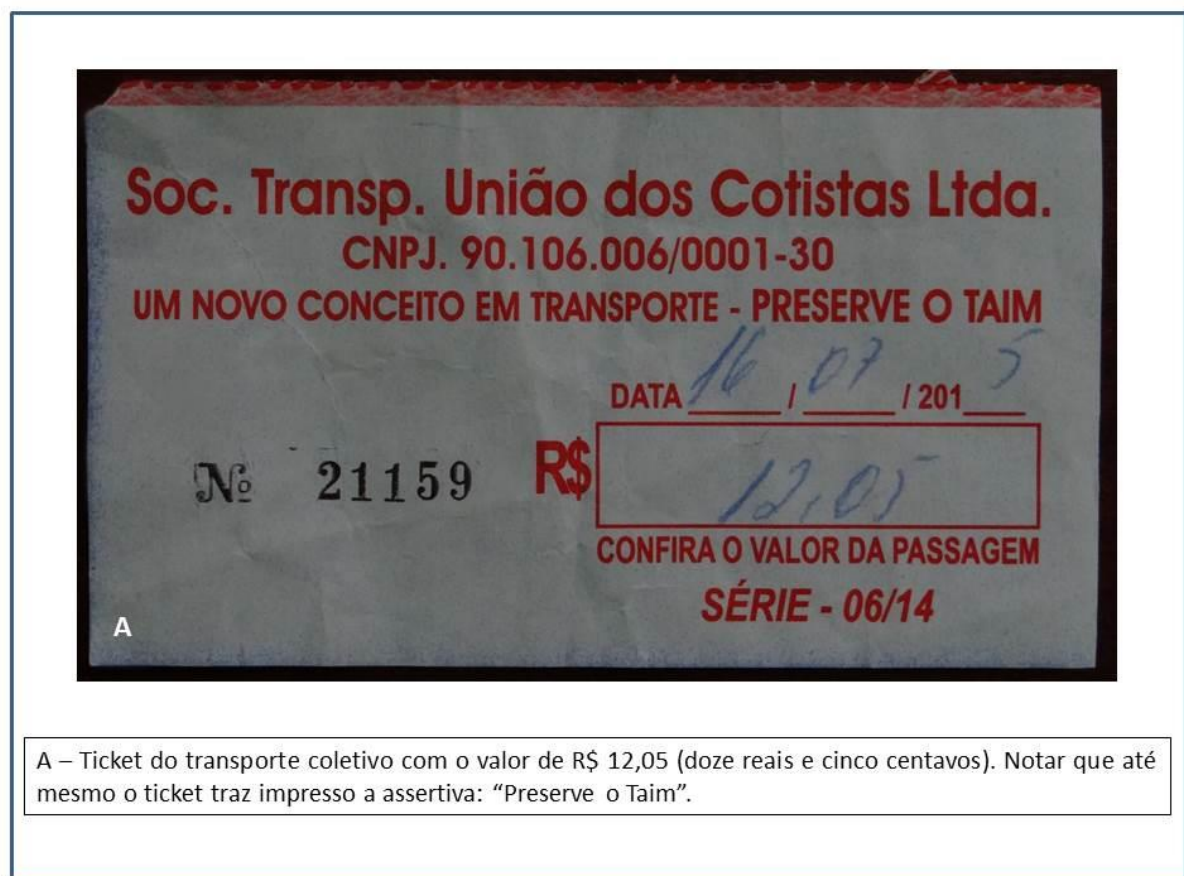
Como um “reforço” na área da educação, há, através da Educação de Jovens e Adultos (EJA), aulas noturnas voltadas aos adultos. Uma turma é de responsabilidade de alunos bolsistas da FURG e a outra faz parte do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) fruto do esforço de uma professora e moradora local. Participamos ativamente do PBA, fato que foi decisivo para o consentimento da pesquisa, para a aproximação do pesquisador com os interlocutores e companheiros de pesquisa e para os detalhes cotidianos que nos escapariam em entrevistas ou outras técnicas que poderíamos utilizar (ver APÊNDICE E e F).

⁴⁵ Também chamada de época de defeso, a Piracema é o período de novembro a janeiro em que a pesca fica proibida devido ao período de reprodução de algumas espécies de peixes que possuem valor comercial.

O transporte público é também um obstáculo para os estudos e para outras atividades que os moradores tenham que realizar no centro de Rio Grande. A passagem custava, no período da imersão em campo, R\$ 12,05 (doze reais e cinco centavos (Figura 4)).

“Uma coisa que eu acho errado é cada vez que chega tempo de parada da pesca, quem é pescador tem que fazer tudo a mesma coisa lá na cidade, pra que né!? Os papel são tudo a mesma coisa aí quando tu vai receber a primeira parcela tu já tá voltando a pescar, de tanto que demora [...] quando tu chega a receber tu já gastou mais em passagem do que vai receber, andando pra baixo e pra cima [...] o ônibus é muito caro aqui, ano passado meu filho que é pescador não recebeu um tostão, só gastou de passagem” (ZÉLIA, BETE E CONCEIÇÃO, entrevista 02, 2015).

Figura 4 Ticket do transporte coletivo.



Fonte: Produzido pelo autor.

As famílias normalmente fazem as compras de alimentos e utensílios de limpeza através de um sacolão entregue na vila uma vez por mês. Ainda, um caminhão hortifrutigranjeiro passa uma vez por semana. Fora isto, há duas mercearias que vendem produtos para o dia-a-dia. Os valores são altos se comparados com outras regiões do município, como ficou registrado em nosso diário de campo: “Hoje fui a uma mercearia local e comprei duas cebolas que custaram R\$ 2,00 (dois reais), com este mesmo valor em regiões

não-rurais de Rio Grande conseguiria comprar aproximadamente 1 quilo de cebola” (Diário de campo, 2015).

Podemos constatar que as famílias, muitas delas vivendo de três a quatro gerações na Capilha, são oriundas de dois ciclos de aumento da densidade demográfica da região. O primeiro refere-se às décadas de 1950 e 1960 por causa da construção de torres para linhas de telegrafia e 1980 pelo decreto da ESEC, fato que condicionou a mudança de mais pescadores para a Vila da Capilha.

Hoje a Vila vive um “aquecimento” no mercado imobiliário devido ao turismo que nos últimos cinco anos aumentou consideravelmente no verão. “Sabe aquele terreno ali da frente, nuns anos atrás ele custava três mil, agora chuta? Mais de cinquenta mil!” (MÁRIO, entrevista 03, 2015). O turismo abre algumas questões para os moradores locais:

Por um lado é bom que abre chance de trabalho né. [...] Mas muita coisa que abre aqui no verão já vem com gente de lá pra trabalhar, aí não adianta né. [...] E tem as coisas ruim também né, o pessoal que não mora aqui não cuida, deixam lixo, aí a gente tem que ficar catando. O preço das coisas também mudam porque isso daqui enche de gente, aí tem coisas que ficam mais cara também (ZÉLIA, entrevista 02, 2015).

Todos estes aspectos supracitados permeiam o cotidiano dos moradores locais, pessoas atingidas diretamente pelas políticas de preservação ambiental. Acreditamos que “compreender objetivamente e compreender na mediação da interpretação do outro sobre sua própria situação social faz do interlocutor um auxiliar de pesquisa, um companheiro e não um instrumento” (MARTINS, 2014, p. 62-63). Estas pessoas são a expressão viva das grandes transformações engendradas, entre outras coisas, pela modernização da agricultura realizada a partir de um projeto societário burguês que avança, por vezes silenciosamente, encurralando-os. Todavia, estas pessoas são, também, a expressão da consciência social e crítica dos grupos que experienciam a face inexorável da dinâmica expansionista do capital.

3.2 Outros (F)atores: (in)visibilidade seletiva

Neste subitem traremos fatores e atores presentes no território em estudo. Mais do que isso como se dá a atuação nos diferentes espaços e como são pré-estabelecidos os espaços formais destinados, diferentemente, para cada grupos.

3.2.1 A Lagoa Mirim e a Barragem Eclusa de São Gonçalo

Na parte sul da planície costeira do Estado do Rio Grande do Sul, encontramos o complexo Lagoar Patos-Mirim. Uma “estrutura de corredor” conecta os dois sistemas (Patos-

Mirim) que por sua vez interligam-se com o Oceano Atlântico (BURNS, 2010). A Lagoa Mirim, para os moradores da Capilha, é mais do que a fonte de onde muitos produzem o seu sustento econômico. Para os moradores a lagoa não é espaço, é lugar. “Eu sempre me sustentei da lagoa, tudo que eu tenho veio dela. Foi na água que eu criei meus filhos. Só Deus sabe o que já passei nessa lagoa” (MARLENE, entrevista 01, 2015). Mas também memória, como nos contara uma moradora que perdeu seu marido vítima de um afogamento enquanto desempenhava a atividade de pesca: “Às vezes eu gosto de pegar o caíco⁴⁶ ir pra Lagoa e ficar lá só lembrando do tempo que a gente pescava junto, o pessoal diz pra eu não fazer, mas isso me faz bem” (JULIANA, entrevista 09, 2015).

A Lagoa Mirim, porém, é utilizada também por grandes empresas para a produção de arroz, soja e criação de gado para o abate, tanto no lado brasileiro quanto no lado uruguaio. Esta utilização fez com que na década de 1970, fruto de uma parceria entre o Brasil e o Uruguai intermediada pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO, fosse criada a Barragem Eclusa de São Gonçalo. Antes da construção da Eclusa

Registros históricos sobre as amplitudes e os teores de salinidade (VASSÃO, 1952; CUNHA, 1953; CLM, 1970; FAO, 1972) associados aos registros de pesca de espécies marinhas e estuarinas na Lagoa Mirim (MACHADO, 1976) evidenciam a extensão para sul da região estuarina (BURNS, 2010, p. 03).

Ou seja, os governos brasileiro e uruguaio apoiados pela FAO e pelos empreendedores locais, almejavam uma diminuição dos níveis de salinidade da Lagoa Mirim. De fato, a barragem propiciou um aumento na capacidade de produção agrícola dos grandes empreendimentos, por assim dizer, do lucro.

Os principais impactos nas características biológicas da região, segundo Burns (2010, p. 05) foram: a) Perda de habitat de espécies Marinho Vagantes, Estuarino Dependentes e Estuarino Residente; b) Aumento de hábitat para espécies primárias e secundárias de água doce na lagoa mirim; c) a fragmentação do habitat para as espécies Primárias e Secundárias de água doce entre as regiões límnicas e estuarinas do canal.

Alguns pescadores da Vila da Capilha formulam a hipótese de que a Barragem Eclusa de São Gonçalo é um dentre outros fatores responsáveis pelas bruscas transformações que a Lagoa Mirim vem passando por estas últimas quatro décadas. Tais transformações são explicitadas na fala de um pescador aposentado que começou a atuar na pesca da região desde a década de 1950:

⁴⁶ Embarcação de porte pequeno, podendo ser conduzida a remo ou motor, construída de madeira. Na Capilha alguns pescadores se dedicam a construir e reparar estas embarcações.

Antes com qualquer parelinha⁴⁷ se pescava de 200 a 300 quilos. Hoje se o camarada usa a mesma parelha que a gente usava o camarada não consegue nem pra se alimentar. Antes era de 10 a 25 redes de 25 metros, hoje de 50 a 80 redes de 50 metros, e não consegue pescar o mesmo daquela época [...] Dava até peixe de oceano por aí [...] Pra tu vê, antigamente o camarada pegava 150 quilos de peixe e recolhia as redes dizendo que não tava dando nada, hoje isso é um sonho [risos] (VILSON, entrevista 02, 2015).

Estas informações somadas às leituras do referencial teórico adotado possibilitaram o entendimento do território, como já dissemos na seção 2.3, “não como um palco no qual as coisas se manifestam e se localizam, mas como construção social contínua e, por conseguinte, fruto dos conflitos e lutas sociais” (LOPES, 2012, p. 35), por assim dizer o território “é nexos, ligadura e junção de confluências e conflitualidades de projetos de sujeitos sócio-políticos [diversos]” (BRANDÃO, 2007, p.16).

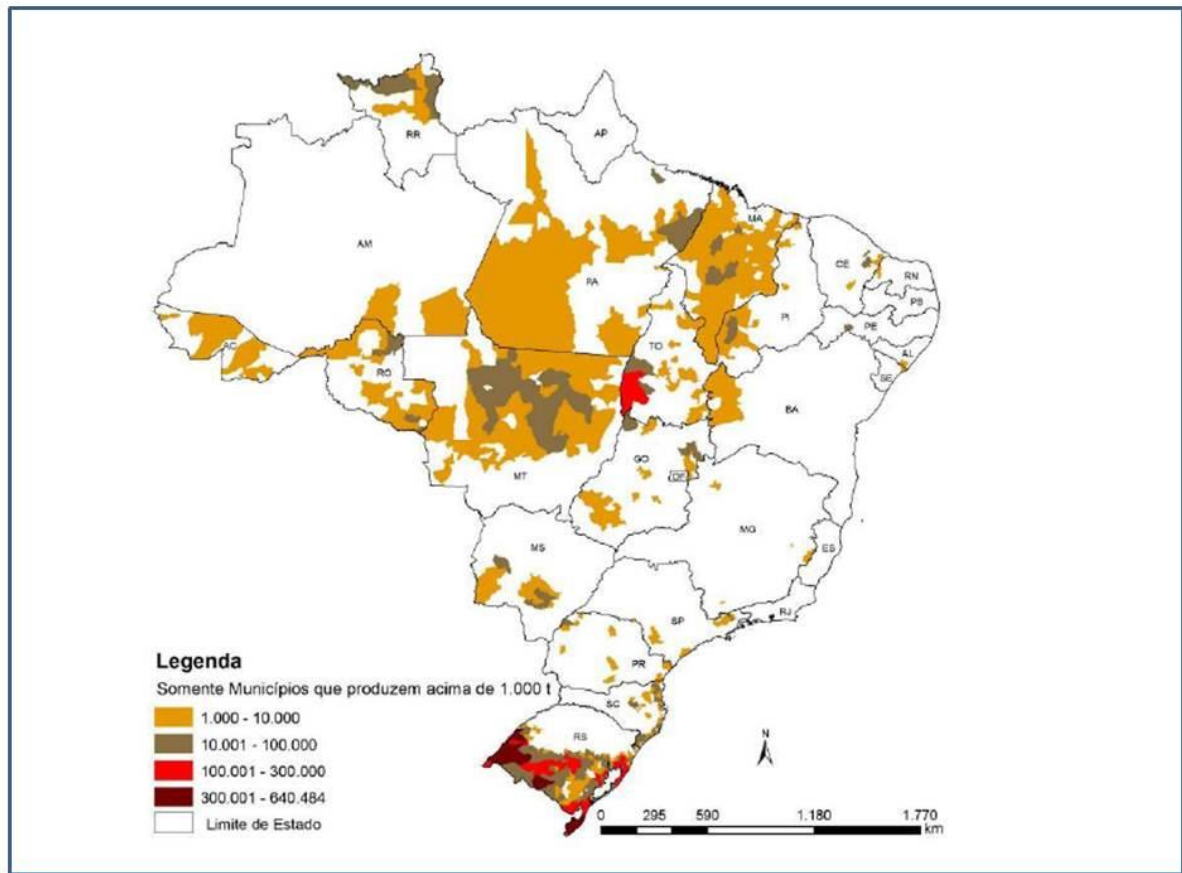
A Barragem Eclusa de São Gonçalo é um caso concreto que explicita a desigualdade ambiental, pois seus efeitos, “positivos e negativos” – gerados pelo objetivo da intensificação da exploração agrícola – são distribuídos de forma assimétrica entre os diferentes grupos. Sendo que para o empresariado os efeitos são relativos ao aumento da lucratividade e “para os moradores restam transformações indesejadas na maneira como moram, trabalham, relacionam-se umas com as outras, elaboram sua expressão coletiva e seus modos próprios de subjetivação” (ACSELRAD, 2009, p. 32).

3.2.2 Os “granjeiros” e suas nem tão nobres missões

O Rio Grande do Sul é responsável por 68,8% da produção nacional do arroz (Figura 5). Em 2015 o Estado alcançou a maior média de produtividade da história, 7.700 kg/ha, 6,3% maior do que a safra 2013/14. O destaque de produtividade vai para a região sul do estado 8.275 kg/ha (CONAB, 2015). Combinada à produção de arroz está a produção da soja. Segundo o boletim de julho de 2015 da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) a safra de 2015 foi um recorde para o Estado referente à produtividade da soja.

⁴⁷ “Parelha refere-se ao conjunto de petrecho de pesca, incluindo redes, bandeiras, âncoras e botes (BRUTTO, 2001 *apud* PIEVE *et al.*, 2009).

Figura 5 Mapa da produção de Arroz.



Fonte: CONAB/IBGE (2015)

Prospecta-se para um período de dez anos um aumento considerável em ambas as produções. Sendo que para o arroz no Brasil é projetada uma produtividade 13,3 milhões de toneladas, se caso os empresários do Rio Grande do Sul permaneçam com a porcentagem atual isto lhes dará uma safra de aproximadamente 8,8 milhões de toneladas do grão. No Brasil a produção de soja atual está entre 94,0 e 96,0 milhões de toneladas anuais, destas, uma média de 14,6 milhões de toneladas são oriundas de solo gaúcho (MAPA, 2015).

A projeção de soja em grão para 2024/25 é de 126,2 milhões de toneladas. Esse número representa um acréscimo de 33,9% em relação à produção de 2014/15. Mas é um percentual que se situa abaixo do crescimento ocorrido nos últimos 10 anos no Brasil, que foi de 72,8% (MAPA, 2015).

Do Taim saem 6% de todo arroz produzido em solo brasileiro, uma média de 732 mil toneladas por ano. Segundo o presidente do Instituto Riograndense do Arroz - IRGA, Claudio Pereira, “foi um conjunto de acertos e políticas estratégicas que possibilitaram o aumento das exportações”. A balança comercial brasileira fechou o primeiro semestre do ano de 2014 com superávit de 232,7 mil toneladas de arroz (IRGA, 2014). O volume exportado em março de

2014 ficou 34,9% acima da média mensal do ano-safra 2012/2013 (SIEMBRA AGRONEGÓCIOS, 2014). Estes números trazem a dimensão da apropriação territorial que o agronegócio desfruta no Taim.

Por exemplo, o grupo Joaquim Oliveira S. A. Participações (Josapar), líder do mercado nacional na comercialização do arroz, detém uma parcela de 7% de todo arroz comercializado no Brasil. O arroz foi responsável por 70% do faturamento de R\$ 785 milhões da empresa referente ao ano de 2010 (DINHEIRO RURAL, [2015]). No Taim, a “Granja 4 irmãos” é a mais conhecida representante do grupo com uma propriedade de 24.227 ha, uma área que atualmente é maior do que a da própria ESEC Taim. A “Granja 4 irmãos” possui quatro vilas onde moram os trabalhadores rurais com suas famílias; um prédio cedido à Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Angélica Campello; um posto de gasolina interno; entre outras instalações para a produção. Destacamos esta empresa, pois ela representa um exemplo da ambientalização do discurso e da detenção da chancela ambiental para produzir.

No compromisso com o bem estar e a segurança da comunidade, **a empresa disponibiliza seus recursos (manutenção, empréstimo de veículos, fornecimento de combustível) para dar apoio às atividades de segurança e preservação ambiental realizadas na região pelo IBAMA.** As ações voluntárias de conscientização para a preservação do ecossistema são realizadas em parceria com a comunidade (GRANJA 4 IRMÃOS S.A, 2015, grifo nosso).

O que é importante refletir aqui é como as políticas de preservação se materializam de forma desigual para os diferentes grupos. Se por um lado há uma culpabilização de cunho ecológico referente às atividades dos pescadores artesanais explicitada em documentos redigidos pelo órgão gestor da ESEC, leia-se: “a pesca artesanal cujo aumento do esforço vem se intensificando na região acaba afetando quantitativamente e qualitativamente a ictiofauna da ESEC do Taim” (ICMBIO, 2013, p. 10). Por outro as grandes empresas se valem deste cunho ecológico para justificarem sua produção e se colocarem como “parceiras da ESEC”. Fato que fica explícito no programa de sustentabilidade da Granja 4 irmãos disponível em seu website⁴⁸.

Ou seja, desde que não interfira na produção a ESEC Taim é considerada uma companheira de todos os empresários que, não por acaso, assumiram o discurso ambiental como justificativa irrefutável para continuar a produção em larga escala. As soluções tecnológicas, de ajustamento judicial ou, até mesmo, de conscientização ambiental também são evocadas no programa.

⁴⁸Ver: <http://www.granjas4irmaos.com.br/> último acesso: 22/01/2015.

O projeto de florestamento, com acácia e eucalipto, ocorre em áreas não aproveitadas para o plantio e criação de gado. **É considerado pela FEPAM um dos planos de melhor aproveitamento dos recursos naturais.** [...] A proximidade da propriedade a Reserva Ecológica do Taim demanda a Granja 4 Irmãos uma exigência de preservação das áreas alagadas. **O tamanho da área de preservação da Granja é de 30%, enquanto o estabelecido pela legislação é de 20%** (GRANJA 4 IRMÃOS S.A, 2015).

Ou,

A empresa apoia vários eventos da escola municipal local e esta se compromete a trabalhar com os jovens as atitudes para a **preservação**. [...] A **conscientização** é trabalhada nos cursos e padrões de trabalho do Sistema 5S (coleta seletiva de lixo, manutenção e reciclagem de materiais de recursos não renováveis) através da avaliação e correta orientação do líder para o uso dos recursos naturais. O entendimento dos conceitos de **preservação** é repassado pelo funcionário a sua família, que colabora para manter as áreas externas da sua casa e as vias de uso comum, em bom estado de conservação (GRANJA 4 IRMÃOS S.A, 2015).

Como lembram Gerhardt e Almeida (2006) se admitirmos que as leis e políticas ambientais devem ser obedecidas por todos, é preciso não esquecer que as oportunidades de resistir, não concordar, burlar, não cumprir e, até mesmo, delas tirar vantagem não está horizontalmente distribuída. Afirmamos ainda que o privilégio de se flexibilizar quanto às estratégias de preservação não é a única vantagem que os grupos de maior apropriação material possuem sobre os outros grupos. Estes grupos possuem um acesso inegavelmente maior quanto às instâncias formais de participação (conselhos, por exemplo) e formas de colocar suas reivindicações em pauta.

Frente ao privilégio de alguns grupos (ou a falta dele por outros) em se flexibilizar diante das políticas de preservação e, também, de flexibilizá-las de acordo com seus objetivos, poderíamos questionar: sendo a lei igual para todos, teriam todos os grupos as mesmas possibilidades de se defender ou recorrer de constrangimentos ou processos judiciais? A própria moradora da região nos responde:

De antes não era assim, mudou muita coisa. Antes se podia pescar em qualquer lugar e não tinha parada, pelo menos a certeza de comer um peixe tu tinha. Hoje não, quem não consegue seguro até fome periga passar. E a gente respeita porque, pescar lá dentro da reserva nem pensar né!? Se te pegam lá, vai até preso. Aí tu perde rede, perde embarcação porque eles te tiram tudo. Sem falar na multa, um pescador da vila aí que pega uma multa deles não se ergue mais (CONCEIÇÃO, entrevista 02, 2015).

Ou

Eles [fiscais ambientais] se metem em tudo até quando é fora da estação ecológica. Se tu vai podar um butiazeiro⁴⁹ no teu pátio não pode, se entra uma cruzeirona⁵⁰ na

⁴⁹ Butiazeiro é uma palmeira com frutos comestíveis e popularmente utilizada para doces e bebidas. A espécie *Butia capitata* é considerada nativa no Rio Grande do Sul.

tua casa, tu não pode matar. [...] Meu pai um dia tava correndo uma cruzeirona que entrou em casa, aí passou o vizinho e gritou: Olha se os homens te pegam dá multa hein. Aí meu pai respondeu: Se vierem falar qualquer coisa vou dizer para eles levarem ela pra casa então! [risos] (BETE, entrevista 02, 2015).

Em contrapartida, em 2002 o IBAMA determinou a proibição do uso da área às margens da BR-471, porém, os empresários locais conseguiram derrubar a decisão na Justiça há cinco anos e querem uma indenização sobre o tempo em que deixaram de explorar o local (GLOBO, 2014). Em entrevista para o programa Globo Rural o chefe da ESEC Taim, Henrique Ilha, disse que:

Sem criar maniqueísmo de dizer que nós somos os bons que protegemos a natureza e quem produz são os ruins. Não. Nós somos pessoas de bem, temos uma missão, e eles também têm uma missão nobre que é produzir alimento e vamos achar um caminho comum.

Parece-nos, a partir do que foi exposto acima, que o “caminho comum” que em outras palavras são alianças, pactos e negociações entre as estratégias de preservação ambiental da ESEC do Taim e o crescimento exponencial projetado para os próximos dez anos para a produção de arroz e soja visando à exportação e lucro dos empresários - que não produzem alimentos, se não *commodities* - não levará em conta as abissais diferenças econômicas, ambientais e culturais dos diversos grupos que constituem o território.

3.2.3 Os conselhos para a gestão “participativa”

Como já mencionamos na busca de lidar com os conflitos nas UC’s, o ICMBIO recorre a duas “ferramentas”: Os conselhos que nas palavras do próprio instituto é o “principal instrumento de relacionamento entre as Unidades de Conservação e a sociedade” (ICMBIO, 2015) e a Educação Ambiental que, como também já falamos, possui “foco no fortalecimento de ações institucionais que promovam a qualificação da participação social na gestão e a promoção da sociobiodiversidade” (ICMBIO, 2015).

A partir do SNUC (2000), os conselhos passaram a ser apresentados como ferramentas deliberativas ou consultivas para a gestão participativa. Desde então, e com certa intensificação nos últimos cinco anos, houveram esforços dos gestores em materializar o que estava previsto no SNUC desde o ano 2000 sobre a gestão participativa através dos conselhos.

Apesar do diálogo e as pontuais conquistas, sobre tudo nas Reservas Extrativistas – RESEX, que alguns movimentos sociais e populações obtiveram através de alguns conselhos, as políticas e os gestores não previam um pressuposto, que já foi mencionado nesta

⁵⁰ A cobra Cruzeira é um réptil do gênero *Bothrops spp.* que possui presas inoculadoras de veneno. São conhecidas popularmente como Jararacas.

dissertação: “o diálogo se dá entre iguais e diferentes, nunca entre antagônicos. Entre esses, no máximo pode haver um pacto. Entre esses há é o conflito, de natureza contrária ao conflito existente entre iguais e diferentes” (FREIRE, P. *et al.*1995, p. 05).

Estes conflitos socioambientais “expressam processos em que a luta ocorre não somente pela conformação ótima de uma ‘aritmética de trocas ou reparações’ (problemas), mas, sobretudo, pela legitimidade de outras formas de visão e divisão do ambiente e do espaço social” (ZHOURI, 2014, p.113). O que impõe severas dificuldades na realização dos conselhos como abertura democrática, pois é praticamente impossível que os antagônicos grupos envolvidos não tragam consigo para dentro dos conselhos suas respectivas cotas de poderes materiais e simbólicos, com os quais acabam constituindo sua notoriedade ou sua subalternidade dentro destes espaços.

Para Miguel (2014)

A universalização do acesso à esfera pública política, com a concessão de direitos formais iguais a todos, coabita com a permanência da dominação social. Desta maneira “a democracia, assim, surge na reflexão política convencional como sendo a solução para o problema da dominação.” Mas como vimos observando “a democracia política não está imune, muito menos cancela as relações de dominação estabelecidas em outras esferas da sociedade (p.146).

Outra problemática da participação nas decisões da gestão de UCs via conselhos é justamente a de institucionalizar um único modo/modelo de se participar, com isso populações que possuem outra forma de organização são tomadas como desorganizadas à luz do pensamento hegemônico institucional, criando uma gestão erudita do território. Sobre esta problemática, e através da perspectiva de campo social de Bourdieu, Miguel (2014) argumenta que:

[...] o campo político, assim, estabelece critérios de ingresso e progresso – as formas legítimas de discursos e de comportamento político – que afastam ou minimizam o risco de presenças potencialmente disruptivas. Os grupos dominados são deixados do lado de fora ou, quando entram, sofrem pressão para se adaptar ao padrão (p. 147).

Voltando às formas de dominação antes percorridas aqui, os conselhos, em alguns casos, se tornam a legitimação propriamente dita daqueles que serão autorizados para falar e agir em nome da “natureza” ou do “meio ambiente”. E obviamente, falam aqueles que possuem o capital cultural previamente exigido pelo campo. Desta maneira, completa Miguel (2014):

[...] um mecanismo particularmente efetivo de exclusão do campo político é a necessidade de adequação ao padrão discursivo dominante. O “discurso político espontâneo dos dominados”, nas palavras de Bourdieu, é desacreditado simbolicamente, por fugir dos critérios tácitos de elevação de vocabulário, de

observância da norma linguística culta, de apresentação de seu conteúdo na forma de “argumentos racionais”. [...] O campo político trabalha no sentido de excluir as posições políticas mais radicais e menos abertas ao compromisso, à barganha e à negociação (p. 153).

Sendo assim os conselhos para a gestão participativa em UCs formalizam não somente um modelo único de participação, mas acabam, nem sempre é claro, legitimando duas construções hegemônicas que favorecem uma a outra: O discurso técnico-competente dos autorizados a falar em nome da “natureza” e “meio ambiente” e o fortalecimento dos laços de dominação e da desigual apropriação socioambiental de determinados grupos.

A ESEC Taim que no atual momento passa por um processo de ampliação de área fez um grupo de trabalho (GT) que contou com representantes civis e técnicos para decidirem a poligonal de ampliação. O GT foi constituído pelas seguintes representações ICMBIO, EMBRAPA, FURG, Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental (NEMA), Sindicato Rural de Rio Grande, Sindicato Rural de Santa Vitória do Palmar, Sindicato de Trabalhadores do Comércio de Rio Grande, FEPAM e a empresa Trevo Florestal (MMA, 2013). Após os debates das reuniões foram formulados os critérios de inclusão e exclusão da área para então construir as poligonais possíveis. Os critérios podem ser conferidos na Tabela 2 a seguir:

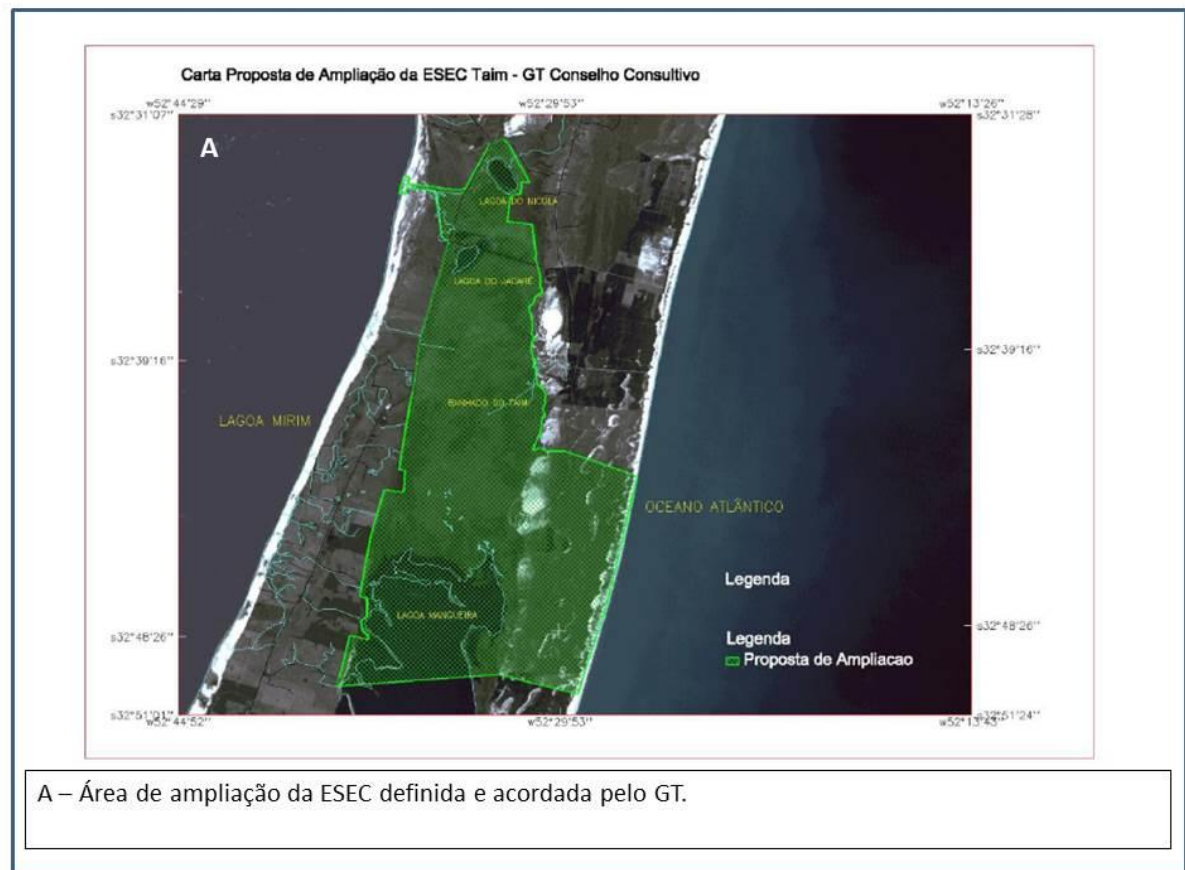
Tabela 2 Tabela de critérios de inclusão e exclusão de áreas para a construção da poligonal de ampliação da ESEC Taim.

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO	CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO
Restaurar área próxima da poligonal do Decreto de 1978;	Excluir, sempre que plausível, as propriedades menores de 200 hectares;
Incluir áreas mais contínuas para facilitar gestão, Incluir áreas mantendo um corpo único da unidade;	Excluir, sempre que possível, áreas com campos produtivos;
Incluir banhados, matas e lâmina da água;	Excluir, sempre que possível, áreas de bebedouros para animais domésticos;
Incluir banhados contínuos;	Não priorizar áreas externas a poligonal do Decreto de 1978;
Incluir áreas contígua ao canal que liga o banhado do Taim a Lagoa Mirim;	Excluir margem do oceano;
Incluir área da lagoa Mirim na saída do canal de ligação fora da poligonal;	Excluir a BR 471;
Definir limites em marcos e acidentes naturais existentes;	Excluir, sempre que possível, florestas plantadas;
Incluir áreas cujo proprietário desejar, sempre que haja relevância ambiental;	
Incluir o canal ao lado da rodovia;	
Incluir a totalidade das grandes propriedades quando segmentadas;	

Fonte: ICMBIO (2013).

A partir destes critérios foram elaboradas quatro possíveis poligonais e coube ao GT aprovar através de um consenso uma das alternativas. Com a poligonal decidida (Figura 6) realizou-se o conselho consultivo em duas etapas. A primeira aconteceu no CIDECSUL na FURG às 18 horas no dia 16 de outubro e a segunda foi na câmara municipal de vereadores de Santa Vitória do Palmar às 18 horas no dia 17 de outubro, ambas no ano de 2013. De forma bem resumida, o conselho consultivo de ampliação do Taim aconteceu sem grandes conflitos aparentes, fato que foi muito elogiado pelos gestores que, segundo eles, deve-se pelo ótimo trabalho consensual realizado pelo GT.

Figura 6 Poligonal de ampliação aprovada pelo conselho consultivo (ainda possui uma zona de amortecimento que não se encontra nesta figura).



Fonte: RESUMO EXECUTIVO DA PROPOSTA DE AMPLIAÇÃO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO TAIM (MMA, 2013).

Sobre este “ótimo trabalho” poderíamos lembrar que para um morador do Taim, que dependa de transporte público, chegar à FURG na cidade de Rio Grande ele deve pegar uma linha de ônibus que tem como último horário às 17:50 horas. Percebemos que se tal morador não tiver como ficar pela cidade de Rio Grande, sua participação no conselho estaria comprometida. Em suma, haviam interessados e mais do que isso pessoas que serão

diretamente afetadas em seu cotidiano pela ampliação que foram impossibilitadas de participar.

Nas palavras de Acselrad *et al.*

A constatação da desigualdade ambiental, tanto em termos de proteção desigual como de acesso desigual, nos leva a reconhecer que o que está em jogo não é simplesmente a sustentabilidade dos recursos e do meio ambiente, ou as escolhas técnicas descoladas da dinâmica da sociedade, mas sim as formas sociais de apropriação, uso e mau uso desses recursos e desse ambiente. [...] A pobreza não é um estado, mas um efeito, fruto de um processo social determinado e com características próprias. Do mesmo modo, a desigualdade ambiental nada mais é do que a distribuição das partes de um meio ambiente injustamente dividido (2009, p.76).

Em um documento em 2006 produzido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), com patrocínio da Petrobrás e sob responsabilidade textual a cargo de Carlos Frederico Loureiro, Marcus Azaziel, Nahyda Franca, há uma exposição mais clara do que se pretende com os conselhos, a partir da experiência do Parque Nacional da Tijuca - PNT.

Diante da complexidade dos problemas verificados, um dos maiores desafios para que a UC cumpra com seus objetivos de manejo é a consolidação da participação e do controle social da sociedade na gestão do PNT. Esse fator deve ser atingido com a formação, o estabelecimento e a capacitação de um conselho gestor, que, nas UC de proteção integral, têm um caráter consultivo. Entretanto, quanto maior a participação e o fortalecimento do conselho, melhor será a gestão do PNT, com suas especificidades no contexto do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc) (IBASE, 2006, p. 05).

Antes de tecermos nossas considerações sobre a questão da participação em conselhos em UCs, é importante dizer que não se trata de rechaçar a importância de intensificar a participação da classe subalternizada na vida pública e na esfera política. Mas, a partir de Florestan Fernandes (1980), lembrar que não se pode desvincular a democracia de seu conteúdo de classes. Partir deste pressuposto nos possibilita enxergar que a democracia burguesa e seus mecanismos formais de participação possuem uma importância instrumental para os grupos dominantes (TOTORA, 1999). Para Fernandes (1976), as classes dominantes

[...] usam o Estado exatamente para criar e manter uma dualidade intrínseca da ordem legal e política, graças à qual o que é oligarquia e opressão para a maioria submetida, é automaticamente democracia e liberdade para a minoria dominante (p. 350).

É importante nos perguntarmos até que ponto a educação ambiental e os conselhos em UCs vêm sendo demandados pela classe dominante e não pela “sociedade” como afirma o documento do Ibase (2006, p. 06)? E se a *educação ambiental para a gestão* estiver

assumindo o papel, tão necessário para os grupos dominantes, de uma cosmética que legitima a dominação? É preciso lembrar que

A democracia de cooptação, genialmente antecipada por Florestan, mas por ele descartada como possibilidade, não veio da auto reforma da autocracia, mas, inesperadamente, do desenvolvimento da estratégia democrática popular madura que desloca para o governo um setor que emerge da classe trabalhadora e dela se afasta para negociar em seu nome o pacto que acaba por resolver os problemas de hegemonia que faltava à consolidação do poder burguês no Brasil (IASI, 2012).

Desta maneira a ampliação das esferas de consenso, do terreno do pacto, formalizam também canais institucionais de legitimação da dominação exercida pelos grupos dominantes. Pois, além de todas as adaptações às regras tácitas pré-estabelecidas que os grupos subalternos precisam se submeter para que possam “participar”, estes espaços, consolidam o veredito final das verdades, no caso, da questão ambiental que agora não conta só com a legitimidade técnico-científica, mas também com a “democrática”.

3.2.4 O participativismo dos Projetos socioambientais: O espaço pré-estabelecido para os atingidos pelas políticas de preservação

Se os moradores do Taim não aparecem nas instâncias institucionais decisórias (conselho consultivo da ESEC, por exemplo), ou na bibliografia (sobre a região como em um livro apoiado pelo grupo JOSAPAR⁵¹): “o Taim é uma aldeia onde a espécie humana é rara (PEDRAZZI, 1997, p.13)”, há pelo menos um espaço institucional reservado, específico e pré-estabelecido para estes moradores: os projetos socioambientais.

Os projetos socioambientais são inúmeros, diversos e de modo geral possuem objetivos bem variáveis. Mesmo sabendo de tal diversidade, para dar conta do que foi proposto faremos a generalização dos “projetos socioambientais” sendo aqueles relacionados à temática ambiental oferecidos por instituições, tendo como público alvo os moradores das áreas atingidas por políticas de preservação da ESEC Taim.

Na Capilha, considerados público “ideal” devido, entre outras coisas, à atividade de pesca artesanal e a proximidade da ESEC, obtivemos materiais de projetos de ordenamento territorial, de extensão, de Educação Ambiental, de “boas práticas agrícolas”, e um plano de desenvolvimento sustentável. Vale destacar que no caso da ESEC Taim, grande parte dos projetos são executados por ONGs (NEMA, por exemplo) ou parcerias entre instituições ou empresas (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, por exemplo).

⁵¹ Ver “Banhado do Taim sinfonia da natureza” (PEDRAZZI, 1997) e “Taim Estação Ecológica” (PEDRAZZI, 2003).

O NEMA é uma ONG fundada em 1985 por discentes do curso de oceanologia da FURG, na cidade Rio Grande. Na época de fundação a nomenclatura utilizada era Núcleo de Educação Ambiental. Desde sua origem o NEMA foi construindo laços com instituições parceiras como a própria FURG, o ICMBIO e a prefeitura municipal, assumindo a participação em conselhos⁵² e desenvolvendo atividades de “apoio” nas comunidades e escolas. Sua finalidade ou “filosofia”, segundo seu próprio website⁵³ “é a *harmonização* da relação sociedade-natureza, a partir do reconhecimento, pelo *ser humano*, do seu ambiente e da *construção de valores e atitudes* voltadas para o respeito a todas as formas de vida e a *melhoria* da qualidade desta” (NEMA, [2016]).

Dentre os objetivos da organização está

[...] desenvolver uma *consciência conservacionista nas comunidades* das zonas costeiras, *através de programas de educação ambiental* [e] planejar e executar trabalhos que visem o conhecimento e o uso sustentável dos ambientes costeiros e marinhos com a sua *vocação* (NEMA, [2016]).

O que nos compete, para este trabalho, é analisar a educação ambiental relacionada à ESEC Taim e, sem dúvidas, o NEMA ocupa um papel importante na execução de projetos de apoio à UC em questão. Visto que uma de suas principais ações é a “criação e implantação de áreas protegidas”.

Segundo a organização educação ambiental é

É olhar para a natureza com os olhos do coração. Respeitar qualquer forma de vida. *Saber como agir* em relação ao meio ambiente para que as *futuras gerações* possam assistir a este espetáculo da vida. [...] É a forma de ação *mais eficaz para mudança da visão e atitudes do homem* para com seu meio ambiente (ecológico, social, histórico, ético e cultural). Esta mudança é capaz de *gerar ações/soluções de harmonia* (NEMA, [2016]).

A ESEC Taim, assim como outras UCs, é marcada pelo conflito e pelo “receio” dos moradores que presenciaram seu autoritarismo na década de 1980, no qual vamos relatar a partir da fala de alguns moradores entrevistados na parte 4.1. A deflagração de conflitos de inúmeras ordens⁵⁴ e a resistência dos grupos sociais atingidos por políticas de preservação exigiu do governo e, conseqüentemente dos órgãos ambientais, o investimento em

⁵² Mais especificamente:

COMDEMA – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente; Fórum da Lagoa dos Patos; COMGEPRO – Comitê Gestor do Projeto Orla; Rede ASO de Tartarugas Marinhas; Conselhos Consultivos da ESEC Taim e do PARNA da Lagoa do Peixe.

⁵³ Disponível em: <http://www.nema-rs.org.br/sobre> último acesso: 2016

⁵⁴ Basta ver os trabalhos apresentados no fórum “Conflitos Socioambientais e Unidades de Conservação” na 22ª Reunião Brasileira de Antropologia disponível em http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_22_RBA/pdf/F03%20Programacao%20com%20resumo.pdf último acesso 06/02/2016.

ferramentas *participativas*. Como fica explícito nos cadernos de Educação Ambiental e comunicação social em Unidades de Conservação lançados no final de 2015 pelo ICMBIO

Parte desses desafios pode e deve ser enfrentada com a gestão participativa da UC. Mas a pedra de toque desse enfrentamento é a expansão da educação ambiental e da comunicação social como estratégias de aprimoramento da gestão e de fortalecimento da política. Ambas facilitam o acesso a informações e a construção de conhecimentos capazes de promover e qualificar a participação da sociedade, em especial de seus *segmentos menos favorecidos*, na gestão das áreas protegidas (ICMBIO, 2015, p. 1).

Desta maneira o NEMA assume um papel que é comum a muitas ONGs no Brasil. Expandir através da Educação Ambiental e da Comunicação Social os canais de *participação* de certos *segmentos*. No caso estudado, segundo o NEMA

A ESEC Taim e as comunidades de entorno tiveram desde a criação da UC uma relação distanciada e baseada nas ações de fiscalização. De certa maneira isto trouxe a sensação de que a conservação simplesmente proibia as atividades das pessoas e que “os bichos” eram mais importantes que “o ser humano”. A partir de 2001 algumas ações vêm melhorando esta relação, a ESEC abriu sua estrutura física à comunidade e socializou sua conduta. O projeto Ações Prioritárias e a criação do Conselho Consultivo da ESEC têm cooperado para transformar esta relação (NEMA, 2005, p. 05).

Cabe dizer que esta relação “distanciada” é fruto de ações violentas na época de implantação da ESEC Taim como o incêndio proposital de artefatos de pesca por parte de gestores ambientais para que os pescadores desocupassem a região, ou, de desapropriações até hoje sem indenização, mas também pelos moradores observarem infrações ambientais dos grandes proprietários que sempre passam impunes. E sobre a criação do Conselho Consultivo para a superação da “relação distanciada” o problema está no fato de que

Em primeiro lugar, a participação de atores diversificados é estimulada, mas nem sempre é vivida de forma igualitária. O termo “parceria” é corriqueiro nos discursos políticos dos atores governamentais e não-governamentais, mas sua prática efetiva parece ter dificuldades em influenciar os processos de deliberação democrática. Em segundo lugar, os atores (...) são consultados e solicitados durante o processo de tomada de decisões. Eles participam desse modo, e no melhor dos casos, somente antes e depois da negociação. A participação assim praticada (...) colabora para aumentar a transparência dos dispositivos institucionais; ela não garante, porém, a legitimidade do processo institucional na construção do interesse coletivo (MILANI, 2007 *apud* GERHARDT, 2007).

O NEMA vem desenvolvendo, desde 2002, o Plano de Desenvolvimento Sustentável para as Comunidades do Entorno da Estação Ecológica Do Taim – RS, este plano organiza projetos que vão de questões de “ordenamento territorial” a “formação de monitores locais”. Nas próprias palavras da ONG

O Plano tem como finalidade orientar ações e Projetos viáveis socioambientalmente, nos quais o desenvolvimento socioeconômico das populações vizinhas às Unidades

de Conservação se dê sobre *bases sustentáveis*, contribuindo para a *redução dos impactos negativos* existentes e potenciais sobre o entorno e na própria UC, com isso promovendo uma *mudança em relação à percepção do meio ambiente pela comunidade* (NEMA, 2002, p. 6).

De certa forma há um tratamento abstrato no que se referem tais *bases sustentáveis*, ou de quais seriam os *impactos negativos* dos moradores locais, mas o fato de que o plano irá promover uma *mudança na percepção sobre o meio ambiente pela comunidade* - mesmo ela sendo constituída de diversos atores que possuem práticas diferentes e ao que nos parece seria impossível uma única percepção comum a todo/as sobre o meio ambiente – implica que a “percepção” atual não é satisfatória, por isso precisa ser mudada.

Para conservá-lo [o banhado do Taim] é importante *despertar nas comunidades* que ali vivem a *emoção* e a *responsabilidade de tornarem-se guardiãs* de todos os elementos ali presentes e que *dão sentido às suas vidas*. [...] O projeto Comunidades do Taim: educação ambiental e sustentabilidade, surgiu da necessidade de dar continuidade e consolidar as ações prioritárias indicadas no Plano de Desenvolvimento Sustentável *elaborado juntamente com as comunidades* do entorno da Estação Ecológica do Taim (NEMA, 2008, p.1).

Aqui encontramos características discursivas muito semelhantes a outros projetos analisados por Gerhardt (2007), parece que estes formam uma espécie de ritualística executada pelos órgãos gestores e seus *parceiros*. Ressaltamos aqui que uma das finalidades do programa é “*reduzir os impactos negativos existentes e potenciais*” com isso “*promovendo mudança de percepção do meio ambiente pela comunidade*”. Neste caso se preserva a educação ambiental com caráter unidirecional (educador propõe “educando” adere), mesmo que sustentada pela argumentação da elaboração coletiva/participativa, feita *juntamente com a comunidade*.

Afinal, como e o quê seria despertar a emoção e responsabilidade dos diferentes atores que ali vivem para se tornarem guardiões dos elementos que dão sentido às suas vidas? Não estaríamos presos em uma armadilha tautológica? Pois, se entrarmos no “jogo” de subtrair o *ethos* social dos grupos, dando-lhes um tratamento abstrato, e admitirmos que realmente existem *elementos* [naturais] que *dão sentido às suas vidas*, ainda assim, nos parece óbvio que estes elementos seriam preservados. Qual grupo não preservaria um *elemento* que *dá sentido* à sua vida?

É importante retomar aqui que a educação ambiental neste caso é “*saber como agir em relação ao meio ambiente*” para preservar para as “*futuras gerações*”. Além disso, “*é a forma mais eficaz para mudança da visão e atitudes do homem*”. E ainda, não podemos esquecer que o objetivo da organização está em “*desenvolver uma consciência conservacionista nas comunidades*”.

Destacamos aqui o tratamento genérico dos diferentes grupos na utilização de termos como “*homem*”, “*gerações futuras*” entre outros. Levando em consideração o que expomos nas partes antecessoras poderíamos nos perguntar se as *gerações futuras* advindas dos grupos sociais que residem no Taim e as *gerações futuras* advindas dos empresários do agronegócio serão beneficiados na mesma medida pela “*preservação*” ambiental? Ainda, se os impactos advindos da não *preservação* serão distribuídos de forma igualitária para os grupos economicamente vulneráveis e os herdeiros do agronegócio? Não estamos com isto subtraindo a responsabilidade dos grupos *subalternizados*, nem afirmando que estes possuem uma propensão natural à preservação, mas que existem contradições objetivas entre direitos e interesses.

Uma das características comuns aos projetos socioambientais que mapeamos, e expomos parte dele na seção 2.2.1, é a argumentação dos proponentes que para a educação ambiental ser mais *eficaz* ela precisa dialogar com a realidade local. No caso da ESEC Taim encontramos semelhanças a estes outros projetos

Estão previstos 3 cursos de sensibilização e formação em educação ambiental [...]. Os cursos abordarão conteúdos e atividades de educação ambiental com um enfoque interdisciplinar, *estando direcionados para a realidade socioambiental da região*. Nestes serão aprofundados os *temas identificados pelas comunidades* durante a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável. Questões como o lixo, a caça, a pesca, a poluição das águas e do ar, as florestas renováveis, uso de transgênicos, saúde pública, legislação e Unidades de Conservação serão os principais temas a serem trabalhados junto às comunidades, sob a ótica da educação ambiental (NEMA, 2005, p. 17).

Neste fragmento novamente aparece o apelo ao caráter participativo em que os temas trabalhados serão os temas identificados pela comunidade, mesmo assim outros temas pré-estabelecidos já estavam pré-definidos como a questão do lixo, da caça, da pesca e etc.. Outras experiências em educação ambiental, agora realizadas pelos próprios gestores do ICMBIO, são oferecidas aos moradores locais

A equipe da Esec do Taim, planejou este ano uma atividade de educação ambiental com os pescadores artesanais. Durante a atividade, fiscais da unidade foram até as comunidades da região e durante os contatos e conversas distribuíram folhetos explicativos aos pescadores abordando temas como o período e a importância deste defeso para a sobrevivência do pescado e conseqüentemente da sustentação da atividade pesqueira (ICMBIO, 2011).

Neste caso a prática de Educação Ambiental consistiu em distribuição de “folhetos explicativos”. Segundo Ana Carolina Canary, analista ambiental da ESEC Taim, que coordenou a atividade, é função dos gestores fiscalizar, mas também educar a comunidade local.

Temos como função fiscalizar e também educar a comunidade do entorno para que consigamos efetivamente preservar a unidade. A iniciativa da unidade de ir até a comunidade pesqueira visa aproximar a unidade dos usuários dos recursos, sensibilizar essas comunidades e reduzir conflitos na gestão desse aspecto de grande importância socioambiental para a região (ICMBIO, 2011).

Se para a preservação da UC se tornar efetiva, ela depende somente da fiscalização e da educação da comunidade local, se pode entender que um único fator impossibilita a preservação: a própria comunidade. Ainda o problema, segundo a gestora do ICMBIO, reside no mesmo motivo apontado pelo NEMA anteriormente, na relação distante entre os moradores e a ESEC Taim. Para nós, antes de qualquer coisa, o problema passa pelas relações de apropriação material e simbólica do território.

Se imaginássemos que em um futuro hipotético a fiscalização proibisse totalmente as atividades da “comunidade” que julgam “irregulares” e os moradores locais fossem “inculcados” pela perspectiva preservacionista e tomassem a ESEC como um santuário, de nada mudaria as prospecções de crescimento da produção de arroz e soja para os próximos anos. Ou seja, o uso cada vez mais intensivo de agrotóxico por pulverização ao lado da ESEC não seria afetado, nem pela fiscalização e muito menos pela “sensibilização”. A criação de gado de corte e as empresas reflorestadoras, tampouco.

Esta parte que se encerra agora tentou mostrar as assimetrias que os grupos que constituem o território possuem no sentido tanto da apropriação material, quanto das suas respectivas cotas de poder em instâncias “participativas”. Como já dissemos, a “participação” vem se tornando o argumento irrefutável de legitimidade das ações dos órgãos ambientais, sobre tudo o ICMBIO que vem investindo na produção de documentos para a orientação dos gestores de áreas protegidas quanto à participação dos atores sociais envolvidos. Cabe explicitar até que ponto estas instâncias participativas vem cumprindo o papel de alavancar as lutas pelos direitos e as reivindicações dos grupos subalternizados ou, por outro lado, servindo aos interesses dos grupos dominantes tornando-os “companheiros da preservação” e chancelando suas práticas através do participativismo. Pois, na *democracia por cooptação* não há nada mais legítimo do que algo em que “todos” participaram e, supostamente, consentiram.

4. AS LENTES DA IGUALDADE AMBIENTAL: COTIDIANO E OLHAR DOS MORADORES DA CAPILHA

Aos esfarrapados do mundo e aos que nele se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam (FREIRE, 1987, p. 23).

Iniciaremos esta parte com um relato. Este caso foi vivido por uma moradora local que é mulher, mãe, avó, pescadora entre outras múltiplas atribuições que possamos dar. Desde o primeiro dia em campo, muitos moradores diziam ao pesquisador “Tu tens que ouvir a história da ‘Marlene’, ela é uma guerreira” (diário de campo, 2015). Transcrevo aqui em forma corrida no corpo do texto este relato que solicitamente nos foi contado mais do que uma vez, mesmo com toda a dificuldade que era lembrar este, traumático, dia.

“Era Agosto, em 2011, tava cerração e frio. Fomos de manhã para safar⁵⁵. Quando saímos, a lagoa tava bem parada, mas pelas 9:30 começou a puxar o vento. Pelas 11:00 bateu um nordestão que virou a embarcação. A minha companheira de pesca ficou no fundo da embarcação agarrada, eu também fiquei por um tempo, mas o vento era tão forte que me tirou a deriva. Quando a gente caiu minha amiga dizia: eu não consigo mais! E eu gritava consegue sim, tu sabe nadar mulher, te agarra no barco. O último pescador que estava saindo da lagoa viu eu balançar a roupa que eu tava tirando para me alivianar. Ele nos tirou. Quando saímos eu tava com hipotermia, vimos a morte na frente dos olhos. Mas Deus nosso senhor nos salvou. Eu sempre me sustentei da água. Foi na água que eu criei meus filhos. Só Deus sabe o que eu já passei na água. Todos os meus cacarecos que eu tenho, eu comprei pela pesca e pela ajuda de Deus. Eu sempre sobrevivi da pesca, da lagoa. Até quando tive que me operar, por isso agora tô parada. Fui no médico e ele não queria me dar atestado achando que eu era “mulher de pescador”, aí me irritei, joguei meus documentos na mesa e mostrei que EU SOU PESCADORA SIM, vou pra água, faço força. Eu tenho orgulho de ser pescadora e gosto de comer o peixe que eu mesma pesco, porque o meu peixe eu sei de onde vem, sei que é limpinho” (MARLENE, entrevista 01, 2015)

Esta fala da pescadora, nascida e criada no Taim não é somente um caso – dentre outros de acidentes relacionados à atividade pesqueira - é sinal de resistência na vida cotidiana. É a partir de histórias como essa que podemos compreender que o território “[...] é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do

⁵⁵ Safar consiste em retirar os peixes capturados da rede, na maioria das vezes usando uma ferramenta denominada safador.

exercício da vida (SANTOS, 2007, p.14), na qual a identidade se traduz no sentimento de pertencimento, ou seja, pertencer aquilo que lhe pertence” (LOPES, 2012, p. 38). Nesta parte trataremos, traduzidas pelas nossas interpretações, é claro, os aspectos da vida cotidiana que se tornam explícitos a partir das falas e da observação da cotidianidade dos moradores da Capilha, atingidos pelas políticas de preservação, mas não assistidos por ela.

Foram muitos os diálogos nestes quarenta dias em campo. Para organizar a exposição do material coletado por gravação das entrevistas, anotações das falas em diálogos informais no diário de campo e materiais de subsídio, nós os reunimos por aproximações conceituais que foram pontos comuns nas entrevistas. Conflito entre gestores e pescadores, falta de assistência básica, monitoramento dos moradores locais, prospecções futuras foram temas comuns que surgiram durante as entrevistas e diálogos informais. Alguns propostos pelo pesquisador, outros pelos próprios interlocutores.

Quanto à exposição das entrevistas preferimos, com acordo prévio dos informantes, manter resguardada a sua identidade e por isso os nomes apresentados aqui não correspondem aos verdadeiros nomes dos interlocutores da pesquisa. Deste modo preservamos somente o gênero masculino/feminino dos nomes. Contudo, sabendo a importância das circunstancialidades que a linguagem se insere e levando em conta que a “análise de discurso deve considerar não só a situação, mas a memória e os sujeitos (ORLANDI, 2012, p. 131)”, construímos uma tabela (APÊNDICE G) com algumas informações que podem contribuir para o entendimento de onde partem estes sujeitos ao produzirem seus discursos.

4.1 A pesca como relação: Os pescadores artesanais da Capilha

De fato, “a economia local da Capilha está apoiada na pesca” (NEMA, 2004, p. 21). Porém, a atividade pesqueira na Vila da Capilha exerce um papel mais sensível para os moradores da vila do que simplesmente um apoio à economia. Ela é atividade constituinte e de manutenção de seu *ethos*, de sua identidade social. Além disso, a pesca artesanal é relação e resistência de uma categoria social que por um lado sofre com as desigualdades impostas por um projeto burguês de desenvolvimento e por outro com as políticas de preservação (e restrição). “Talvez essa geração que vem aí não seja tanto, mas, mesmo assim, aqui quem não vive da pesca pelo menos um dia **já se envolveu** com ela” (MÁRIO, entrevista 03, 2015, grifo nosso).

Nas décadas de 1960 e 1970 os pescadores da Vila da Capilha, exerciam suas atividades principalmente nos diques e áreas alagadas que no ano de 1986 se tornariam território da ESEC. Como nos explica Vilson (entrevista 05, 2015) de 79 anos, na época a

rede era trançada manualmente, as tralhas eram de sisal⁵⁶ sendo que a parte flutuante era feita com porongo⁵⁷ e a parte de fundo era feita de amarrações com pedras. Ao ser perguntado sobre as mudanças que a presença da ESEC Taim os exigiu, ele explica:

É, houve um pequeno conflito. Porque imagina, o camarada tinha um barraco perto dos diques e um barco a remo. Porque nos diques dava pra pescar a remo. De uma hora pra outra começa aquela confusão e quando o camarada vai ver já botaram fogo no barraco dele. Naquela época quem fiscalizava era o IBDF. Eu lembro até do nome um rapaz que tinha, Sidnei era o nome dele, que a missão dele era retirar os pescadores de lá.

A desapropriação dos pescadores das áreas de interesse da ESEC não fez somente com que, desamparados de qualquer compensação, tivessem de procurar novos lugares de pesca, mas que se adaptassem às novas dinâmicas ecológicas e para isso despusessem de novas tecnologias de pesca.

O camarada tava acostumado a pescar em água parada dos diques, ia a remo mesmo. Aí depois da reserva tinha que ir pra essa imensidão de água que em dia de rebojo até vira embarcação, aí agora o camarada tinha que ter motor e do motor já vem o gasto de combustível e assim vai (VILSON, entrevista 05, 2015).

Um dos nossos entrevistados foi um dos “camaradas” citados por Vilson que teve o seu “barraco” queimado:

No tempo que era liberada a reserva ecológica, meu pai comprou uma casinha pra mim lá. Porque era longe para ir daqui de a pé para safar rede lá, uns 6 Km ou 7 Km, eu acho. [...] Aí meu pai comprou pra mim lá e eu parava sozinho por lá mesmo. Depois o IBAMA tomou conta lá, no caso, assumiu ali né, aí até botaram fogo nas coisas nossas lá. No meu caso queimou a casinha com as redes e tudo (MÁRIO, entrevista 03, 2015).

Quesada *et al.* (1987) e Sete (2010) apontam que as desapropriações para o estabelecimento da ESEC Taim desrespeitaram a organização e as normas locais. Deste modo as empresas locais e os grandes proprietários de terras, aqueles que tinham acesso a advogados e a recursos para “brigar judicialmente” pelo ressarcimento de suas terras usaram destas ferramentas, enquanto os pescadores, que não tinham tais ferramentas disponíveis tiveram que transformar seu cotidiano e reorganizar seus modos de vida.

E não pagaram nada. Aí o pai pegou na época e botou na justiça com a colônia dos pescadores que eu pagava os direitos tudinho, mas até hoje não saiu nada, não ganhamos nada. Botaram fogo na casinha que eu tinha com rede e tudo dentro. [...] Aí eu continuei pescando mais um tempo, mas tava muito fraco de peixe na lagoa, aí tive que ir trabalhar nas granjas, fui pra Rio Grande trabalhar em lojas, trabalhei em posto de gasolina também, eu não ficava parado (MÁRIO, entrevista 03, 2015).

⁵⁶ Sisal é um fio, cordel ou corda extraído a partir da fibra da *Agave sisalana* da família das Agavaceae.

⁵⁷ Porongo é o fruto oriundo de plantas do gênero *Lagenaria spp.*

A partir desta fala podemos notar outro “efeito não programado” das políticas de preservação, que se insere na relação entre os próprios pescadores. Observemos que quando Mário diz que “não ficava parado”, ele estava se auto-definindo, mas essa definição parte de uma contraposição em relação aos outros, no caso aqueles que “insistiram” em permanecer somente na atividade pesqueira. Como fica evidente ao prosseguir da entrevista:

Porque queimaram, fizeram horrores e ficou por isso mesmo né tchê. Aí eu fiquei assim, quando o peixe dava eu pescava, quando não dava eu pegava outro serviço, entendesse, então não tinha essa ai de esperar, na época a gente nem tinha seguro desemprego também. Ou tu parava e morria de fome ou tu saía atrás de serviço, e eu saía atrás de serviço. [...] Claro, tinha gente tipo meu primo ali [Hélio] que ficou correndo atrás de peixe pra não ter que sair daqui, mas passou muita dificuldade. Eu já tinha esse compromisso comigo, eu pescava, mas se não tivesse peixe eu saía atrás de outro serviço, não ficava parado correndo atrás de peixe (MÁRIO, entrevista 03, 2015).

Mário ainda ressalta que apesar de mudanças, como o ganho do seguro defeso, as condições dos pescadores não são melhores do que antigamente. Pois, segundo a maioria dos entrevistados, para ter seus direitos concedidos os/as pescadores/as precisam se submeter a burocratizações de registro de pesca e outros documentos de difícil preenchimento e com as tramitações sendo realizadas na cidade do Rio Grande o que dificulta o deslocamento devido ao preço do transporte público. “[...] os coitados hoje vivem assim: Ninguém te dá serviço sem assinar a carteira de trabalho, mas se assinar a carteira eles perdem os direitos de pescador, então eles não podem trabalhar, então a dificuldade deles é essa daí” (MÁRIO, entrevista 03, 2015).

Sobre o ser pescador hoje, e ter sido pescador em 1960/70 Vilson diz que

Hoje se tem um pouco mais de conforto, mas isso não quer dizer que tá mais fácil. Hoje também é muito sacrifício. Antigamente tinha peixe a reveria, mas não tinha valor, hoje o preço tá melhor, mas tem menos peixe. [...] Nós autônomos somos escravos dos nossos deveres. Nós não temos compromisso com uma empresa, a gente tem compromisso com a gente mesmo de ir trabalhar (entrevista 05, 2015).

É interessante notar que aqui a noção de trabalho apresentada difere das relações de exploração do trabalho assalariado. Mesmo com a presença do “atravessador”, ou comprador de peixe que às vezes obtém mais de cem por cento de lucro no pescado, este não assume o papel de “patrão”. O atravessador não é proprietário dos meios de produção do pescador artesanal, isso faz com que ele não tenha total domínio da carga horária de trabalho e da “produtividade” deste pescador, e talvez esta seja a principal diferença das relações de trabalho de um pescador artesanal e de um pescador de embarque industrial. Isto não faz com que a relação comprador-pescador não seja uma relação de dominação, porém, por mais que

estejam cerceados às condições do comprador, os pescadores dispõem de uma autonomia que um “proletário clássico” não dispõe.

Esta autonomia é colocada em questão por alguns moradores. “Tem uma turma aí que não vai pra frente, porque só vai pescar quando tá precisando de dinheiro” (VILSON, entrevista 05, 2015). Alguns pescadores optam por pescar todos os dias possíveis e alguns deles estigmatizam os que não o fazem como sendo “corpo mole”.

Cansei de a minha irmã me esperar na porta com um prato de comida e eu nem entrava, comia na porta mesmo e ia embora safar rede. E naquele tempo eu vendia traíra a vinte centavos o quilo, era um prevaecimento dos compradores. Não dava nem pra comprar uma bicicleta. Hoje se queixam aí à toa, porque tão com vidão de rico. É que hoje tem gente que não é muito do trabalho, vão pescar só quando querem. [...] A nossa vida de pescador é essa daí, se trabalha muito, mas se vive também (MÁRIO, entrevista 03, 2015).

A fala de Mário se insere num ponto entre a relação do trabalho artesanal e o modo de vida local com as relações próprias do capitalismo globalizado. Se por um lado “tem gente que não é muito do trabalho”, por outro os pescadores “trabalham muito, mas sabem viver também”, justamente por não se submeter às condições de um assalariado. Trazemos isto aqui, pois, ao acompanhar a rotina de trabalho pesado na qual estes homens e mulheres estão submetidos (ver APÊNDICE H), acompanhamos também as suas relações de vida, ou seja, de tempo, de relacionamentos, de reflexões e etc..

Mesmo com uma exaustiva rotina de trabalho, é condição prioritária entre os pescadores e demais moradores locais destinarem um tempo diário para visitarem os vizinhos, se reunirem para conversas em grupos, jogarem carteadado, tomarem o chimarrão matinal entre outras práticas que parecem se perder no *ethos* urbano.

Mesmo com as adaptações que os pescadores tiveram que realizar para poder continuar (re)produzindo seus modos de vida, algumas características foram mantidas. As redes continuam a ser entalhadas manualmente com a diferença que já compram a rede de nylon cosida. O porongo para a flutuabilidade deu lugar à cortiça⁵⁸, que por sua vez foi substituída pela boia de isopor. As incursões para safar as redes são diárias. Ainda persiste o caráter familiar passado geracionalmente e a gestão do pescado realizada coletivamente por familiares e amigos. Foi na geração nascida entre 1960 e 1970 que, aparentemente, as mulheres começaram a se tornar também pescadoras.

Sobre a relação com as granjas, a maioria dos pescadores já prestaram serviços gerais, como atividades relacionadas à construção civil ou de plantio, ou já participaram de eventos

⁵⁸ Cortiça é um material de origem vegetal da casca das corticeiras (*Quercus suber*).

como os “antigos bailes” ou gineteadas nas granjas. Sobre a permissão de pescar em áreas alagadas dentro das granjas

Às vezes os proprietários autorizam o cara a pescar, do contrário não tem pescaria. Só se o dono autorizar. Porque banhado pra ti entrar ali tens que pedir permissão pro dono se não eles chamam o IBAMA pra te tirar e mandam te prender por invadir propriedade. [...] Hoje mesmo eu tava ali nos cilos de arroz fazendo um bico numa obra e os caras chamaram o IBAMA, porque uns pescadores entraram e botaram rede lá. Veio os caras do IBAMA de lancha e tudo, mas isso é um serviço deles né, nada contra (JOSÉ, entrevista 04, 2015).

Aqui mais uma vez os órgãos ambientais aparecem como parceiros dos proprietários de granjas e vice-versa. No próprio website do ICMBIO as notícias relacionadas a “infrações” dizem respeito somente aos pescadores⁵⁹. Em nenhum momento encontramos notícias sobre a problemática do agrotóxico que, como relata Mário, “é comum os caras nas granjas colocar baldes cheios de arroz com agrotóxico pra matar as aves, tipo o Anu, pra eles não comer o arroz bom das granjas”.

Os/as pescadores/as artesanais da Vila da Capilha já passaram por inúmeros constrangimentos desde a referida desapropriação que fez com que muitos tivessem que se deslocar juntamente com seus familiares sem o devido ressarcimento de seus imóveis e petrechos de pesca. Além disso, como lembrou Wilson, pescar em diques e pescar na Lagoa Mirim são práticas diferentes, o que exigiu adaptações não somente na tecnologia de pesca, mas na logística de trabalho e gestão do pescado.

As limitações impostas pela ESEC Taim não foram as únicas dificuldades encontradas pelos/as pescadores/as. A presença de empresas e atravessadores do pescado somados às precárias condições estruturais que os pescadores tinham para poder armazenar e deslocar o pescado aos pontos de venda, fez com que eles fossem submetidos a uma exploração tão intensa que muitos são os relatos de períodos em que passaram fome.

Lembro de uma vez, era véspera de natal, e eu e meus irmãos sentados na beira do fogão à lenha e minha mãe chorando porque não tínhamos nada para comer. A pesca andava muito difícil e o preço que os compradores pagavam era um absurdo. Aí um vizinho nosso bateu na nossa porta com um saco cheio de marreca, ele era pescador também e como não tava dando peixe ele saiu pra caçar. A gente comemorou como se fosse o maior festão, porque pra gente era mesmo. Eu nunca vou esquecer esse dia (ZÉLIA, entrevista 02, 2015).

Tais condições e a falta de assistência do Estado impossibilitaram que a maioria dos moradores locais pudessem prosseguir os estudos formais. Isto revela a importância da atual presença do EJA que vem possibilitando que os moradores voltem aos estudos formais por

⁵⁹ Ver <http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/4-destaques/6928-taim-detem-quatro-por- Crimes-ambientais.html> último acesso em: 05/02/2016.

diferentes motivos como para poder lutar pelos seus direitos, fazer documentos, preencher formulários de pesca, conseguir a Carteira Nacional de Habilitação para dirigir e entre outros.

Quando eu era guri e chegava do colégio meu pai revisava pra ver se eu não tinha gastado muito a ponta do lápis, porque se eu tivesse ele já brigava comigo, porque não tinha como comprar outro. A nossa mochila era um saquinho de arroz. Hoje o governo dá o material né tchê, então quero dizer que os guris hoje já podem estudar. Hoje um pescador já forma um filho, coisa que no meu tempo não tinha isso, não dava, não tinha condições, eu tive que parar de estudar para trabalhar pra sustentar a minha casa (MÁRIO, entrevista 03, 2015).

Muitos moradores nos contavam orgulhosos de como resistiram às dificuldades. Por exemplo, a falta de recursos para comprar medicamentos foi contornada pelos saberes fitoterápicos das plantas. Fato que hoje é celebrado no espaço da sala de aula com a produção coletiva de um livreto sobre os benefícios das plantas para o tratamento de doenças, no qual o pesquisador foi apresentado e disponibilizamos no ANEXO C.

O período em que passamos na Vila da Capilha nos possibilitou ver que as barreiras impostas pela escassez do peixe e pela fiscalização e restrição ambiental, juntamente com outros fatores como a exploração do pescado, a falta de assistência e direitos trabalhistas, faz com que a maioria dos jovens moradores locais não veja condições de reproduzir socialmente a atividade pesqueira. Uma parcela da juventude da Vila da Capilha - mesmo com todos os problemas que envolvem a questão da mobilidade - seguem os estudos formais, outra parte vende sua mão de obra para as empresas reflorestadoras, do agronegócio ou para pequenos comércios locais. Ainda há uma parcela que se dedica às atividades autônomas na construção civil e outra que vai para a cidade tentar oportunidades de empregos.

Porém, mesmo com tantas barreiras os/as pescadores/as artesanais resistem e reinventam seus modos de vida para se reproduzirem socialmente. A Lagoa Mirim os exigiu adaptações e eles as fizeram transformando sua tecnologia de pesca, reorganizando os espaços em que cada um/a colocaria suas redes, abrindo caminhos que facilitariam o desembarque e o manejo do peixe, unindo-se expandindo o caráter familiar para o trabalho coletivo. E assim seguem repassando seus saberes aos, como nos disse o pescador Hélio, “corajosos jovens que continuam nesse sacrifício que é viver da pesca” (Entrevista 08, 2015).

4.2 Efeitos da ecologização: A culpabilização no cotidiano

Em um determinado momento, no romance “O velho e o mar” de Ernest Hemingway, Santiago – o pescador e protagonista – é acometido por um sentimento de pesar por estar pescando um grandioso peixe após tempos de escassez. Instaura-se então um conflito interno em Santiago que vê o peixe como um irmão, no qual ele precisa matar para sobreviver, mas

mesmo assim, um irmão. Santiago tem ciência de que não existe outra possibilidade, pois, para ele, assim como para o peixe, no mar está tudo o que ele sabe e é. E nas palavras de Santiago, ali está tudo que ele pode vir a ser e a saber.

“Eu acho que o problema de ter pouco peixe é porque tem muito pescador. [...] Mas essa é a vida nossa né. Fazer o quê? Se eu não pesco nem sei o que posso fazer”. Esta fala poderia ser de Santiago, mas é de um pescador da Vila da Capilha que mesmo culpabilizando a sua própria atividade tem a ciência de que ela é atividade fundante na sua vida e no seu cotidiano. Mas o que está por trás dessa aparente culpa?

Algo que apareceu constantemente, nos quarenta dias que passamos em campo e também nos materiais consultados, foi às tentativas de culpar a pesca e outras práticas sociais dos moradores da Vila da Capilha. A fiscalização e a presença constante de uma autoridade (que vigia e puni), no caso o IBAMA e ICMBIO, somados ao processo de ecologização engendrados nestes últimos trinta anos através de projetos socioambientais faz com que os próprios moradores se coloquem como “culpados”.

O vizinho aqui da frente tava com o butiazeiro caindo aí ele resolveu cortar, *fez errado né, mas o quê ele podia fazer?* Foi lá e cortou, mas quando ele tava cortando o IBAMA passou e viram, aí multaram ele né. Ele sabia que não podia, mas *ia deixar cair por cima de alguém?* (ZÉLIA, entrevista 02, 2015, grifo nosso).

Esta fala, como outras que apareceram, revela o conflito entre as duas formas de ver o mundo, a dos moradores locais e a dos gestores ambientais. Estes últimos, é claro, têm a sua própria racionalidade amparada por leis, decretos, diretrizes, instituições e etc. Portanto, estamos falando de visões que se posicionam desigualmente na sociedade.

Quando Zélia afirma que o vizinho *fez errado*, ele fez errado pelas leis dos de lá (gestores), e não dos de cá (moradores). Pois, segundo a lei dos de cá, *o quê ele podia fazer? Ia deixar cair por cima de alguém?* Obviamente, não. Nesta perspectiva, há um total apoio à atitude do vizinho que ao prevenir um possível acidente se pôs em risco que, de fato, lhe trouxe consequências. Uma multa mais precisamente.

Apoiar o vizinho no caso é apoiar também a sua própria liberdade de escolher, por exemplo, se uma árvore permanece ou não em seu pátio. Isto acaba culminando nos efeitos não programados da preservação, como completa Zélia: “aqui se tu quer plantar uma árvore nativa no teu pátio já fica sabendo que é pro resto da vida, porque se tu inventar de tirar depois, eles te multam” (entrevista 02, 2015). As contradições deste “monitoramento ambiental” em seu cotidiano parecem ironia se pensarmos que o território é cercado por

empresas florestadoras e de resinagem que dispersam *pinus* entre outras espécies exóticas pela região.

Ainda, se assim como propõem Gerhardt e Almeida (2006) pensarmos tal monitoramento e fiscalização ambiental em nosso cotidiano urbano, não seria difícil imaginar a série de infindáveis conflitos que emergiriam, caso fossemos submetidos a doutrinações, comportamentos, e constrangimentos formais do mesmo cunho que moradores rurais, sobre tudo, atingidos pelas políticas de preservação através de UC sofrem.

É claro que se cortar uma planta na sua própria residência já é considerado infração ou crime ambiental, a pesca como atividade remunerada não escaparia impune desta culpa. Seguindo a mesma lógica do primeiro diálogo citado nesta dissertação dois discursos acompanham os/as pescadores/as da Vila da Capilha: O de estar exercendo uma atividade que, supostamente, causa danos ambientais e a certeza de que esta atividade é fundamental para sua (re)produção como indivíduo e coletivo.

O problema da diminuição do peixe no meio ambiente, no meu ver, não é nada contra, eu sou pescador até, mas é a quantidade de pescador. E quanto mais pescador, mais rede né. Então não é que hoje tenha menos peixe, é que o peixe dá mais dividido devido à quantidade de redes que têm na lagoa (JOSÉ, entrevista 04, 2015).

É interessante lembrar que falas como estas partem de atores sociais que participaram de projetos de Educação Ambiental que pretendem ensiná-los *como agir*. Além disto, tais projetos propõem, às vezes através de *folhetos explicativos sobre a importância da sobrevivência do pescado*, uma *mudança de visão/percepção e atitudes para com o meio ambiente*, desenvolvendo [nos pescadores/as] uma *consciência conservacionista*. O pescador José que se diz culpado pela diminuição do peixe na Lagoa Mirim, é o mesmo José que se exige um *despertar nas suas emoções e na sua responsabilidade de se tornar um guardião* do meio ambiente. Por isso, este discurso da culpa foi frequentemente acessado diante da presença de um estranho (pesquisador).

Não tem mais peixe, porque foi desgastando, e cada vez foi aumentando porque assim ó, a historia do pescador é assim: Tu é pescador, teu filho segue sendo pescador, e dos filhos já vêm os netos, é uma tradição nossa, e é isso ai que acontece, ai de um vira dez, ai acaba com o peixe né, que jeito vai ter peixe se vai aumentando as famílias? Mas não tem outro tipo de serviço aqui né, tem que ser na pescaria mesmo (MÁRIO, entrevista 03, 2015).

A *ecologização* dos moradores, sobre tudo pescadores/as, da Vila da Capilha faz com que estes, na presença de um Outro, recorram ao discurso de que eles próprios são os maiores responsáveis pela escassez do peixe. Afinal, eles bem sabem que essa compreensão faz parte da racionalidade dos de lá.

Por outro lado a *ecologização* se torna então mais um efeito não programado desta empreitada do ICMBIO de *enfrentar os conflitos* através do consenso entre antagonicos. O papel de “carrasco autoritário” que outrora abordava as populações atingidas por UCs por vias policiais dá lugar ao papel de “conciliador”.

Isto resolve o problema do *distanciamento* entre gestores e populações locais, apontado como o maior problema em documentos citados anteriormente, porém não resolve a problemática da desigual apropriação das benéficas ambientais e dos riscos das atividades de produção em larga escala enfrentada por estas populações que objetivamente é o seu maior problema.

Eu acho que o pessoal do IBAMA são gente boa com a gente. Porque é o que eu te digo, tem pessoal que abusa, vai lá dia claro e põe rede onde não pode. Aí é um desacato a autoridade né. Mas se tu andar na linha eles não implicam contigo. De antes que tinha uns caras brabos lá, dizem que até bater eles batiam quando pegavam os cara pescando onde não devia, mas agora não, só fazem o serviço deles (MÁRIO, entrevista 03, 2015).

A fala de Mário comprova esta “mudança de postura” dos órgãos ambientais. Sendo morador da Capilha há cinquenta e seis anos ele pôde vivenciar de perto os dois distintos na forma, mas semelhantes no conteúdo, papéis assumidos pelo IBAMA e ICMBIO. Se ontem seu barraco de pesca e seus petrechos foram incendiados para que ele saísse do local que iria se tornar a ESEC Taim, hoje lhe oferecem projetos socioambientais e “diálogo” para lhe dizer o que pode ou não pode fazer.

A indenização pelos seus bens incendiados que nunca chegou mostra para Mário que os órgãos ambientais são *autoridades* com poder, porém são *gente boa* basta, é claro, ele *andar na linha*. De fato, comparada com desapropriações por incêndios e possíveis agressões físicas, as atuais fiscalizações e projetos de Educação Ambiental são muito bem recebidos como afirma publicação do ICMBIO sobre aquele projeto de Educação Ambiental por distribuição de folhetos explicativos: “A atividade teve muita receptividade pela comunidade de pescadores, que identificaram a importância deste fechamento da pesca” (ICMBIO, 2011).

Mesmo com essa aparente busca pela construção de consenso existem alguns relatos de abordagens de órgãos ambientais que são exageradas quanto a *violência simbólica* como podemos conferir neste breve relato:

Teve um rapaz aqui, trabalhador, pai de família, trabalha pesado pros filhos poderem estudar. Olha bem, ele só se prejudicou porque foi honesto. Ele foi na cidade entregar o relatório de pesca do ano e não aceitaram porque tinha passado o tempo de entregar. Aí ele ficou com a licença vencida. Ele continuou pescando e no outro ano levou o relatório e entregou. Passou uns dias veio aí carro de polícia com todo um aparato militar, tu vê né pra um pescador, quanta coisa errada por aí.

Empurraram uma multa violentíssima nele porque ele não deveria ter pescado naquele ano. E como ele ia sustentar os filhos dele? (VILSON, entrevista 05, 2015).

Ações deste cunho fortalecem a apreensão dos/as pescadores/as com os órgãos ambientais e reiteram esta noção de “monitoramento” permanente, de estarem sob vigia, de ter que *andar na linha* se não a face autoritária dos órgãos ambientais reaparece. Ainda, entre o autoritarismo e o diálogo existe a indiferença. Esta apoiada pelas empresas capitalistas de comunicação privada e por inúmeros materiais sobre a região como os livros “Banhado do Taim sinfonia da natureza” (PEDRAZZI, 1997) e “Taim Estação Ecológica” (PEDRAZZI, 2003).

De antes assim, tu via assim, só o mato. Aí não falavam do povo. Só falavam no IBAMA. O Pessoal daqui era esquecido, só falavam no IBAMA, só IBAMA, só isso que falavam, e nos bichos. Eu nem sei se tem mapa essa Capilha (CONCEIÇÃO, entrevista 02, 2015).

A falta de assistências básicas como correios, farmácia, posto de saúde vinte e quatro horas, ofertas de emprego, escola de ensino médio e etc. somada ao inculcamento de que suas práticas históricas cotidianas ao longo do tempo passaram a serem (pois antes da chegada da ESEC não eram) “danosas” ao meio ambiente, faz com que os moradores da Vila da Capilha não tenham prospecções muito otimistas quanto seu futuro, sobre tudo quando se trata da pesca.

[...] eu acho que a pescaria daqui mais uns anos vai terminar [Zélia intervém concordando]. Te proibem de tudo, nada pode ser feito. Não pode rede aqui porque isso, não pode fazer nada ali porque aquilo, sempre tem alguma coisa impedindo. Mas como vão trabalhar os coitados? Aí tu vai comprar uma tralha, com 100 pila? Tu não compra. Aí tem que estar se cuidando: esses peixe só vão dá pra pagar as contas, esse vai ser pra gente comer (CONCEIÇÃO, entrevista 02, 2015).

A família de Conceição se relaciona com a pesca, por isto, ela vive na própria pele este cerceamento que de um lado instaura um muro de proibições, regras e comportamentos, e de outro lado, o muro da exploração do trabalho. Zélia que também é de família que se relaciona com a pesca concorda com Conceição:

Tá desaparecendo os peixes, no hay peixe! Meu irmão já perdeu, quanta gente já perdeu, redes e equipamentos, tudo é gasto né. Aí o comprador de peixe vem quer pagar uma mixaria oito reais o quilo. Pô eles passam trabalho no meio da lagoa né, ficam as vezes quantas horas sem comer, passando frio no inverno, arriscando a vida, gastam de óleo, gastam de gasolina, aí vem o comprador aqui e quer pagar uma mixaria pros pescadores no peixe, enquanto que ele ganha o dobro de lá, é brabo né, é muito ruim. Pra completar agora em outubro para e volta só fevereiro, e não pescaram quase nada esse ano (ZÉLIA, entrevista 02, 2015).

Zélia foi uma das interlocutoras que mais explicitou sua insatisfação com a atuação dos órgãos ambientais, principalmente com o ICMBIO. É interessante sobre a desigualdade apropriação do território:

Eles [gestores do ICMBIO] se metem em muita coisa, coisas que nem é da área deles eles se metem. A praia, por exemplo, não é deles aquilo ali, a areia não é deles, mas olha vai pegar um pouquinho de areia, Deus o livre! Mas as torres da eólica tiravam areia de máquina lá, aí podia né. É como se diz né, peixinho pequeno não da pra se meter com peixe grande, o peixe grande sempre tem mais valor que o peixe pequeno (ZÉLIA, entrevista 02, 2015).

Ao comentarmos sobre um recente acontecimento de um pescador ter sido pego pescando com malha de diâmetro proibido, fato que o levou à detenção juntamente com a apreensão de seus petrechos de pesca, Zélia completa: “Vai o ICMBIO e faz batida na lagoa, eu acho errado isso né, o povo tira a comida da família dali né. Não são criminosos, são trabalhador” (entrevista 02, 2015). E Conceição adenda: “Aqui é sempre assim: Não tem apoio de ninguém, mas ao invés de te ajudar eles te tiram, se puderem te tiram mesmo” (entrevista 02, 2015).

Os moradores locais, vizinhos, muitos deles com laços de parentescos, convivem e compartilham seu cotidiano uns com os outros. Eles se conhecem, e por se conhecerem em sua cotidianidade fazem esquemas e julgamentos próprios uns dos outros. Por exemplo, o pescador Hélio foi caracterizado por alguns interlocutores como o “festeiro”; Marlene sua irmã, como a “guerreira”; Mário, primo destes últimos, como uma pessoa que de tão boa não tinha “inimizades”. Estes esquemas construídos a partir do convívio são confrontados quando, por hipótese, algum destes é abordado como um “criminoso ambiental”. Eles sabem que todos os vizinhos um dia autuados pelos órgãos ambientais não atentaram contra o meio ambiente. Aliás, surpreende muito que ao exercer práticas que há vinte anos eram comuns - como cortar um butiazeiro no seu pátio - sejam consideradas como crimes ambientais.

Ao mesmo tempo em que suas práticas históricas e cotidianas são marcadas com o ferrete da *ecologização* lhes gerando conflitos, tensões e culpabilizações, o crescimento exponencial das atividades do agronegócio, portanto, de sua “poluição produtiva”, bem como de outros grandes projetos de desenvolvimento como o parque eólico, faz com que as contradições de um modelo de preservação injusto e ineficiente se manifestem de forma cada vez mais agudizada.

O que eu acho curioso é que tem vezes que eles até nos chamam pra ajudar a tirar quantidade de peixe que ficou preso nos banhado, a gente chega já tem quantidade podre, aí é desperdício né, peixe que podia tá virando comida pro pessoal e renda pro pescador (JOSÉ, entrevista 04, 2015).

Para os moradores da Vila da Capilha que foram os interlocutores desta pesquisa, o cerceamento imposto pelo ICMBIO e pelas empresas capitalistas é, sem dúvidas, uma barreira para sua (re)produção social. Contudo, se é fato que “o peixe grande sempre tem mais valor que o peixe pequeno”, é fato também que as contradições inerentes tanto ao modelo de preservação, quanto ao modo de produção material, por eles vividas e interpretadas, mostram que por mais “encurralados” que possam estar sempre há a brecha, a *liberdade intersticial*, onde atuam, resistem e se reinventam na permanente luta que é, em tais condições, continuar a existir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os pesquisadores e intelectuais não podem resolver todos os problemas, mas têm a obrigação de, pelo menos contribuir para que eles sejam postos na mesa diante dos múltiplos agentes sociais que têm muito a perder ou a ganhar conforme as escalas que se imponham e a correlação de forças resultantes (Carlos Vainer).

De fato, são muito intensas as transformações indesejáveis, referente ao modo próprio de subjetivação e expressão coletiva, exigidas das populações atingidas por políticas de preservação em detrimento de demandas tidas como “globais”. Em nosso caso tanto Mário, quanto Marlene e todos os outros moradores locais, não demandaram a intensificação da produção em larga escala de grãos. Porém, as consequências negativas oriundas da expansão desta prática – como alterações bioquímicas e ecológicas da Lagoa Mirim pela barragem eclusa de São Gonçalo e o uso indiscriminado de agrotóxicos – são destinadas a eles.

Da mesma forma, a responsabilidade assumida pelo Governo Federal, sob pressão de países dominantes, de preservar 21% do território nacional através de áreas protegidas, não estava nas “prioridades sociais” destes grupos, que nos últimos trinta anos foram bombardeados por políticas, leis, normatizações, e com isso, doutrinações, exigências de mudanças comportamentais, criminalizações, ecologização e etc.

Os desavisados ou partidários do modelo de desenvolvimento e/ou preservação adotados devem argumentar que, de certa forma, o aumento da produção de grãos e de áreas protegidas são, também, demandas destas populações. O superávit de 232,7 mil toneladas de arroz em 2014 revela que para o agronegócio o que está em jogo não é produzir alimentos e sim, lucro. Da mesma maneira, a gama de conflitos envolvendo áreas protegidas, desigualdade e injustiça ambiental, que objetivamente se refere à sobreposição de interesses dos grupos dominantes – grupos que, aliás, financiam as UCs de Proteção Integral através das compensações ambientais – em detrimento dos direitos das populações atingidas, revela que tal modelo não é demandado por todos, mas por alguns beneficiados.

A moradora da Vila da Capilha ao falar sobre a assimetria das políticas de preservação que são aplicadas de forma desigual para os diferentes grupos, nos disse: “o peixe grande sempre tem mais valor que o peixe pequeno” (ZÉLIA, entrevista 02, 2015). Sua frase expressa às relações vividas e por ela interpretadas, e mais do que isso, é uma análise aplicável ao contexto da ESEC do Taim.

A ESEC do Taim ao se verticalizar sobre o território transformou lugares – significados, (re)produzidos e experienciados pelos moradores locais – em espaços. Obviamente, tal transformação não foi distribuída simetricamente entre todos os grupos. Como mostramos na seção 4.1 a privação da pesca nos diques forçou com que os pescadores artesanais tivessem de realizar diversas alterações em seus hábitos de pesca, buscando novas tecnologias e conhecendo novas dinâmicas ecológicas. Como nos disse Wilson, agora eles não pescavam mais sobre a “água parada” dos diques, mas na Lagoa Mirim, “imensidão em movimento” que, inclusive, levou muitos deles ao fundo como nos relatou Marlene a partir de sua traumática experiência no início da seção 4. Mais do que isso, a ESEC transformou as relações sociais de trabalho deste grupo, como revelou Quesada *et al.* (1987), muitos pescadores, até então trabalhadores donos dos seus próprios meios de produção, sem a possibilidade de se adaptarem às novas condições foram obrigados à vender sua mão de obra para a exploração através do trabalho assalariado nas granjas.

Contudo, o pretenciosismo ecológico que condena a pesca artesanal (lembramos: “a pesca artesanal [...] acaba afetando quantitativamente e qualitativamente a ictiofauna da ESEC do Taim” (ICMBIO, 2013)), é o mesmo que recebe “contribuições” do empresariado que explora o território (“[...] a empresa disponibiliza seus recursos ‘manutenção, empréstimo de veículos, fornecimento de combustível’ para dar apoio às atividades de segurança e preservação ambiental realizadas na região pelo IBAMA” (GRANJA 4 IRMÃOS S.A, 2015).)

Explicitar tal controvérsia nos possibilita entender melhor a *ecologização* sofrida pelos moradores da Vila da Capilha. A auto-culpabilização dos pescadores, que se põem como responsáveis pela escassez do peixe, tem, e não por acaso, a mesma justificativa proferida pelo ICMBIO: “O aumento do esforço de pesca”, ou nas palavras dos pescadores, “é porque de um vira dez”. Nos estranha ver tal afirmativa frente à nítida ruptura geracional da pesca artesanal na região.

Para nós, tal culpabilização está intimamente ligada ao processo de *ecologização* no qual os pescadores e demais moradores locais estão submetidos devido às ações dos órgãos ambientais em parceria com empresas (recordemos que “[...] A empresa apoia vários eventos da escola municipal local e esta se compromete a trabalhar com os jovens as atitudes para a preservação” (GRANJA 4 IRMÃOS S.A, 2015).) e também com ONGs (O NEMA tem como objetivo “desenvolver uma consciência conservacionista nas comunidades das zonas costeiras, através de programas de educação ambiental [...]” (NEMA, [2016]).).

Todavia, não estamos querendo afirmar que moradores e pescadores locais aceitam tudo passivamente. Mesmo com toda desigual correlação de forças eles resistem a partir da

reinvenção e (re)produção das suas práticas históricas e cotidianas. Esta resistência que engendra o conflito forçou, a exemplo de um modelo político nacional de dominação, os órgãos ambientais a substituírem sua face “autoritária” pela “participativista”, “consensual” e “pseudodialógica”. Surge aí o espaço propício para conselhos, projetos socioambientais e Educação Ambiental.

Se antes, então, os órgãos ambientais excluía qualquer posição contrária através do escudo do discurso técnico-competente (como afirmar que não se têm evidências que a pulverização de agrotóxicos próxima do banhado afeta a ESEC, pois não existem estudos científicos que comprovem), agora a armadura do “participativismo” blindava-os de qualquer ação possivelmente disruptiva. Cá para nós, o que se pode falar de algo em que “todos participaram” e através do “diálogo” entraram em “consenso”?

Moura (2009) é categórico quanto às posturas que suprimem a luta de classe e que põem gestores e pesquisadores como “mediadores” ou “especialistas” em superar conflitos – que nesta perspectiva são meras falhas de diálogo – através da construção do consenso.

Ímpar é a capa “consensual” com que tentam encobrir os conflitos e torna-los pano de fundo, em nome de um viés científico que se acredita inquestionável, incomparável, incontornável. Na verdade, o que se esconde sob esta aparente harmonia e satisfação é também uma profunda falta de compreensão por parte das instituições (inclusive a academia) do que é a pesca [ou dos aspectos da vida histórica e cotidiana dos atingidos pelas políticas de preservação] (MOURA, 2009, p. 01).

Desvincular o conteúdo de classes da questão da preservação restringe os órgãos ambientais a sempre estar trabalhando com possibilidades irreais. É substituir o conflito atual e real, pelo conflito futuro como tenta nos convencer o discurso do preservar para as *gerações futuras*. Sendo assim, como vimos na seção 3.2.3 a partir de Florestan Fernandes (1980), os mecanismos formais de participação – dentro de uma democracia burguesa de cooptação – possuem importância instrumental para os grupos dominantes.

Para os órgãos ambientais o “participativismo” resolve o problema do “distanciamento” entre gestores e populações locais, apontado como um dos maiores problemas da preservação em documentos citados na seção 3.2.4. Entretanto, não resolve a problemática da desigual apropriação das benefícios ambientais e dos riscos das atividades de produção em larga escala enfrentada por estas populações e que objetivamente são os seus maiores desafios para a sua (re)produção.

Nossa contribuição para os fundamentos do campo da Educação Ambiental vem no sentido de que precisamos desviar do debate, atualmente estéril, das empreitadas classificatórias de tendências da Educação Ambiental. Tais tentativas foram, em determinado

período histórico-político, importantes, mas já não dão conta de explicar o campo em sua dinâmica atual. Os trabalhos expostos na seção 2.2.1 permitem ver que a “Educação ambiental crítica, emancipatória, dialógica e etc.” foi aceita pelos pares como o *doxa* necessário para quem pretende se firmar no campo, mesmo às vezes estes atribuindo significações distintas para esta corrente que se autodenomina crítica, emancipatória e mais uma série de adjetivos que os diferenciam de correntes nem tão bem vistas pelos pares como conservacionista, preservacionista e outras.

Pegando de empréstimo a frase de Bourdieu (2002, p.35), e transformando-a, poderíamos dizer que antes de buscarmos desvendar o objeto analisado, deveríamos desvendar-nos e compreendermo-nos como pesquisadores, ou educadores ambientais, e em seguida desvendar e compreender o próprio meio científico, ou institucional, no qual estamos inseridos. Pois, uma prática científica-educacional que se esquece de por a si mesma em causa não sabe, propriamente falando, o que faz.

Seja lá o adjetivo que se queira dar, o fato é que a Educação Ambiental (e fazemos questão de lembrar que aqui estamos inserindo autores/educadores que se intitulam partidários da teoria crítica) vem sendo solicitada a cumprir um papel determinado para justificar ações de preservação utilitaristas conforme o item 3.2.4 e selar alianças e pactos dos órgãos ambientais com o empresariado, como mostramos no item 3.2.2.

Na 3ª parte deste trabalho, tentamos explicitar como as distintas formas sociais de apropriação do território são diferentemente afetadas pelas políticas de preservação. Se por um lado elas são desestruturantes para as práticas históricas e cotidianas dos moradores da Vila da Capilha, as mesmas políticas e ações se apresentam como oportunidades e merchandising ao empresariado que exhibe suas placas de responsabilidade ambiental e seus programas internos de sustentabilidade como um investimento na *bolsa de valores do capital social*. Em outras palavras, ICMBIO e os empresários aumentam as possibilidades de naturalizarem seus pontos de vista como verdades através da *ecologização* dos grupos subalternizados.

Como cenários futuros, a partir de tudo que foi visto, nos parece que os canais “participativistas” – como conselhos e a própria Educação Ambiental - irão se consolidar como ferramentas de aproximação dos órgãos ambientais com as populações atingidas por políticas de preservação. Parece-nos também que isto não acontecerá sem a explicitação de uma arena cada vez mais tomada por conflitos e tensões. A pergunta que fica é quais serão as novas estratégias de luta, enfrentamento e resistência dos grupos atingidos por tais políticas, para torná-las políticas afirmativas que contemplem os seus direitos?

No Taim existem outros grupos que ampliariam o entendimento das questões de dominação no território. A Serraria e agrovilas são outros agrupamentos que, diferentemente da Capilha, estão fortemente condicionados à exploração do trabalho assalariado pelas reflorestadoras e pelo agronegócio. Mais do que isso, muitas dessas pessoas estão condicionadas também às questões de moradia, pois suas casas são de propriedade dos empresários.

Sem dúvidas, a imersão na Vila da Capilha foi fundamental para o sujeito, e talvez o único, desta pesquisa, no caso, o pesquisador. Foi um exercício profundo de estar junto com o Outro e uma prática de se entender a partir dele. Se na lógica colonial é preciso conhecer o Outro para então dominá-lo, aqui tentamos invertê-la. Pois, é conhecendo a nós próprios – por intermédio do Outro – que vamos nos afastando da armadilha que é a imposição de nossas “verdades”, sobre tudo das “verdades ambientais”. Exercício caro e necessário aos que entraram neste campo denominado Educação Ambiental.

Claro que isto não aconteceu sem muitos tropeços. Principalmente na dificuldade que o presente autor teve para dar o devido tratamento diante de tantas informações, experiências, atores, arenas e etc.. Contudo, mesmo diante dos equívocos pequenos e também dos “irremediáveis” um ensinamento dos moradores da Capilha ficará para o presente pesquisador: Não olhar através das faltas, mas pelo que foi possível. Isto não é excluir as – necessárias - críticas, nem o rigor que necessitamos ao (re)pensar a prática de pesquisa, mas lembrar que nossa trajetória, nossa vida histórica e cotidiana está permeada de verticalidades que, de certo modo, nos condicionam à horizontes possíveis. Deste modo, entregamos aqui o nosso atual e possível exercício de estar junto com o Outro. Por mais que se muitas mãos não tivessem tocado este artesanato, ele provavelmente não tivesse possibilidades de existência, os equívocos permanecem sob inteira e exclusiva responsabilidade do autor. E que estas considerações não sejam tomadas como finais, mas iniciais para os futuros desdobramentos que este trabalho pode culminar.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. “A Re-volta da Ecologia Política” Conflitos Ambientais no Brasil. ACSELRAD, H. (org.) Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004, 294 p.
- _____. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, 24 (68), p. 103–119, 2010.
- ACSELRAD, H.; MELLO, C.; BEZERRA, G. N. O que é Justiça Ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 1 ed. Rio de Janeiro, 2009. p. 32.
- ADOMILLI, G. K. Arte de pescar, arte de narrar: notas etnográficas sobre a dimensão cultural do trabalho em uma comunidade pesqueira. **MÉTIS: história & cultura**, v. 8, n. 16, p. 97-119, jul./dez. 2009.
- AMARAL, A. F. Os Campos Neutrais. Porto Alegre: GRAFISILK, 1973.
- BACKES, A. ÁREAS PROTEGIDAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: O ESFORÇO PARA A CONSERVAÇÃO. PESQUISAS, BOTANICA No 63:225-355 Sao Leopoldo: Instituto Anchietao de Pesquisas, 2012.
- BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball Sampling: Problems and Techniques of Chain Referral Sampling. **Sociological Methods & Research November**, V. 10, p. 141-163, 1981.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Conflito, em dicionário de política**. Brasília: UNB, 1998.
- BOURDIEU, P. O poder simbólico. Lisboa: Difusão, 1989, 311 p.
- _____. *Meditações pascalinas*. Oeiras, Celta Editora, 1998.
- _____. Por uma sociologia da ciência. Edições 70, 2015, 168 p.
- BRACCO, D. *Charruas, Guenoas y Guaranés*: interacción y destrucción: indígenas en el Río de la Plata. Montevideo: Linardi y Risso, 2004.
- BRANDÃO, C. Territórios com classes sociais, conflitos, decisão e poder. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA, F.N.A. (Org.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Editora Alínea, 2007. p. 16.

BRASIL. DECRETO Nº 81.603, DE 26 DE ABRIL DE 1978. Brasília, 26 abril 1978.

Disponível em: <

http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=81603&tipo_norma=DEC

[&data=19780426&link=s](http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=81603&tipo_norma=DEC&data=19780426&link=s)> último acesso: 28/02/2016.

_____. DECRETO Nº 92.963, DE 21 DE JULHO DE 1986. Brasília, 21 julho 1986.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D92963.htm)

[1987/D92963.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D92963.htm)> último acesso: 28/02/2016.

_____. **Sistema Nacional De Unidades De Conservação Da Natureza**. Lei nº 9.985. Brasília, 2000.

_____. **Diretrizes para Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação**. 2015.

BRASILEIRO, L.; ALMEIDA, L.; SAITO, C. PERCEPÇÃO DOS VISITANTES DO PARQUE NACIONAL DE BRASÍLIA SOBRE SUA INTERAÇÃO COM CEBUS LIBIDINOSUS: SUBSÍDIOS PARA UMA PRÁTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DE CONDUTA CONSCIENTE DE VISITANTES DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, ISSN 1517-1256, Rio Grande, v. 26, p. 150, 2011.

BRITO, M. C. W. Unidades de conservação: intenções e resultados. São Paulo, Anablume/Fapesp. 2000.

BUENO, F. EDUCAÇÃO AMBIENTAL APLICADA AO ECOTURISMO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO PÓLO DE ECOTURISMO DA ILHA DE SANTA CATARINA. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, ISSN 1517-1256, Rio Grande, v. 20, p. 78, 2008.

BURNS, M. D. M. **CONSEQUÊNCIAS DA BARRAGEM ECLUSA DO CANAL SÃO GONÇALO PARA A ICTIOFAUNA DO SISTEMA PATOS – MIRIM**. 2010. Tese (Doutorado em Oceanografia Biológica) – Instituto de Oceanografia, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2010.

CASTRO, E. V. O campo na selva visto da praia. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, V. 5, nº 10, p. 170-190, 1992.

CONAB. Acompanhamento da safra brasileira de grãos. v. 1, n.3. 2013. Brasília: Conab, 2013- v. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>> último acesso em: 20/02/2016.

DINHEIRO RURAL. Os grãos dourados de Tio João. Disponível em: <<http://dinheiorural.com.br/secao/agronegocios/os-graos-dourados-de-tio-joao>>. Último acesso: 20/02/2016.

ELLEN, R. "Introduction". In: ELLEN, R. FUKUI, F. **Redefining nature**, Oxford, p. 26, 1996.

FERNANDES, L.; CARVALHO, M. C. Por onde anda o que se oculta: o acesso a mundos sociais de consumidores problemáticos de drogas através do método snowball. **Toxicodependências**. V. 6, Nº 3, p. 17-28, 2000.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. 2ª Edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976. p. 350.

_____. *Brasil em compasso de espera*. São Paulo, Editora Hucitec, 1980.

FREIRE, P.; GADOTTI, M.; GUIMARÃES, S. *Pedagogia: diálogo e conflito*. 4 ed. São Paulo: CORTEZ EDITORA, 1995. p. 05.

FUHR, G. **Terra Indígena ou Parque Natural? Conflitos socioambientais e territorialidades em disputa no Morro do Osso, Porto Alegre – RS**. 2012. 347 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

GERHARDT, C. H. A invisibilização do outro nos discursos científicos sobre áreas naturais protegidas **Estud.soc.agric**, Rio de Janeiro, vol. 15, no. 2, 2007: 268-309.

_____. **Pesquisadores, populações locais e áreas protegidas: entre a instabilidade dos "lados" e a multiplicidade estrutural das "posições"**. 2008. 3 f. Tese (Doutorado na Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

GERHARDT, C. H.; ALMEIDA, J. A PROBLEMÁTICA DO MEIO AMBIENTE NOS ESPAÇOS RURAIS: O EXERCÍCIO DO PODER E A LEGITIMIDADE DA

DOMINAÇÃO EM ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS. **Raízes**, Campina Grande, vol. 25, nºs 1 e 2, p. 10–25, jan./dez. 2006.

GLOBO. Ampliação da Reserva do Taim gera polêmica entre produtores e governo. *RBS Notícias*. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2012/11/ampliacao-da-reserva-ecologica-do-taim-gera-polemica.html>> último acesso: 20/02/2016.

GLOBO. Reserva do Taim une preservação ambiental e produção de arroz. *Globo Rural*. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2014/06/reserva-do-taim-une-preservacao-ambiental-e-producao-de-arroz.html>>. último acesso: 13/02/2016.

GRANJA 4 IRMÃOS S. A.. SUSTENTABILIDADE. Disponível em: <<http://granjas4irmaossa.blogspot.com.br/p/sustentabilidade.html>> último acesso: 20/02/2016.

GUTFREIND, I.; REICHEL, H. J. Subsídios históricos para a formação da região platina. As raízes históricas do Mercosul: a Região Platina Colonial. , 1996.

IASI, M. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora. In: SALVADOR, E. et al. (Orgs.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. Educação ambiental em unidades de conservação. 2006. p. 05.

ICMBIO. Canal EducaChico - Biodiversidade brasileira. 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SEFwGcJYbbg>> Último acesso: 20/10/2015.

_____. Resumo executivo da proposta de ampliação da estação ecológica do taim. , p. 10, 2013.

_____. ENCEA - Diretrizes para Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação. 2015. p. 01.

_____. EDUCAÇÃO AMBIENTAL O QUE FAZEMOS. [2016] Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/>> último acesso: 05/01/2015.

____. ESEC TAIM INICIA ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM PESCADORES. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/20-geral/2317-esec-taim-inicia-atividades-de-educacao-ambiental-com-pescadores.html>>. último acesso: 20/02/2016.

INSTITUTO RIOGRANDENSE DO ARROZ. Arroz exportado pelo Porto do Rio Grande aumenta 37%. Disponível em: <<http://www.irga.rs.gov.br/conteudo/4834/arroz-exportado-pelo-porto-do-rio-grande-aumenta-37>>. Último acesso: 20/02/2016.

IORIS, E. PROTEGER A NATUREZA, RENEGAR PESSOAS: A CRIAÇÃO DA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 22., 2000, Brasília. **Anais...** Brasília.

LEFEBVRE, H. O fim da História. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1981.

____. Critique of Everyday Life. London, Verso. 1991. 283p.

LOPES, J. S. L. SOBRE PROCESSOS DE “AMBIENTALIZAÇÃO” DOS CONFLITOS E SOBRE DILEMAS DA PARTICIPAÇÃO. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.

LOPES, L. O. C. **CONFLITO SOCIOAMBIENTAL E (RE)ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL: MINERADORA ALCOA E COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO PROJETO AGROEXTRATIVISTA JURUTI VELHO, MUNICÍPIO DE JURUTI-PARÁ-AMAZÔNIA-BRASIL**. 2012. 4 f. Tese (Doutorado no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LOUREIRO, C. F. B.; CUNHA, C. C. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. **Ambient. soc.**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 237-253, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2008000200003&lng=en&nrm=iso> último acesso: 25/02/2016.

MACHADO, C. R.; LEITE, I. A ruptura da hegemonia: o caso do segundo turno das eleições 2014 no Brasil. <http://ongcea.eco.br>, 2014. Disponível em: <<http://ongcea.eco.br/?p=41219>> último acesso: 28/02/2016.

MALINOWSKI, B. Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MANZINI, E.J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE, S. (Orgs.) Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina: eduel, 2003. p.11-25.

MARTINS, A. Conflitos ambientais em unidades de conservação: dilemas da gestão territorial no Brasil. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. XVII, nº. 989, p. 02, 2012.

MARTINS, J.S. Uma Sociologia da Vida Cotidiana. São Paulo, Editora Contexto. 2014. 223p.

MIGUEL, L. F. Mecanismos de exclusão política e os limites da democracia liberal Uma conversa com Poulantzas, Offe e Bourdieu. **Novos estudos**, v. 98, 2014.

MILLS, C. W. A elite do poder. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MILLS, C. W. A Imaginação Sociológica. Rio de Janeiro. Zahar, 1982.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. *PROJEÇÕES DO AGRONEGÓCIO*. Brasília, 6ª ed. 2015. 133 p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Pilares para sustentabilidade financeira do sistema nacional de unidades de conservação. Brasília. 2010.

MIRANDA, M. E. **A ESTALAGEM DO IMPÉRIO: CRISE DO ANTIGO REGIME, FISCALIDADE E FRONTEIRA NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO (1808 – 1831)**. 2006. f. 1. Tese (Doutorado em economia aplicada) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

MOURA, G. G. M. **Águas da Coréia: pescadores, espaço e tempo na construção de um território de pesca na Lagoa dos Patos (RS) numa perspectiva etnoceanográfica**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-23102010-020729/>>. Acesso em: 2016-02-25.

NETTO, J. P.; FALCÃO, M. C. Cotidiano: Conhecimento e Crítica. Cortez, 1987.

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO E MONITORAMENTO AMBIENTAL. Conheça o Nema. Disponível em: < <http://www.nema-rs.org.br/>>. Último acesso: 20/02/2016.

_____. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA AS COMUNIDADES DO ENTORNO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO TAIM – RS. 2002. p. 06.

_____. Plano de ordenamento territorial da Vila da Capilha. 2004. p. 21.

_____. Programa de Educação e Informação Ambiental para o entorno da Estação Ecológica do Taim. 2005.

_____. Taim Banhado de Vida. 2008. p. 01.

OLIVEIRA, E.; TORRES, D. Educação Ambiental na APA de Genipabu, como anda? **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 21, p. 475-483, 2008.

OLIVEIRA, O. A. Os protagonistas da história dos campos neutrais. **Biblos**, Rio Grande, p. 69-80, 2010.

ORLANDI, E. P. Terra à Vista! Discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo, Cortez; Campinas, Editora da Unicamp, 1990.

_____. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2010.

_____. Discurso em Análise: Sujeito, Sentido, Ideologia. Campinas, SP, Pontes, 2012. 239 p.

ORLANDO, Ananda. A evolução dos critérios par seleção de áreas protegidas. In: **Anais do IX Congresso de Ecologia do Brasil**, São Lourenço – MG: Setembro, 2009.

PACKARD, V. Estratégia do Desperdício. São Paulo: Ed. Ibrasa, 1965.

PEDRAZZI, I. Banhado do Taim Sinfonia da Natureza. Mares do sul. 1997. p. 13.

PEDRAZZI, I. Estação Ecológica do Taim – Sagrada por Natureza. 2003. 52 p.

PIEVE, S. M. N.; KUBO, R. R.; COELHO-DE-SOUZA, G.. Pescadores da Lagoa Mirim Etnoecologia e Resiliência. MDA Brasília, 2009, 244 p.

QUEIROZ, R. MULTICULTURALISMO VERSUS MULTINATURALISMO NA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DA JURÉIA, SÃO PAULO. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 22., 2000, Brasília. Anais... Brasília.

QUESADA, G. M.; DIESEL, V.; SILVA, M. C. Levantamento de aspectos sócio-econômicos da comunidade de entorno da estação ecológica do Taim - Rs. 1987.

ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. Etnografia: Saberes e Práticas. In: Ciências Humanas: pesquisa e Método. GUAZELLI, C.; PINTO, C. (org.). Porto alegre: Editora da Universidade, 2008.

SÁ, L. M. PERTENCIMENTO. In: Encontros e Caminhos: Formação de educadores ambientais e coletivos educadores. MMA (org.). Brasília, 2005.

SANTOS, C. F. **O Porto e a desigualdade ambiental em Rio Grande (RS/Brasil): A Educação Ambiental na "Gestão Empresarial dos riscos sociais" e "gestão social do território"**. 2016. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) – Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2016.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

_____. Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. O retorno do território. **Observatório Social de América Latina**, Buenos Aires, ano 6, n. 16, p.1-12, jun. 2005.

_____. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 14.

SERÁFICO, M. Lições do artesanato intelectual: a herança do mestre. *Sociologias* [online]. 2004, n.11, p. 13-19. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222004000100002&lng=en&nrm=iso> último acesso: 20/02/2016.

SIEMBRA AGRONEGÓCIOS. ARROZ: Preços do arroz em casca em alta nesta colheita. 24/04/2014. Disponível em: <<http://www.siembraagronegocios.com.br/VisualizarNoticia/103/www.facebook.com.br/#.ULbIPldXdc>>. Último acesso: 20/02/2016.

SILVA, Y. *Et al.* Educação ambiental como ferramenta para o monitoramento dos rios que adentram o Parque Nacional do Iguaçu. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, E - ISSN 1517-1256, Rio Grande, v. Especial, p. 148-158 2014.

SETE, L. R. **Relações entre estação ecológica do Taim e comunidade local: conflitos e cooperação**. 2010. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

TAKS, J. Los desafíos de la antropología para la comprensión de los conflictos socio-ambientales en sudamérica. In: C. R. Machado; C. F. Santos; C. F. Araújo; W. V. Passos; **Conflitos Ambientais e Urbanos debates, lutas e desafios**. p.21 - 40, 2013. Rio Grande.

TEIXEIRA, C. O desenvolvimento sustentável em unidades de conservação: a “naturalização” do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, 2005.

TOTORA, S. A questão democrática em Florestan Fernandes. **Lua Nova**, São Paulo , n. 48, p. 109-126, Dec. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451999000300006&lng=en&nrm=iso> último acesso: 20/02/2016.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais A Pesquisa Qualitativa em Educação. SÃO PAULO EDITORA ATLAS S.A. 1987, 175 p.

VIERTLER, R. B.. Métodos Antropológicos como ferramenta para estudos em Etnobiologia e Etnoecologia. In: AMOROZO, M.C.M.; MING, L. C.; SILVA, S.M.P. (Comp.). **Métodos de Coleta e Análise em Etnobiologia, Etnoecologia e Disciplinas Correlatas**. Rio Claro, Sp: Cacb/unesp - Cnpq, 2002. p.11-29.

ZHOURI, A. In: “**A Re-volta da Ecologia Política**” **Conflitos Ambientais no Brasil**. ACSELRAD, H. (org.) Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004, 294 p.

ZHOURI, A.; VALENCIO, N. (Org.). **Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, 2014. 395 p.

ANEXOS

ANEXO A

DEFENDAMOS A GRATUIDADE DO ENSINO PÚBLICO!

A educação pública financiada pelo Estado brasileiro está em perigo. A atual redação do inciso IV do artigo 206 da Constituição Federal do Brasil diz, com toda clareza e simplicidade, que é princípio constitucional a “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais”. Entretanto, em contradição a esse princípio, a PEC 395-B, que acaba de ser aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados, altera esse inciso e presume a gratuidade irrestrita apenas para a Educação Básica enquanto na Educação Superior, prevê explicitamente a cobrança de mensalidades e taxas nos cursos de Mestrado Profissional, Especialização e Extensão. Ora, a gratuidade irrestrita prevista até hoje pela Constituição é um dos pilares de uma concepção que enxerga toda a educação pública como sendo um direito do cidadão e um dever do Estado (financiado com os inúmeros impostos pagos pela cidadania).

Com alteração já votada em primeiro turno, parcelas da educação pública passam a ser concebidas como uma mercadoria a qual poderão ter acesso só aqueles que por ela possam pagar. Tal mudança configura-se como promotora da desigualdade e do elitismo para parte do ensino público, em proveito dos mais abastados. Neste caso, abre-se um precedente histórico para a quebra da gratuidade e do direito ao ensino público. Ao se alterar este princípio, amanhã ou depois, poderá se autorizar a cobrança em qualquer curso de Doutorado, Mestrado ou Graduação nas instituições públicas.

Ainda temos pela frente a votação em segundo turno na Câmara dos Deputados e a sequência da tramitação da referida PEC. PORTANTO, A HORA DA DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE É AGORA!

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, Rio Grande, Brasil, novembro de 2015.

Marcadas consultas públicas para discutir ampliação da Estação Ecológica

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) fará duas consultas públicas neste mês, para discussão da proposta de ampliação da Estação Ecológica do Taim, que abrange parte dos municípios do Rio Grande e Santa Vitória do Palmar. A primeira será no próximo dia 16, às 18h, no Centro Integrado de Desenvolvimento Costeiro (Cidec-Sul) da Universidade Federal do Rio Grande (Furg), localizado no Campus Carreiros da universidade, em Rio Grande. A segunda está marcada para o dia 17, às 18h, na Câmara de Vereadores de Santa Vitória do Palmar.

Estão convidados a participar destas reuniões, órgãos ambientais, entidades públicas federais, estaduais e municipais, organizações não governamentais, proprietários de terras, representantes dos setores produtivos e a comunidade em geral. Nestes encontros, serão expostas as propostas de ampliação e de delimitação da Zona de Amorteci-

mento de Impactos na unidade, assim como os critérios técnicos para a proposição destas. Estes planos foram elaborados a partir de discussões em grupos de trabalho nomeados pelo Conselho Consultivo da unidade de conservação.

A proposta é ampliar a área da unidade dos atuais 10.764 hectares para os aproximadamente 33 mil hectares originais. Em 1978, foi decretada pela Presidência da República como de utilidade pública uma área de aproximadamente 33 mil hectares, ocupando parte dos municípios de Rio Grande e Santa Vitória do Palmar, entre a Lagoa Mirim e o Oceano Atlântico. No entanto, em julho de 1986, quando o Banhado do Taim foi decretado Unidade de Conservação Federal, a Estação Ecológica foi criada com 10.764 hectares. E, segundo o ICMBio, ficaram de fora áreas essenciais dos ecossistemas da região que era intenção conservar, e várias áreas que já eram da União.

O processo para ampliação da Esec/Taim vem sendo con-

FOTO: FABIO DUTRA/JA



Proposta é ampliar a área da unidade de 10.764 hectares para aproximadamente 33 mil hectares

facilitar a gestão da unidade de conservação e poderá ser feito trabalho junto com os produtores para buscar soluções técnicas para eles produzirem em harmonia com o ambiente.

A Estação Ecológica do Taim é reconhecida mundialmente como uma das mais importantes áreas de conservação, preservando banhados e lagoas, campos, dunas e matas, e abrigando uma grande diversidade de espécies de vegetais e animais.

duzido de forma participativa pelo Conselho Consultivo da unidade desde 2008. A proposta resultante deste trabalho abrange na íntegra o Banhado do Taim e foi apresentada e aprovada em reunião ordinária do Conselho Consultivo da Estação em 31 de outubro de 2012. Conforme o administrador da Esec/Taim, Henrique Horn Ilha, o desenho proposto abriga áreas mais próprias para conservação e deixa de fora áreas apropriadas à produção. Isso, segundo ele, vai

ANEXO B

Jornal Agora do dia 05/07/2013

LAGOA MANGUEIRA

Licenciamento único para atividades de irrigação deve ser pedido até setembro

A Associação de usuários da Lagoa Mangueira deve protocolar, até setembro deste ano, pedido inédito de licenciamento único para diversas atividades de irrigação locais, com cálculo anual de (capacidade de) uso da água. Essa é a expectativa do Serviço de Licenciamento de Irrigação da Fepam, que participou de reunião conjunta, com técnico da Prefeitura Municipal de Santa Vitória do Palmar, gestores da Estação Ecológica do Taim-ICMBio e irrigantes da Lagoa Mangueira. A Fepam integra o Conselho Consultivo do Taim e acompanha o tema, que é bastante complexo, com discussões que se prolongam há vários anos e se aproximam de um consenso pelo uso do recurso. Atualmente existem em torno de 28 grandes captações para irrigação de lavouras de arroz ao longo de toda a lagoa.

De acordo com Cláudia Bos Wolff, responsável pelo Serviço de Irrigação da Fepam, o licenciamento evitará o desequilíbrio no uso do recurso e a consequente falta de água para manutenção do ecossistema do Taim,

primeiro estabelecer uma relação de confiança com os usuários, sem colocar um dos usos da água como prioritário". A reunião foi realizada no Sindicato Rural de Santa Vitória do Palmar em 19 de junho deste ano.

A estação ecológica e a Lagoa Mangueira

A Estação Ecológica do Taim é uma unidade de conservação de proteção integral, com aproximadamente 30% de seu território abrangendo o município de Rio Grande e 70% o de Santa Vitória do Palmar. A Esec/Taim foi criada através do decreto nº 92.963, emitido em 21 de julho de 1986. A nova poligonal da unidade de conservação (aprovaada em outubro de 2012 pelo Conselho Consultivo da Esec) amplia a área de proteção dos atuais 11 mil ha para cerca de 33 mil ha.

A Lagoa Mangueira está localizada entre as dunas que separam o município de Santa Vitória do Palmar do Oceano Atlântico. É uma lagoa costeira bastante jovem, que outrora se unia a Lagoa Mirim.

= Divulgação JA



Licenciamento evitará o desequilíbrio no uso do recurso e a consequente falta de água para manutenção do ecossistema do Taim

como ocorreu em anos de pronunciada estiagem, como as ocorridas em 2009 e 2012. Cláudia destaca que o papel da instituição é o de fazer a mediação quanto à definição sobre a quantidade de água que será utilizada, sem afetar o sistema aquático Taim-Lagoa Mangueira. Cláudia Wolff lembra que o delicado equilíbrio hidrológico local faz com que a quantidade de água retirada da Lagoa Mangueira tenha reflexos na Estação Ecológica do Taim (Esec/Taim). Dessa

forma, com o regramento, os conflitos são minimizados e o recurso é utilizado com critérios técnicos, preservando a Unidade de Conservação e a Lagoa.

O técnico da Fepam Cleber Arruda Spolavori, que também esteve presente na reunião, lembra que desde 2004 o Ministério Público Federal acompanha essa questão e que mais recentemente, com a entrada do novo gestor da Esec, Henrique Ilha, "o diálogo estreitou-se ainda mais porque ele também busca

ANEXO C**LIVRETO SOBRE PROPRIEDADES FITOTERÁPICAS DAS PLANTAS LOCAIS.**

Produzido pelos moradores da Vila da Capilha.



"Semana do Meio Ambiente" / /

Na semana do Meio Ambiente, montamos um trabalho sobre PLANTAS MEDICINAIS (ervas-de-chás) os alunos, listaram uma série de ervas-de-chás, e para que servem. Após esta atividade, trouxeram muitas mudas, e trocaram entre eles.

A

ANIZ - Doenças respiratórias, pontada, dores no corpo e febre.

ALICRIM - Pressão Alta, dores no corpo

ARAÇA - Diarréia

ABACAXI - meladas e açúcar p/ garganta

ABACATE - chá da folha, infecções urinárias

ALCAXOFRE - controlar a pressão

AGRIÃO - chá para tosse, e fortalecer o pulmão

ALFAZEMA - chá para bebê, calmante

ARRUDA - chá abortivo, dor dente

B

BOLDO - chá pl estomago

BALHEIRA - chá pl diarreia, infecção intestinal

BERGAMOTA - chá pl gripe, dor de cabeça, calmante

BABOSA - infecções na garganta, lavar ferimentos

BANANINHA - xarope para gripe

Bálsamo - dor de ouvido

CAMBARÁ - chá para tosse

CAMOMILA - chá calmante

CHUCHU - chá para pressão alta.

CANELA C/ LEITE - Ferver, para a gripe

CANCOROSA - Infecção no pâncreas

CIPÓ CABELUDO - infecção urinária

CIPÓ MILOMI - estômago, vermes

CRAVO - pl dor dente, pontada, e frio

libra

E

Eucalipto - pl sinusite (vaporização)

ERVA DOCE - cólicas, frio, febre

ERVA DA PEDRA - chá para rins

ERVA SANTA - dores em geral

F

FUNCHO - prisão de ventre, dores abdominais
cólicas, pontada

FOLHA PARREIRA - pl vômitos

G

GUACO - chá pl tosse

GERVÃO - pl intestines (prisão de ventre)
fígado, estômago.

H.

Hortelã - Para vermes

I

Insulina - chá pl diabete

L

LARANJEIRA - pl resfriado, e dores
no corpo

LOSNA - para dor de estômago

LOURO - para estômago

LIMÃO - chá pl gripe / suco para
alinar o sangue

- M
- MARCELA - chá pl tosse com gemada
dor de ouvido, febre, prisão de ventre
- MALVA - para dor dente, infecções em geral
chá, ou bochechos
- MULTA - para pressão alta
- MAÇA - chá calmante
- Melhoral - chá pl dor de cabeça

N

NOZ-MOSCADA - pl a garganta (bochecho)

P

- PALMINHA - dor de estômago, fígado,
lavar ferimentos
- PICÃO BRANCO - para infecções urinária
- PITANGA - chá pl diarreia
- PATA DE VACA - infecções urinária, rins
- PDEJO - gripe, calmante
- PASSARINHA - BANHO DE SANTA DI

Q

Quelbra-pedra - pl rins

S

SABUQUEIRO - chá pl sapinho pl bebê
e sarampo

SALSINHA - pl amarelão de bebê,
infecção urinária

T

TANSSAGEM - infecções em geral

U

URTIGA - Pl frieira chá para lavar
os pés



APÊNDICES

APÊNDICE A

Prezado(a) participante

Eu, Vinícius Ramos Puccinelli, portador do CPF: 029.941.620-83 e pesquisador responsável por este estudo venho, por meio deste convidá-lo(a) a participar do projeto de pesquisa, até o presente momento, intitulado: **A IMPARCIALIDADE DE UM 'CAMPO NEUTRAL': UM ESTUDO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO TAIM A PARTIR DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS**, cujos objetivos são: a) Identificar as formas de manifestação do conflito socioambiental no que diz respeito a lagoa Mirim; b) Investigar mudanças nas práticas territoriais e como o conflito é visto pelos diferentes atores. Para a partir destas visões construir minha própria versão que será formalizada através da escrita de uma dissertação de mestrado; c) Analisar a Educação Ambiental (EA) como participante da dinâmica conflitiva. Para deste modo, entender alguns aspectos do conflito através dos projetos de EA.

Para coleta de dados serão utilizados um gravador e um roteiro com questões que contemplam a temática e os objetivos propostos. Sua participação será de fundamental importância para êxito deste estudo. Ao final do mesmo pretendemos utilizar os dados para questionar e ampliar a compreensão que temos sobre o assunto. Não são esperados riscos decorrentes da pesquisa à sua integridade física, psíquica e social. No entanto, caso surjam situações que lhe suscitem desconforto você terá a liberdade de desistir de sua participação a qualquer momento.

Caso aceite participar desta pesquisa lhe serão assegurados os seguintes direitos:

APÊNDICE B

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RIO GRANDE - FURG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL – PPGEA
ORIENTADOR: CARLOS RS MACHADO / PESQUISADOR RESPONSÁVEL: VINÍCIUS PUCCINELLI

ROTEIRO DE ENTREVISTA I

ENTREVISTA COM LIDERANÇAS E MEMBROS COMUNITÁRIOS	
Nº _____	Nome: _____ Idade: _____ Sexo: _____
Local da entrevista: _____	Horário: _____ Data: _____
Escolaridade: _____	Profissão/ Principal ocupação: _____
Outras atividades: _____	Principal fonte de renda: _____
Faz parte de alguma organização (associação, sindicato, etc.)? _____	

A) Trajetória social:

- A.1. Local de nascimento:
- A.2. (Se migrante) Quando chegou?
- A.3. Qual a trajetória?
- A.4. Principal motivação da trajetória?
- A.5. Memória do lugar (antes e depois de 1986-ESEC)?

B) Relação com o lugar (Taim / Capilha / Lagoa Mirim):

- B.1. Onde começa e termina o Taim? Quais são seus limites?
- B.2. Ocorreram mudanças importantes na Capilha nos últimos anos? Quais?
- B.3. A vida melhorou, piorou ou continua como antes? Por quê?
- B.4. Como o senhor(a) deseja que a Capilha seja daqui a 10 anos?
- B.5. Como o senhor(a) não deseja que a Capilha seja daqui a 10 anos?

C) Pesca:

- C.1. Pesca/pescava com que frequência?
- C.2. Onde pesca/pescava? Este lugar mudou? Por quê?
- C.3. Quais as principais espécies de peixes? Elas mudaram a ocorrência?
- C.4. Quais os métodos de pesca?
- C.5. Esses métodos mudaram ao longo do tempo? Por quê?
- C.6. Qual o destino da produção?

D) Relação com o IBAMA/ICMBIO:

- D.1. Como era a sua vida antes da implantação da UC?
- D.2. Como foi o processo de implantação da UC aqui?
- D.3. O que mudou na sua vida ou na Capilha após a implantação da UC?
- D.4. O(A) senhor(a) já teve ou tem algum tipo de relação com o IBAMA/ICMBIO? (Participação em projetos, amizade, parentes, conflito, multa...)
- D.5. Como o(a) senhor(a) avalia a relação da Capilha com o IBAMA/ICMBIO?
- D.6. Como tem sido o papel do IBAMA/ICMBIO na comunidade?
- D.7. Como você avalia o trabalho feito pelo IBAMA/ICMBIO?
- D.8. Há conflito entre o ICMBIO e a comunidade da Capilha?
- D.9. (Se sim) Por favor, que tipo de conflito?

E) Relação com as granjas (arrozeiros):

- E.1. Você já teve ou tem algum tipo de relação com os Arrozeiros? (Trabalhou em granja, amizade, parentes, conflito...)
- E.2. Qual importância da produção de arroz para a Capilha?
- E.3. Há conflito entre os pescadores e arrozeiros?
- E.4. (Se sim) Por favor, que tipo de conflito?
- E.5. Como é feita a divisão do uso da água da Mirim entre arrozeiros e pescadores?
- E.6. Há conflito nesta divisão? Se houver, qual o papel do IBAMA/ICMBIO neste conflito?

CONTATOS: viniciuspuccinelli@gmail.com FONE: (53) 99797989

APÊNDICE C



Fotografia A



Fotografia B



Fotografia C



Fotografia D

A – Placa com o nome da praça homenageando o comendador Domingos Faustino Corrêa da Ordem dos Cavaleiros de Nosso Senhor Jesus Cristo; B – Praça e capela N. S^a da Conceição vistas de frente; C – Capela N. S^a da Conceição; D – Lagoa Mirim vista desde a praça Comendador Faustino Corrêa.

APÊNDICE D

Fotografia A



Fotografia B



Fotografia C



Fotografia D

A – Rua que leva à Capela N. S^a da Conceição; B – Figueira que é ponto de referência para os moradores locais; C – Falésias vistas da praia; D – Rua principal.

APÊNDICE E



Fotografia A



Fotografia B



Fotografia C



Fotografia D

A – Turma do período noturno do Programa Brasil Alfabetizado (PBA); B – Foto de formatura do PBA noturno; C – Oficina ministrada por técnicas da EMATER para o PBA diurno; D – Turma do período diurno do PBA em aula.

APÊNDICE F



Fotografia A



Fotografia B



Fotografia C



Fotografia D

A – Visita dos alunos da Escola na casa dos moradores locais; B – Pesquisador sendo presenteado com livro produzido coletivamente sobre as propriedades fitoterápicas das plantas; C – Noite do sopão comunitário, prática constante no inverno; D – Torta de legumes feita coletivamente pelos moradores.

APÊNDICE G

APÊNDICE G Os nomes são fictícios, mas mantêm o mesmo gênero dos informantes. * Indica que o entrevistado, ao longo da sua trajetória, morou em outras localidades por algum tempo. A Idade apresentada, portanto, representa o tempo que o entrevistado se relaciona com o lugar.

Nome	Entrevista	Idade	Quanto tempo vive na região	Atividade	Outas informações
Marlene	01	48 anos	48 anos*	Pescadora	Irmã de Hélio e prima de Mário
Bete	02	60 anos	7 anos	Dona de casa	Prima de Mário
Conceição	02	62 anos	40 anos*	Dona de casa	
Zélia	02	50 anos	50 anos*	Cozinheira	
Mário	03	56 anos	56 anos*	Pescador aposentado	Marido de Antônia
José	04	44 anos	44 anos*	Pescador e trabalhador construção civil	
Vilson	05	79 anos	60 anos*	Ex-pescador Comprador de peixe aposentado	
Antônia	06	52 anos	27 anos*	Professora	Esposa de Mário
Ederson	07	45 anos	20 anos	Trabalhador rural	
Hélio	08	46 anos	46 anos	Pescador	Irmão de Marlene e primo de Mário

Fonte: Produzido pelo autor.

APÊNDICE H

Fotografia A



Fotografia B



Fotografia C



Fotografia D

A – Pesquisador participando do entralhe de redes; B – Vista do dique de embarque e desembarque; C – O Taim visto desde a Lagoa Mirim; D – Preparação das redes para a atividade pesqueira.